

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIAS POLÍTICA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**SISTEMAS ALIMENTARES TERRITORIALIZADOS (SALT'S) NO LITORAL
CENTRO-SUL DE SANTA CATARINA - UM ESTUDO DE CASO DAS REDES
AGROECOLÓGICAS DE PAULO LOPES, GAROPABA, IMBITUBA E
LAGUNA.**

EDUARDO FIRAK CORDEIRO

FLORIANÓPOLIS
2010

EDUARDO FIRAK CORDEIRO

**SISTEMAS ALIMENTARES TERRITORIALIZADOS (SALT'S) NO LITORAL
CENTRO-SUL DE SANTA CATARINA - UM ESTUDO DE CASO DO SISTEMA
AGROECOLÓGICO DE PAULO LOPES, GAROPABA, IMBITUBA E LAGUNA.**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
em Ciências Sociais,
apresentado ao curso de Ciências Sociais,
Departamento de Sociologia Política,
Universidade Federal de Santa Catarina.

Professor Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique
Freire Vieira

Florianópolis,
abril 2010

**SISTEMAS ALIMENTARES TERRITORIALIZADOS (SALT'S) NO LITORAL
CENTRO-SUL DE SANTA CATARINA - UM ESTUDO DE CASO DO SISTEMA
AGROECOLÓGICO DE PAULO LOPES, GAROPABA, IMBITUBA E LAGUNA.**

Por

EDUARDO FIRAK CORDEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação em Ciências Sociais aprovado
com nota 9,5 como requisito final para
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Sociais pelo curso de Graduação em Ciências
Sociais da Universidade Federal de Santa
Catarina.

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADOR

PROF. DR. PAULO H. FREIRE VIEIRA

MEMBRO:

PROF. DR. CLAIRE CERDAN

MEMBRO:

PROF. DR. MARIA SOLEDAD ETCHEVERRY O.

CORDENADOR

DO ESTÁGIO

PROF. DR. JACQUES MICK

Florianópolis, 15 de abril de 2010.

*Dedico este trabalho à meu filho, meu mestre
quem possibilitou cultivar meus ideais com maior apreço,
assim como à sua mãe, hoje minha irmã
quem mostrou-me o caminho do amor.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a população brasileira por ter me permitido uma formação no ensino superior público, principalmente àqueles que sistematicamente lutam por uma universidade pública, gratuita e de qualidade, voltada para a realidade socioambiental de sua população. Enfim aos professores, servidores e estudantes que fazem do espaço universitário um espaço de disputa e denúncia do modelo capitalista hegemônico.

A formação propiciada nesses anos rompem as paredes gélidas das salas de aula, assim agradeço a todos envolvidos no processo de criação da Kula Webradio na Unioeste, onde comecei minha formação e lugar em que percebi que a informação e o conhecimento são armas contra a dominação e exploração, e devem anunciar caminhos para construção de uma nova sociedade.

Devo este trabalho à Família Burucutu, companheiros e companheiras que se uniram para apontar novos caminhos para uma sociedade em deterioração. Através dos Encontros Culturais Ecológicos, realizados desde 2004 e hoje na 6ª edição, pude perceber a necessidade da ação, como também a complexidade do agir sistêmico. Esses encontros, construído entre amigos, ou melhor irmãos e irmãs, acompanharam toda minha trajetória acadêmica e alimentaram meus desejos por uma pesquisa voltada para o estudo de nossa casa, ou seja pela ecologia. Hoje esses que estiveram no embrião desse movimento realizado em Cascavel-PR estão espalhados pelo Brasil, pela Europa, pela Ásia, aquele abraço!

Também este trabalho é fruto de meu envolvimento com o Projeto Ágora, coordenado pelo Prof. Armando Lisboa (NESOL) e pelo GEPROUT, agradeço pela possibilidade de conviver o processo de construção da Ecofeira Solidária UFSC, e principalmente pelo envolvimento nas Compras Coletivas Floripa que hoje simboliza um marco nas relações de consumo em Florianópolis. Em especial à Krishna e ao Mahesh pelo trabalho alltruísta nesse projeto, como também pelos almoços compartilhados com minha família, que manteve nesse momento sagrado um ambiente familiar e uma referencia sólida do vegetarianismo à meu filho.

Às minhas colegas do NMD (já que são quase predominantemente mulheres, os homens sintam-se incluídos) por compartilhar, entre idas e vindas à Ibiraquera, laços de amizade e companheirismo. Agradeço também aos amigos, que no caminhar tornaram-se irmãos e irmãs, em especial ao Ivan, Marcelo, Kike e Camila. E também a Comuna Sorriso do Palhaço por acolher eu e meu filho amorosamente nesses últimos tempos

À meus familiares, de sangue ou da vida, esse trabalho é nosso! À meus três irmãos, em especial àquele com quem mais pude conviver, debater meus sonhos, minhas angústias, minha juventude. À minha mãe por ter conseguido suportar todas minhas loucuras, minha saída de casa cedo, e que na ausência nosso amor se fortaleceu. À mulher que pode compreender meu amor, mãe de meu filho e companheira em todo momento, apesar da separação a vida me ensinou te amar incondicionalmente. Unidos pelo amor ontem, hoje e sempre!

Agradeço ainda as pessoas que constróem suas vidas em cima de valores éticos e se tornam referências de humildade e dignidade. Aos agricultores que além de alimentarem essa pesquisa com informação e conhecimento, representam a resistência ao modelo do agronegócio. À meu pai, primeiramente por apresentar-me às Ciências Sociais, pelos debates infundáveis sobre minhas escolhas e visões e apoiar-me no caminho escolhido, enfim, por ser o homem que é - símbolo do altruísmo, ensinou-me a ser filho e pai nas palavras de Khalil Gibran. À meu grande mestre Paulo Vieira, que me introduziu na pesquisa científica e na bibliografia de ponta sobre a crise socioambiental, o qual tive a sorte de poder conviver nestes últimos anos.

EPÍGRAFE

“O amor pelo meu filho ganha força e beleza com o amor por todas as crianças e, vice-versa, na medida em que cresce em mim a consciência da necessidade da transformação da sociedade, o engajamento na luta social, o amor pelo meu filho justifica-se plenamente e ganha novas dimensões...” (Gadotti – Dialética do Amor Paterno)

“Vossa alma é frequentemente um campo de batalha onde vossa razão e vosso juízo combatem vossa paixão e vosso apetite.

Pudesse eu ser o pacificador de vossa alma, transformando a discórdia e a rivalidade entre vossos elementos em união e harmonia.

Mas como poderei fazê-lo, a menos que vós próprios sejais também pacificadores, mas ainda, enamorados de todos vossos elementos?

Vossa razão e vossa paixão são o leme e as velas de vossa alma navegante.

Se vossas velas ou vosso leme se quebram, só podereis ficar derivando ou permanecer imóveis no meio do mar.

Pois a razão, reinando sozinha, restringe todo impulso; e a paixão, deixada a si, é um fogo que arde até sua própria destruição.

Portanto, que vossa alma eleve vossa razão à altura de vossa paixão, para que ela possa cantar;

E que dirija vossa paixão a passo com a razão, para que ela possa viver numa ressurreição cotidiana e, tal a fênix, renascer de suas próprias cinzas.

(...)

E já que sois um sopro na esfera de Deus e uma folha na floresta de Deus, também deveis descansar na razão e agir na paixão.” (Khalil Gibran – O Profeta)

RESUMO:

Este estudo está voltado para uma área peculiar da região sul do Brasil, de alta importância ecológica e econômica. O Litoral Centro-Sul de Santa Catarina caracteriza-se por ser um ecossistema bastante frágil do ponto de vista da resiliência e contrapõe-se a esta paisagem um aumento tendencial das atividades turísticas e portuárias de grande valor econômico para região. Os impactos do modelo de desenvolvimento adotado têm ficado cada vez mais nítidos, alguns deles são: artificialização do litoral; eutrofização e poluição hídrica; erosão de recursos florestais que comprometem a existência de corredores ecológicos; crise na gestão dos dejetos, degradação paisagística; crise estrutural da pesca artesanal e da agricultura familiar. (VIEIRA; CERDAN, 2009) Neste cenário, o trabalho proposto foi de realizar um diagnóstico exploratório das iniciativas de promoção do desenvolvimento da agricultura sob enfoque agroecológico dos municípios de Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba e Laguna. As experiências analisadas emergiram de forma endógena e vêm-se consolidando gradualmente com base numa parceria envolvendo a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC (Epagri), uma Cooperativa de Crédito (Cresol) e o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro) que representa a Rede Ecovida de Agroecologia na região e a UFSC. Identificados as iniciativas buscou-se inferir em qual medida os circuitos curtos de comercialização em curso representam um *sistema alimentar territorializado*. As evidências recolhidas sugerem que sistemas com este perfil poderão exercer um papel determinante na criação de uma estratégia de *desenvolvimento territorial sustentável* para o litoral centro-sul do estado de Santa Catarina. Esta pesquisa inscreve-se no âmbito do NMD, e por isso, pretende oferecer subsídios preliminares à pesquisa já em andamento intitulada Desenvolvimento Territorial Sustentável na zona costeira do estado de Santa Catarina – Brasil: definição de estratégias integradas e baseadas na valorização da identidade cultural das comunidades pesqueiras tradicionais, apoiado pelo RIMISP – Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural em parceria com o CIRAD (*La recherche agronomique pour le développement*), EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) e Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Este programa mobiliza docentes-pesquisadores e estudantes (de graduação e pós-graduação) vinculados ao Núcleo de Meio Ambiente & Desenvolvimento (CFH) e ao Núcleo de Multifuncionalidade Agrícola (CCA) da UFSC.

PALAVRAS CHAVE: sistemas agroalimentares, sistemas alimentares territorializados, agroecologia, desenvolvimento territorial sustentável

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACORDI – Associação Comunitária Rural de Imbituba
ADEPOL/SC – Associação de Delegados da Polícia de Santa Catarina
ADPF – Associação de Delegados da Polícia Federal
AIR – Agroindústria Rural
APA-BF – Área de Proteção Ambiental Baleia Franca
BB – Banco do Brasil
CCA – Centro de Ciências Agrárias
CCF – Compras Coletivas Floripa
CODISC – Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
DRS – Desenvolvimento Rural Sustentável
DTR-IC – Desenvolvimento Territorial Rural com Identidade Cultural
DTS – Desenvolvimento Territorial Sustentável
DTS-IC – Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GERCO – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
ICC – Indústria Carboquímica Catarinense
IPAB – Instituto de Permacultura Austro-Brasileiro
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NMD – Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento
PAA – Programa Aquisição de Alimentos
PEST – Parque Estadual
PNATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiares
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX – Reserva Extrativista

SALT – Sistema Alimentar Territorializado

SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural

SIAL – Sistema Alimentar Localizado

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente

SLCA – Sistema Local de Conhecimento Agroecológico

SPL – Sistema Produtivo Local

ZPE – Zona de Processamento e Exportação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPITULO 1 – REVISÃO DE LITERATURA	
1. Crise socioambiental planetária.....	27
1.1 Trajetória da crise.....	27
1.2 Atualidade da crise.....	30
1.3 Enfrentamento da crise.....	33
2. Do ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Territorial Sustentável.....	37
3. Sistemas Agroalimentares.....	43
3.1 Sistema Agroalimentar Localizado – SIAL.....	43
3.2 Cesta de bens e serviços territorializados.....	46
3.3 Sistema Alimentar Territorializado – SALT.....	48
4. A politização do consumo no DTS.....	49
4.1 A esfera do consumo revisitada – Breve Histórico.....	51
4.2 Consumo verde.....	53
4.3 Consumo justo, solidário, sustentável.....	54
CAPÍTULO 2 – Surgimento e expansão de redes agroecológicas no Litoral Centro-Sul/SC	
1. Trajetória de desenvolvimento do Litoral Centro-Sul.....	57
2. Surgimento e expansão das redes agroecológicas.....	81
CAPÍTULO 3 – Sistema Alimentar Territorializado no Litoral Centro-Sul	
1. Cenário Agroecológico do Território Litoral Centro-Sul de Sta Catarina.....	101
CAPITULO 4 – CONSIDERAÇÕES	
1. Limitações e pistas de pesquisa.....	106
BIBLIOGRAFIA.....	108
ANEXOS.....	115

INTRODUÇÃO

Situação-problema

Há uma conjuntura que se apresenta como um *beco-sem-saída*. Os problemas são de toda ordem: processos produtivos que privatizam o lucro e socializam as externalidades¹ negativas (socioambientais); interesses oligopolistas e burocracia corporativista nas instituições democráticas (sociopolíticas); sub-trabalho, não-trabalho, exclusão social e incentivo alarmante ao consumo (socioeconômicas); substituição dos modos de vida tradicional, vinculados ao território, por padrões homogeneizados característicos da globalização (socioculturais) (CARVALHO; PINHEIRO; MICKOSZ, 2006).

Numa dinâmica de crescente mercantilização da vida (BAUMAN, 2000, 2001; BOFF, 1996; CANCLINI, 1996; KUTNER, 1998; VIEIRA, 2002), que torna a própria política em mercado, misturando valores comerciais com valores cívicos, os efeitos da dinâmica consumista são múltiplos (PORTILHO, 2004, 2005a, 2005b). Um deles diz respeito à acentuação da velocidade, da volatilidade e efemeridade dos produtos, caracterizando-se pela fluidez ou “liquidez”, que inverte o tema da confiabilidade/ durabilidade para a velocidade/ descartabilidade/ reciclagem. Outro aspecto dessa dinâmica consumista é que as pessoas estão sendo forçadas a lidar com a idéia de obsolescência programada, que torna uma constante a impossibilidade de lidar com valores e estilos de vida ligados com a idéia de longo prazo (CORDEIRO; FILIPPINI, 2009).

Frente às modificações que vem ocorrendo nos Sistemas Agroalimentares engendrados pela conjuntura marcada pelo mercado globalizado, a emergência de novos padrões de consumo remonta principalmente às questões relacionadas à “segurança em alimentos”, que envolvem dimensões de valorização dos bens socioambientais (identidades culturais, estilos de vida, recursos naturais, paisagens, etc), diferenciando-se das questões relacionadas à “segurança alimentar” (garantias de condições de acesso suficientes e de qualidade) que continuam existindo fortemente nos países do Terceiro Mundo.

O forte monopólio na distribuição alimentar – atualmente 80% do total das compras de alimentos são realizados em redes de supermercado de grande porte – denota o reduzido espaço de manobra que os consumidores encontram em suas compras e a grande dificuldade

1 De maneira bem resumida pode ser entendida como “o impacto das ações de uma pessoa sobre o bem-estar de outras que não tomam parte da ação” (MANKIW, 2007, p. 204).

que os produtores têm para alcançar os consumidores, distanciando assim a produção do consumo. Esse modelo de distribuição tem graves implicações não apenas para o agricultor e/ou pescador e ao consumidor. Afeta também o desenvolvimento territorial, o comércio local, o meio ambiente e o próprio estilo de vida (VIVAS, 2007).

A concentração do setor pode ser vista nos dados referentes às maiores fortunas do mundo; em 1990 nenhum representante do setor se encontrava na lista das 500 maiores empresas enquanto que em 2002 já apareceram mais de 50 empresas do setor e a Walt-Mart passou a ser a maior das empresas, considerando-se o volume das vendas. Tal processo de concentração e internacionalização no setor pode ser claramente observado no Brasil, onde, em 1994, as 20 maiores redes de supermercados do Brasil representavam 56% do faturamento total dos supermercados, sendo que, deste percentual, 16% tinham participação de capital externo. Já em 2001, as 20 maiores empresas dominavam 75% das vendas do setor, e a participação do capital estrangeiro no setor foi para 57% (www.abrasnet.com.br, abril 2003)

Tratar da comercialização de alimentos agrícolas implica necessariamente em considerar as transformações das últimas décadas ocorridas na sociedade e na economia brasileira e internacional. Pode-se destacar a forte concentração do mercado atacadista e crescente estreitamento das relações do setor agroindustrial com os circuitos da comercialização, formando as grandes redes varejistas e enfraquecendo o poder dos agentes e empreendimentos de pequeno e médio porte (VIVAS, 2007).

Neste cenário emerge os movimentos de reterritorialização da alimentação, questionando o padrão atual do sistema agroalimentar, apontando as peculiaridades da alimentação local, abastecida por uma produção familiar envolvida na agroecologia. Diversos grupos emergiram nos últimos anos contestando os processos de desterritorialização orquestrados pelos agentes econômicos hegemônicos. No Brasil emergiram diversas redes de comercialização de produtos agroecológicos sob a ótica da economia solidária. Em diversos países vem crescendo a valorização do território no sistema agroalimentar, visualizado no crescimento do movimento *Slow Food*.

Constata-se que a agricultura familiar de base agroecológica² enfrenta dificuldades de produção, de crédito, de política pública específica e também problemas na comercialização. Em relação aos entraves da comercialização, detecta-se que nas feiras o principal problema é o alto índice de perda dos produtos; e para os pequenos varejos e supermercados é a falta de regularidade e pouca diversidade (KARAM; ZOLDAM, 2004, 2005).

Este estudo está voltado para uma área peculiar da região sul do Brasil, de alta importância ecológica e econômica. O Litoral Centro-Sul de Santa Catarina caracteriza-se por ser um ecossistema bastante frágil do ponto de vista da resiliência e contrapõe-se a esta paisagem um aumento tendencial das atividades turísticas e portuárias de grande valor econômico para região. Os impactos do modelo de desenvolvimento adotado têm ficado cada vez mais nítidos, alguns deles são: artificialização do litoral; eutrofização e poluição hídrica; erosão de recursos florestais que comprometem a existência de corredores ecológicos; crise na gestão dos dejetos, degradação paisagística; crise estrutural da pesca artesanal e da agricultura familiar. (VIEIRA; CERDAN, 2009)

Contornando este cenário verifica-se grande potencial desta região para realizar a transição agroecológica, principalmente pela existência de uma agricultura familiar com histórico de baixo uso de insumos e defensivos químicos, visto pela baixa contaminação do solo e, ainda encontra-se bastante vegetação nativa, o que têm facilitado no processo de certificação.

²Em síntese, o Enfoque Agroecológico diz respeito à aplicação de conceitos e princípios da Ecologia, da Agronomia, da Sociologia, da Antropologia, da Ciência da Comunicação, da Economia Ecológica e de diversas áreas do conhecimento, no redesenho e no manejo de agroecossistemas que queremos que sejam mais sustentáveis no transcorrer do tempo. Suas pretensões e contribuições vão além de aspectos meramente tecnológicos ou agronômicos da produção agropecuária, estamos falando de dimensões mais amplas e complexas onde estão incluídas tanto variáveis econômicas, sociais e ecológicas, como variáveis culturais, políticas e éticas. Dessa forma, a Agroecologia diz respeito, como afirmamos antes, ao campo de conhecimento que procura fornecer as bases científicas para sustentar o processo de transição do modelo de agricultura convencional para estilos de agriculturas de base ecológica, assim como do modelo convencional de desenvolvimento a processos de desenvolvimento territorial sustentável (Caporal e Costabeber, 2007; Guzmán: 2003; Rocha e Siman: 2004).

FIGURA 1 – LITORAL CENTRO SUL DE SANTA CATARINA



Fonte: SDR de Tubarão, 2009.

Com a implantação da rodovia BR-101 na região estudada nos anos 1970, engendrou-se uma dinâmica migratória que resultou na urbanização maciça e desordenada. Marcada de forma intensa pelo desenvolvimento do turismo de massa em um regime de livre acesso, que agora entra numa nova fase com a duplicação desta mesma rodovia e a compra de grandes extensões de terra por grandes grupos econômicos. As transformações socioambientais marcaram expressivamente a região e sua trajetória de desenvolvimento, são elas: intensas modificações no estilo de vida das populações autóctones; mudanças na relação com a terra devidas à alta especulação imobiliária; o desenvolvimento de necessidades de consumo baseadas no moderno padrão urbano-industrial, onde os mais jovens acabam lançando mão das atividades pesqueiras e agrícolas para ocuparem um lugar no setor turístico. A região carece de um sistema de planejamento do desenvolvimento local preventivo e proativo no qual a população realmente se reconheça que e possibilite enfrentar os desafios engendrados pelo turismo de massa (ARAÚJO, 2008).

QUADRO 01 – Índice de Desenvolvimento Humano e Produto Interno Bruto

Setor	Municípios Costeiros	IDH		PIB <i>per capita</i> (R\$)	Incidência (%)
		1991	2000		
Santa Catarina		0,748	0,822	15.638	56,38
Capital	Florianópolis	0,824	0,875	16.206	23,49
Litoral centro-sul	Garopaba	0,68	0,785	9.528	32,65
	Imbituba	0,739	0,805	16.347	34,66
	Paulo Lopes	0,683	0,759	8.086	29,32
	Laguna	0,72	0,793	6.739	31,78

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, do PNUD, 2000; IBGE – Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2002/2003.

Entretanto também compõe esse cenário um processo que possibilitou a formação de iniciativas socioprodutivas “alternativas”, reforçando o potencial da região para a emergência de novos estilos de desenvolvimento sustentáveis, como é o caso do microempreendimento Dom Natural em Paulo Lopes. Em um horizonte em que é possível conceber a existência do convívio entre padrões de desenvolvimento distintos cabe ressaltar a existência de condições para consolidação de uma dinâmica de desenvolvimento territorial sustentável.

Objetivos

- Geral

Realizar um diagnóstico exploratório do sistema agroalimentar baseado na agroecologia, envolvendo a análise das dinâmicas de produção, distribuição, comercialização e consumo de produtos agroecológicos, localizadas no litoral centro-sul de Santa Catarina (nos municípios citados acima), procurando identificar os desafios para o fortalecimento do sistema.

- Específico

- identificar as características do sistema de distribuição, de logística, de comercialização e consumo das dinâmicas agroecológicas no território em estudo;
- mapeamento dos arranjos institucionais locais que envolvem as dinâmicas agroecológicas;

- construir de cenários possíveis para o fortalecimento de um sistema alimentar territorializado (SALT) da agroecologia;

Questões norteadoras

Este trabalho teve como pergunta de partida a seguinte questão - Quais os desafios que cercam as experiências agroecológicas para o fortalecimento de um sistema alimentar territorializado (SALT) no litoral centro-sul de Santa Catarina?

Com intuito de conduzir a pesquisa foram elaboradas algumas questões norteadoras em sintonia com a situação-problema e enfoque analítico utilizado; são elas:

Quais os elementos que apontam para a existência de SALT's na região em estudo? Quais os atores, as instituições, os recursos mobilizados e as organizações existentes? E quais os sistemas de ação territoriais envolvidos nestas dinâmicas?

Frente à trajetória de desenvolvimento da região, qual a importância dos programas como PRONAF, PAA, Merenda Escolar para o fortalecimento dos embriões de SALT's? Quais as principais potencialidades e dificuldades encontradas na gestão destes programas? E quais são as limitações destes próprios programas na promoção do desenvolvimento territorial sustentável na região?

As estratégias desenvolvidas nestas dinâmicas podem ser vistas como embriões de desenvolvimento territorial sustentável? E quais são os elementos que dinamizariam os SALT's enquanto embriões de desenvolvimento territorial sustentável?

Justificativa

- Teórica

Diante à crise do mundo rural e degradação intensiva da qualidade de vida no meio urbano, o enfoque de Desenvolvimento Territorial Sustentável – DTS deveria ser assumido como prioridade na agenda ambiental brasileira. Tal estratégia de gestão pressupõe a elaboração mais rigorosa do conceito de autonomia local (*self-reliance*), procurando uma efetiva instauração dos princípios de subsidiaridade e de interdependência negociada através de um

tecido cultural gerador de estratégias endógenas/autodeterminadas de desenvolvimento que signifiquem empoderamento³ das comunidades envolvidas.

A análise do sistema agroalimentar requer que se leve em conta o conjunto de variáveis que envolvem o consumo alimentar, desde as relações existentes entre os produtores, distribuidores e consumidores, às especificidades locais, ligadas aos aspectos culturais e sociopolíticas. Pois as relações que se estabelecem entre produção e consumo não são meramente econômicas, uma gama de outros fatores compõe a problemática agroalimentar. Para compreender as lógicas que operam dentro de um sistema agroalimentar faz-se necessário conhecer as estratégias dos vários agentes sociais envolvidos no sistema e as relações que estabelecem entre si, tudo associado à perspectiva histórica que permite demonstrar as transformações ocorridas no decurso do tempo. (AMBROSINI; FILIPPI; MIGUELL, 2008).

Em linhas gerais, pode-se justificar tal projeto em termos das contribuições que ele poderá gerar para o avanço do conhecimento a respeito dos entraves e potencialidades do sistema agroecológico desenvolvido na região, principalmente em relação aos circuitos curtos de comercialização na formação de SALT's enquanto embriões de Desenvolvimento Territorial Sustentável. O esforço de pesquisa estará orientado pela ecologia humana sistêmica na identificação dos subsistemas e sistemas envolventes da dinâmica agroecológica e, conseguinte à problemática do desenvolvimento territorial sustentável.

- Prática

As zonas costeiras representam um dos biomas mais ameaçados pela tendência modernizadora. Nelas ocorre a interação entre os ecossistemas terrestres e marinhos, configurando um rico patrimônio natural e cultural. Na zona costeira brasileira, sob pressão intensa da industrialização e da urbanização, podem ser encontrados remanescentes do bioma da Mata Atlântica, reduzido a 7% de sua área original. A área de abrangência deste estudo compõe quatro municípios litorâneos: Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba e Laguna, foram

3 Apesar de ter raiz no termo inglês *Empowerment*, o conceito de empoderamento foi desenvolvido por Paulo Freire e “implica, essencialmente, a obtenção de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual, uma clara formulação das mudanças desejadas e da condição a ser construída. A estas variáveis, deve somar-se uma mudança de atitude que impulse a pessoa, grupo ou instituição para a ação prática, metódica e sistemática, no sentido dos objetivos e metas traçadas, abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva” (SCHIAVO e MOREIRA, 2005).

escolhidos por estarem dentro da região laboratório de DTS e, por isso serem objeto de estudo e ação do NMD – Núcleo Transdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Tendo sido desenvolvido no interior do NMD/UFSC, este trabalho teve como objetivo somar às pesquisas já realizadas na área e alimentar as pesquisas em andamento⁴. Portanto a escolha da unidade de análise esteve diretamente envolvida com a intenção deste trabalho em contribuir para o adensamento das pesquisas nesse território, onde vêm sendo registradas iniciativas pioneiras de criação de novos espaços participativos de planejamento e gestão, a exemplo do Fórum da Agenda 21 local da Lagoa de Ibiraquera, do Conselho Gestor da APA da Baleia Franca, e em breve a RESEX e a RDS.

Em síntese, espera-se que o projeto em pauta (1) ofereça subsídios para o reforço do potencial existente de pesquisa ecológico-humana orientada pelo enfoque sistêmico no país, numa área ainda desconhecida e freqüentemente marginalizada; (2) obtenha maior conhecimento sobre as diferentes estratégias de distribuição, logística e comercialização utilizadas pelas redes de agroecologia locais; (3) alimente os sistemas de informação científica sobre o conteúdo destas experiências; e (4) contribua para dar visibilidade aos sistemas alimentares territorializados enquanto formas alternativas de desenvolvimento, onde a vida se valoriza de modo primordial (sócio e ambientalmente), fortalecendo a agricultura e a pesca familiar/artesanal e o potencial associativo dos empreendimentos orientados pela economia solidária.

Metodologia

“Dentro de uma concepção de conhecimento que seja também ação, podemos conceber e planejar pesquisas cujo os objetivos não se limitem à descrição ou à avaliação(...) Precisamos produzir idéias que antecipem o real ou que delineiem um ideal.” (THIOLLENT, 1992, p. 74)

Pelo respeito àqueles que vivem ou desejam viver próximos da terra é possível destruir os obstáculos epistemológicos que às vezes a própria ciência cria e recria, impedindo a visão compreensiva do real, e assim a questão do método é fundamental (WHITAKER, 2002).

É importante frisar que a pesquisa qualitativa percorreu um longo caminho para ser validada cientificamente. No interior das Ciências Sociais foi a chamada Sociologia Compreensiva que, em oposição ao Positivismo, propôs a subjetividade como fundamento da vida social e, portanto da construção da objetividade nas Ciências Sociais. Seus métodos utilizados na pesquisa tem origem nos trabalhos de Malinowski e da Escola de Chicago. Uma das

4 Ver www.nmd.ufsc.br/

principais contribuições foi demonstrar que o conhecimento está determinado pelo tempo histórico e seus agentes. Assim o conhecimento é sempre aproximado, construído, subjetivo e histórico.

Foram buscadas informações sobre as dinâmicas em curso orientadas pela agroecologia no território litoral centro-sul de Santa Catarina, principalmente os circuitos-curtos de comercialização existentes nos municípios de Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba e Laguna, em específico sobre as dimensões que caracterizam os SALT's. São elas: a produção, a distribuição, a logística, a comercialização e o consumo. Foram utilizados como instrumentos para buscar as informações os seguintes recursos metodológicos: diário de campo; entrevistas semi-estruturadas com agentes locais de desenvolvimento, agricultores/pescadores, consumidores e agentes institucionais; observação participante dos locais de comercialização já existentes; e entrevistas realizadas pelo projeto DTR-IC⁵.

Não se trata simplesmente de ação ou participação, procurou-se estar sensível às reflexões elaboradas pelos adeptos da pesquisa ação⁶, produzir conhecimento, adquirir experiência, contribuir para a discussão e fazer avançar o debate acerca dos *sistemas alimentares territorializados* (SALT's) na construção do desenvolvimento territorial sustentável.

Ao buscar identificar o sistema e seus componentes, houve opção por atualizar o diagnóstico sobre o sistema agroecológico realizado por Santin (2005) e Adriano (2006) e, em alguma medida, inferir sobre a viabilidade de consolidação de um *sistema alimentar territorializado integrado* no Litoral Centro-Sul de Santa Catarina. Buscando encontrar as especificidades deste tipo de sistema para o *desenvolvimento territorial sustentável*.

A busca por entender as inter-relações envolvidas em um sistema opta-se em trilhar o paradigma do sistemismo. Sendo os sistemas distinções feitas pelos observadores, seu foco é nas relações humanas e nas diferentes percepções e interações com o ambiente, visando a aumentar o entendimento sobre uma determinada situação-problema (CHECKLAND apud ARAUJO, 2008)

5 Como este trabalho está inserido dentro dos trabalhos do NMD/UFSC e afim de não repetir entrevistas com os mesmos agentes optou-se, conforme indicação do orientador, utilizar as entrevistas que estavam sendo feitas pela equipe de pesquisa do projeto citado.

6 Conforme Thiollent (1992) a pesquisa ação é um tipo particular de pesquisa social com base empírica em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, configura-se num ambiente onde os pesquisadores e participantes representativos da situação estão envolvidos de modo cooperativo e participativo.

Ao buscar as distintas percepções que os atores envolvidos têm da situação-problema possibilitou encontrar possíveis saídas aos atuais estados de degradação sociopolítica e socioambiental. Este estudo revela um processo de indagação, aprendizagem e ação em um ambiente onde o pesquisador está dentro de um “sistema pesquisante”. Todo processo de pesquisa foi acompanhado por uma revisão ordenada de bibliografia, com intenção de identificar, localizar e produzir dados e informações contidas em distintas fontes. Tal trabalho possibilitou saber até onde foi o conhecimento científico sobre o território, e partindo deste patamar construir um conhecimento sobre o sistema agroalimentar atenuado tanto com o conhecimento científico como também as necessidades locais.

Foram elencados quatro eixos como focos para a revisão ordenada de literatura: enfoque sistêmico, desenvolvimento territorial sustentável, sistemas agroalimentares, e politização do consumo. O primeiro está relacionado com a perspectiva adotada, permitiu uma visão sobre mundo, e assim, situar o campo de pesquisa na crise socioambiental planetária. O segundo diz respeito aos desdobramentos do ecodesenvolvimento e, se apresenta hoje como alternativa para o *desenvolvimento sustentável*. O terceiro permitiu saber o estado da arte dos modos de produção, distribuição, comercialização e consumo dominantes e as possíveis alternativas em curso. E o último significa um movimento em curso, que representa a valorização da ação concreta cotidiana, no exercício da cidadania, e aponta o papel do consumidor diante o atual padrão de consumo moderno.

A adoção da observação participante permitiu a captação dos acontecimentos no momento em que são produzidos, sem mediação de documento ou testemunho. Esse recurso metodológico permite reconstruir os fundamentos culturais e ideológicos que subjazem à ação dos atores.

Foi utilizado o Diário de Campo, muito usado no fazer antropológico, pois é um ótimo instrumento na tentativa de captar a multiplicidade de elementos existentes no cotidiano. A utilização deste recurso metodológico é importante para maior compreensão e explicação dos dados coletados por outras técnicas. E ainda, para a compreensão dialética do real, a utilização do olhar aprofundado e atento do pesquisador torna-se um instrumento imprescindível fundamental na pesquisa de campo, passando pela questão da relação intersubjetiva entre o pesquisador e os sujeitos da realidade pesquisada, auxiliando no processo interpretativo.

A entrevista, conforme Quivy e Campenhoudt (1992), permite um nível de informações profundas através do contato direto entre investigador e seus interlocutores. Este recurso

possibilita analisar os significados dados pelos atores à suas práticas e aos acontecimentos. A opção em entrevistar atores chaves se dá pelo fato de representarem e exercerem influência no nível comunitário ou governamental, considerando-os como representações do “discurso coletivo”.

As entrevistas foram orientadas pelo método proposto por Quivy e Campenhoudt (1992) – *semi-diretiva*, composta por um roteiro pré-estabelecido de questões afinadas às questões norteadoras e aos objetivos. Seguindo o roteiro metodológico do enfoque de DTS procurou-se explorar a *trajetória de desenvolvimento do lugar*, com intuito de identificar os condicionantes que geraram o contexto socioeconômico e socioambiental da região estudada. Também foi centrado o olhar nos principais *entraves e oportunidades* para o fortalecimento dos SALT's.

Para fins deste trabalho os atores foram categorizados da seguinte forma: agricultores/pescadores, consumidores, agentes de desenvolvimento, e poder público (Quadro 2).

QUADRO 02 – Categorização dos atores e números de entrevistados

CATEGORIA	ATORES
Agricultores	- Agricultores familiares orgânico (7)
Consumidores	- Consumidores das feiras e do Mercado do Produtor (5)
Agentes de Desenvolvimento	- Cepagro ⁷ (2) - Cooperlagos (1) - Gaia Village ⁸ (1) - Cresol (1)
Poder Público	- Secretaria de Agricultura (3) - EPAGRI (2)

Vieira (2006b) aponta que o enfoque de DTS pressupõe os seguintes caminhos metodológicos para a pesquisa em sistemas socioambientais – *diagnóstico descritivo, diagnóstico explicativo, análise prospectiva, construção participativa de um plano estratégico de ação e*

7 Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo - CEPAGRO

8 Gaia Village é um projeto ambiental realizado em Garopaba e está vinculada à Fundação Gaia. www.gaia.org.br www.fgaia.org.br

estudos de viabilidade dos projetos. No presente trabalho buscou-se atualizar a base de dados existentes, principalmente do primeiro item (diagnóstico descritivo), em menor grau buscamos alimentar os dois itens seguintes (diagnóstico explicativo e análise prospectiva).

Assim, procurou-se com o processo de análise dos dados e informações, na classificação e seleção das categorias e das variáveis e seus indicadores, identificar elementos para inferir sobre a existência de elementos que possibilitem indicar a existência dos SALT's nessa região e os elementos para seu fortalecimento.

Como se trata de uma pesquisa sensível à metodologia da pesquisa-ação é imprescindível a busca pela apropriação comunitária do conhecimento deflagrado com este trabalho, reforçando o potencial das estratégias de intervenção dos novos instrumentos de gestão capazes de alimentar uma relação sinérgica entre a esfera da produção de conhecimento e a esfera da ação planejadora, expresso no desafio colocado ao trabalhar junto ao projeto DTS-IC. Contudo, tratando-se de um trabalho de conclusão de curso (TCC) as limitações em relação à metodologia da pesquisa-ação são evidentes.

Apesar de também ser nítida a dificuldade neste trabalho em construir um conhecimento transdisciplinar acerca da problemática selecionada, ele situa-se no horizonte da pesquisa transdisciplinar conforme trabalho desenvolvido no NMD. Mantém-se portanto sensível ao reconhecimento da interdependência de todos os aspectos da realidade e apreensão do *holomovimento* (a dinâmica da realidade enquanto sistema) (JANTSCH apud CAPRA, 1997). Tal horizonte transdisciplinar só é possível num contexto de integração interdisciplinar gradativo que se caracteriza pelo fim das certezas (PRIGOGINE, 1996); por um novo espírito científico (BACHELARD, 1996); pelo reencantamento do mundo; pela cosmovisão e ação sistêmica; pela hibridização entre os diálogos de saberes e os diálogos interculturais; e, pela formação de coletivos de pesquisa-ação.

Para melhor realização dos objetivos, as perguntas feitas aos atores estavam antenadas a *variáveis* que possuem também o papel de *indicadores*. Tais perguntas foram feitas de maneira que possibilitassem maior liberdade de resposta, não sendo obrigatória a resposta de todo roteiro, se preocupou com que falassem abertamente, utilizando de suas palavras e ordenado de maneira própria.

QUADRO 03 – Quadro Analítico

Conceito Norteador	Dimensões	Categorias	Variáveis	
Desenvolvimento Territorial Sustentável	(Práticas sociais efetivas dos atores)	Contexto de ação	- Características da região em estudo - Reconstituição da trajetória de desenvolvimento em estudo - Transformações nos padrões de consumo	
		Sistemas de ação territoriais	- Representações de desenvolvimento veiculado no discurso dos atores e nos projetos - Estratégias colocadas em prática pelos agentes em interação envolvidos no território - Compromissos e conflitos gerados nessa interação - Ação coletiva: mecanismo de estruturação e regulação da ação	
	EMPÍRICA Práxis do desenvolvimento	Dinâmica socio-econômica	- Reforço à economia plural - Reforço aos circuitos-curtos de comercialização - Estímulo ao empreendedorismo e ao cooperativismo - Reforço à pluriatividade e à complementação de atividades agrícolas e não agrícolas	
			Dinâmica socio-cultural	- Mobilização e protagonismo dos atores locais - Reforço das redes locais (laços/solidariedade) - Disseminação da aprendizagem e da inovação entre atores - Relações de proximidade entre produtores e consumidores - Estilos de vida (padrões de consumo/lazer)
		(Princípios e valores)		
NORMATIVA Resultados do desenvolvimento				

Fonte: Baseado em Andion, 2007.

Em síntese, foram produzidos e coletados dados sobre as dinâmicas que envolvem o sistema agroalimentar da agroecologia do litoral centro-sul de Santa Catarina. Foram utilizados como

instrumentos metodológicos: 17 entrevistas semi-estruturadas⁹ com agentes locais de desenvolvimento, agricultores/pescadores e agentes institucionais; observação participante dos locais de comercialização e contato com os consumidores; e acesso as entrevistas realizadas por pesquisadores do projeto DTS-IC.

Ao final da pesquisa surgiu a reflexão sobre o recorte realizado e o modo como foi feita a entrada no campo de pesquisa. Detectou-se no transcorrer do trabalho que a pesquisa poderia ter se desenvolvido com maior eficácia se o recorte houvesse sido feito a partir da área de abrangência do Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia. Principalmente por haver uma intenção clara, desta rede, pelo desenvolvimento da agroecologia e também por existir bastante confluência com o chamando de *sistema alimentar territorializado*, ou seja pela atuação em todo sistema agroalimentar – produção, distribuição, logística, comercialização e consumo. E quanto a entrada no campo de pesquisa acredita-se Tem no Circuito da Rede uma das principais potencialidades na consolidação de um SALT na região.

Estruturação dos capítulos

No primeiro capítulo trata-se de demonstrar o referencial teórico a partir da revisão bibliográfica realizada, que esteve orientada pelos seguintes temas: crise socioambiental planetária, aonde se busca apontar sua origem, trajetória e as possíveis saídas; desenvolvimento territorial sustentável, frisando seu contexto de surgimento e suas principais características; sistemas agroalimentares, como forma de entender as dinâmicas de produção, distribuição, comercialização e consumo de alimentos; e por fim o tema da politização do consumo com sua variante conservadora e mesmo seus limites diante o quadro de degradação atual.

No capítulo seguinte apresenta-se o contexto do surgimento das redes agroecológicas no Litoral Centro-Sul, salientando a importância da análise da trajetória de desenvolvimento desta região para a construção de alternativas concretas sintonizadas com o enfoque sistêmico de desenvolvimento.

Já no terceiro capítulo buscou-se, com base no conceito de *sistema alimentar territorializado*, analisar as informações produzidas na pesquisa de campo e caracterizar o cenário

9 Roteiro das entrevistas em anexo.

agroecológico desta região. E por final são apresentadas as conclusões da pesquisa apontando suas limitações e pistas para pesquisas futuras.

CAPÍTULO 1 – REVISÃO DE LITERATURA

1. Crise socioambiental planetária

“Os problemas ambientais globais foram construídos para esconder os problemas gerados pela globalização do local. (SHIVA, 2001)”

O tipo de ordem estabelecida na sociedade está hoje gerando desordem na natureza, e a crise ambiental coloca em questão o próprio modo de organização da sociedade e as leis que regem sua reprodução.

Os riscos de conflitos por recursos naturais, fome, migrações internacionais e refugiados ecológicos tendem a aumentar na medida em que os países desenvolvidos continuarem promovendo uma distribuição desigual do uso dos recursos naturais e os países do Sul continuarem reivindicando o mesmo modelo de desenvolvimento predatório, tornando impossível a contenção da produção e do consumo global dentro de limites sustentáveis. Este quadro aponta para a percepção ética de que todos os países e grupos sociais devem ter direitos proporcionais no acesso e utilização dos recursos naturais, uma luta para que além do *nosso futuro, nosso presente* também seja *comum*. (PORTILHO, 2005b)

1.1 Trajetória da crise

A agricultura e a pecuária transformada em indústria passou a utilizar métodos artificiais – fertilizantes e pesticidas sintéticos, manipulação genética e hormônios para acelerar o crescimento dos animais. No entanto se de um lado tais práticas fizeram aumentar a produção, e também os lucros, de outro lado vêm causando sérios danos ao meio ambiente e ao próprio ser humano. Sendo a principal responsável pela perda da biodiversidade biológica (erosão genética) (VIA CAMPESINA, 2009).

Os agrotóxicos, por sua vez, prejudicam todos os organismos vivos, e não apenas aqueles que deveriam controlar. Resíduos de sua aplicação na lavoura são encontrados nos alimentos e na água que a população consome. A exposição por tempo prolongado pelos agricultores a esses insumos tornam-os suscetíveis ao câncer, à alterações do sistema nervoso, danos ao fígado e rins, problemas respiratórios e de reprodução (BOMTEMPO, 1985).

Outro fato que alimenta a crise socioambiental é a criação de animais no modelo industrial, sendo uma importante fonte de contaminação ambiental. Calcula-se que um terço do peixe capturado no mundo todo é utilizado em ração animal para produzir carne de gado, de porcos, de frango e ovos. Do mesmo modo acontece na produção de grãos, onde a quase praticamente toda a produção é destinada para a alimentação animal. Pior ainda, é a contaminação com os dejetos produzidos.¹⁰

As lutas contras as agressões ambientais são lutas pela construção da esfera pública na natureza, e pela introdução da política na gestão do meio ambiente. É através da política que se promoverá a desprivatização do meio ambiente e se garantirá o respeito aos direitos ambientais das populações, principalmente num contexto onde a crise também é resultado da invasão da esfera pública pela esfera privada.

Pois as agressões ambientais são resultado da imposição do interesse de poucos sobre o mundo de todos, afetam portanto o próprio interesse público. A poluição é um exemplo deste jogo, pois consiste em um processo de consumo forçado de substâncias poluentes por indivíduos que não estabeleceram nenhum contrato voluntário. Existe de fato um relação de troca forçada, pela qual um certo número de empresas obriga regularmente milhares de indivíduos a consumirem substâncias para as quais inexistente demanda monetária.

Percebe-se assim que todas as vítimas de agressões ambientais sofrem, involuntariamente, as consequências da ação privada de certos agentes econômicos sobre o meio ambiente comum, salientando que tais pessoas em nenhum momento firmaram qualquer contrato em que fixassem seu consentimento para com as práticas de que são vítimas; houve impossibilidade de escolher; relativamente às agressões ambientais, elas têm seus direitos gravemente desrespeitados (ACSELRAD, 1992).

É necessário pensar hoje que a depredação ambiental é levada a cabo pela mesma lógica que engendra os fenômenos de exclusão e miséria, a mesma que hoje despovo a esfera pública, luta para suprimir os direitos sociais, também luta para negar o direito ambiental das populações atingidas por agressões ao meio ambiente, como acontece com os agricultores, os seringueiros, os pescadores artesanais, os indígenas, etc.

¹⁰ Ver documentário Espírito de Porco sobre os impactos da suinocultura no oeste catarinense de Chico Faganello e Daura Veras.

A lógica privada está levando a sociedade ao seu próprio sepultamento, na medida em que coloca na esfera do mercado o poder de decisão sobre o modelo de desenvolvimento. Não reconhecer que o meio ambiente é um bem coletivo, e que as águas, a terra, o ar, a flora e a fauna devem ser vistos e utilizados de maneira criteriosa e sob a ótica da precaução; sabe-se que o uso de uns afeta todos tem levado a sociedade à sua degradação.

A crise radica também no malogro da substituição do homem pela máquina, onde o grande projeto transformou num implacável processo de servidão para o produtor e de intoxicação para o consumidor. Illita (1973) apontou 6 ameaças impostas pelo modelo industrial: super crescimento ameaça o direito ao meio; industrialização ameaça o direito à autonomia na ação; super programação ameaça o direito à criatividade; complexidade que origina o sistema de produção ameaça o direito à política; fortalecimento dos mecanismo de usura ameaça o direito à tradição e à utopia; e a última ameaça decorre da frustração engendrada pela satisfação obrigatória e instrumentalizada.

Quanto à questão da superprogramação engendrada pelo modelo industrial e seus efeitos na esfera da autonomia pessoal, Illich (1973) sugere que a existência de um monopólio radical reside quando a ferramenta programada despoja o indivíduo da sua possibilidade de fazer. A dominação exercida pela ferramenta instaura o consumo obrigatório, refletido na industrialização dos valores.

A industrialização, mais do que o homem, beneficiou-se com os progressos da instrumentalização da vida, esta foi transformada em produto de consumo social, uma mercadoria dentro de uma economia em desenvolvimento. Através da aplicação de um novo conhecimento para solução de um problema, permitiu critérios científicos medir determinada eficiência, no entanto o progresso alcançado transformou-se em um meio para explorar o conjunto social, para colocar ao serviço dos valores que uma elite especializada, garante seu próprio valor (ILLICH, 1988).

Dessa maneira tem-se notado que a intensificação dos processos destrutivos nas décadas anteriores tem desgastado as concepções conservadoras e tecnocráticas, ainda prevalentes em setores ambientalistas. Possibilita a emergência de enfoques integrativos preocupados com o foco irradiador da problemática socioambiental – o estilo de desenvolvimento

socioeconômico e cultural subjacente à dinâmica de funcionamento das sociedades modernas (VIEIRA; HOGAN, 1992).

1.2 Atualidade da crise

No atual sistema de usura programada em grande escala, alguns centros de decisão impõem a inovação ao conjunto da sociedade, privando as comunidades de base de escolher seu futuro. A limitação da produção industrial tem a finalidade de libertar o futuro, de abrir as ações pessoais à surpresa, pois o modo de produção industrial estabeleceu o domínio não só sobre os recursos e a instrumentalização, mas também sobre a imaginação e desejo dos homens. Ou seja, operou na industrialização do homem, trazendo a degradação de todas as linguagens, tornando difícil encontrar palavras que falariam de um mundo oposto àquele que as engendrou, operando um monopólio sobre a própria percepção e motivação. É tempo de começar a procurar dentro de que fronteiras as coletividades humanas concretas podem usar a técnica para satisfazer suas necessidades sem causar prejuízos, ao mesmo tempo faz-se necessário investir no descobrimento dos sistemas e das instituições que otimizem os modos de produção em um horizonte pós-industrial, que Illich (1973) denomina de convivencial.

Existem hoje três “tipos” de perigos globais: o primeiro seriam os danos ecológicos embutidos na riqueza e no desenvolvimento técnico-industrial com implicações mais globais; o segundo seriam aqueles danos ecológicos condicionados pela desigualdade, expressa nas condições de miséria e pobreza, com implicações mais locais: e por fim, os perigos resultantes das armas de destruição em massa tanto pelo terrorismo (privado) como pelo militar-estatal (BAUMAN, 2001). Nesta sociedade de risco mundial, os riscos e danos perderam sua limitação espaço-temporal e são hoje globais e permanentes (BECK, 1997).

Já é consenso entre pesquisadores da temática que as ações empreendidas para o enfrentamento da crise socioambiental têm sido ambíguas, fragmentadas e sem capacidade de fazer jus à complexidade da temática, que engloba desde a redução das desigualdades no interior de cada país e entre países, à consolidação de novos arranjos institucionais capazes de controlar a evolução técnica, como também, a necessidade de internalização de uma nova relação homem-natureza (VIEIRA; HOGAN, 1992).

Se até a publicação do Relatório Nosso Futuro Comum (1987) o ambientalismo brasileiro era marcado pelo viés *preservacionista*, daí em diante o movimento ambientalista se torna complexo e multissetorializado. Mas ao mesmo tempo em que a Cúpula da Terra¹¹ acelerou sua expansão e consolidação ideológica e argumentativa distanciou-os do enfoque sistêmico de política ambiental. A crise de identidade do movimento ambientalista perdura até hoje, face à ausência de uma agenda estruturada capaz de viabilizar coalizões sociais em torno da noção chave de ecodesenvolvimento e Agenda 21 local em rede (VIEIRA, 1992).

Mesmo com o acúmulo de evidências sobre o aumento tendencial do volume de impactos destrutivos da ação humana sobre a dinâmica de evolução dos ecossistemas, a ponto de ameaçar diretamente as pré-condições de sobrevivência da espécie no longo prazo (MEADOWS, 1978), a crise do meio ambiente tem sido vista como uma perturbação inoportuna e temporária. E soma-se a esse cenário o fato das demandas sociais e as ações governamentais serem ainda muito difusas e teoricamente desinformadas (VIEIRA, 2002).

Desta forma, o foco estrutural da crise pode ser inferido para a dinâmica econômica, aos conflitos de representação e interesse, e as incertezas e controversas científicas (MEADOWS, 1978; MORIN & KERN, 1995; VIEIRA, 2006)

É notório que o desenvolvimento da ciência trouxe uma quantia de vantagens, associadas com a intensificação da divisão do trabalho, no entanto, ao mesmo tempo, deram os inconvenientes da superespecialização, do confinamento e daquilo que Morin chama de despedaçamento do saber. Pois não só foi produzido conhecimento e elucidação, mas também a ignorância e cegueira (MORIN, 2000).

Atualmente parece predominar a crença de que a questão da liberdade está encerrada, resolvida da melhor maneira e, por isso não se sente necessidade de ir para as ruas protestar e exigir maior liberdade do que já se tem ou se acha ter. É preciso, visto que o conhecimento permite aos indivíduos maior chance de exercerem sua liberdade, identificar o que reside para conhecer nos tempos atuais (BAUMAN, 2000).

¹¹ Também conhecida como Eco-92, ou Rio 92, trata-se da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), reuniu 178 países com o objetivo de conciliar desenvolvimento socioeconômico mundial com a preservação dos ecossistemas do planeta, seu principal resultado foi o lançamento da Agenda 21. Foi também o primeiro encontro global pós-Guerra Fria e considerado a base da conferência de Kyoto.

E na medida em que o aumento da liberdade individual pode coincidir com o aumento da impotência coletiva, num cenário onde as pontes entre vida pública e privada são destruídas, ou nem foram construídas, é que reside a dificuldade em discernir e apontar o que é público nos problemas privados (BAUMAN, 2000).

A modernidade “derreteu os sólidos” mas não com a intenção de limpar a área para novos e aperfeiçoados sólidos, sólidos de solidez duradoura, que tornaria o mundo previsível e, portanto, administrável, intenção manifesta no Manifesto Comunista de Karl Marx (BAUMAN, 2001).

Pois o derretimento dos sólidos, na atualidade, deixou exposta a complexa rede de relações no ar, aberta para a invasão e dominação da racionalidade instrumental, para uma tendência ao determinismo econômico. Este fenômeno não se deu de forma violenta (ditadura, colonização, opressão)¹², mas emergiu do derretimento dos sólidos suspeitos de limitar a liberdade individual. É importante ainda salientar que Bauman (2001) apoiado no argumento de Claus Offe indica que por mais livres e voláteis que sejam as características dessa nova ordem, isoladamente ou em conjunto, o modo como são entretidos é “rígido, fatal e desprovido de qualquer liberdade de escolha” (BAUMAN, 2001, p. 11).

As lutas sociais contra a degradação ambiental vêm ultimamente se articulando com as lutas pela cidadania e democracia, expressam a tentativa de romper com o quadro acima. Tais lutas têm por objetivo geral introduzir princípios democráticos nas relações sociais mediadas pela natureza, exprimem portanto a busca por democratização do controle sobre os recursos naturais. Notando que a crise ambiental expropria duplamente das condições materiais e culturais de existência e trabalho as populações, primeiro pela destruição dos modos de vida tradicional e, segundo pela negação do direito à diversidade cultural de relacionamento das comunidades com a natureza (ACSSELRAD, 1992).

O caso brasileiro é singular, pois devido ao predomínio da racionalidade econômica que confere a entrada não seletiva na dinâmica da globalização perversa também distancia a cidadania da consciência de pertencimento a coletividade e, apresenta o cidadão enquanto consumidor/ usuário (PORTILHO, 1995). Um sistema que coloca ao conjunto da população o acesso ao consumo de massa e não lhes confere direito à cidadania.

12 Salvo nos processos conhecidos por externalidades.

Diversos autores já trataram da redução do cidadão a consumidor na sua relação individual, com diversos conceitos: “fim da cidadania” (BAUMAN, 2000), “declínio do homem público” (Sennet *apud* Portilho, 2005a), “dissolução do espaço público” (ARENDT *apud* PORTILHO, 2005a), “esgotamento das energias utópicas” (HABERMAS *apud* PORTILHO, 2005a), num contexto de mercadorização de todas as esferas da vida, onde o direito social se transfigura para a idéia de conquista pessoal.

1.3 Enfrentamento da crise

Frente ao esgotamento do “modelo de desenvolvimento catarinense” é necessário detectar novos espaços de manobra para gestão de estratégias de desenvolvimento voltados para erradicação da pobreza e da superação do modelo econômico vigente. Isso, no entanto, pressupõe: descartar a cópia de “modelos”; a convivência com a incerteza; a sintonia com a diversidade de situações; e explorar brechas na organização social e política que possam favorecer a internalização dos eixos estratégicos e a aplicação das proposições que engendrem empoderamento¹³ da sociedade civil, a exemplo das Agenda 21 Locais (VIEIRA, 2006).

Estes desafios implicam uma genética cultural sendo contestada em cada fenômeno isolado, onde os membros da sociedade e as instituições que até agora mantiveram a ilusão de conter todas as respostas terão que enfrentar desafios para os quais não há respostas prontas. Não que as dúvidas nunca houveram existido, mas os mapas cognitivos da sociedade contemporânea se esmaeceram (SANTOS, 2005).

Considerando que a superprodução industrial de um serviço revela efeitos secundários tão catastróficos e destrutivos como a superprodução de um bem, é mister determinar com exatidão as escalas e os limiares que permitam circunscrever o campo da sobrevivência humana. Tal situação requer uma análise partindo da idéia de um equilíbrio multidimensional, analisando a relação do homem com a sua ferramenta (ILLICH, 1973).

Somente invertendo a lógica da instituição se tornará possível derrubar o movimento engendrado pela modelo industrial, que se desenvolve às custas da desigualdade. Somente uma estrutura convivencial da ferramenta pode conjugar sobrevivência e equidade, onde o exercício da criatividade de uma pessoa nunca imporá a outra um trabalho, um conhecimento,

13 Ver nota de rodapé 3

ou um consumo obrigatório. A convivencialidade não tem preço, mas a humanidade deve saber muito bem o que custará desligar-se do modelo atual.

A convivencialidade é multiforme e Illich (1973) pretende definir os indicadores que apontam como a ferramenta manipula o homem para proscreever a instrumentalização; e busca também listar as instituições que destroem o modo de vida convivencial. O autor também procura detectar os meios que se transformaram em fins, pois só há uma maneira de liquidar para sempre os dirigentes: demolindo o mecanismo que os torna necessários e, com isso, a procura maciça que lhes assegura o império!

Dessa maneira pode-se descrever os elementos estruturais negativos da produção e a estrutura formal básica para um novo pluralismo político. Conforme Illich (1973), são seis fronteiras aplicáveis à expansão da produção:

- a) libertar-se da opressão do sem-sentido e da carência, reconhecendo cada qual sua própria capacidade de aprender, de se mover, de se descuidar, de se fazer entender e de compreender;
- b) ferramenta convivencial é aquela que deixa a maior latitude e a maior amplitude para modificar o mundo de acordo com a intenção individual, sendo todos aqueles instrumentos racionais da ação humana, todos os objetos tomados como meio para um fim;
- c) O que importa é o equilíbrio entre a instrumentalização concebida para satisfazer a procura que provoca com os instrumentos que estimulam a realização pessoal;
- d) A interpretação exclusivamente industrial do socialismo permite aos comunistas e aos capitalistas falar o mesmo idioma, medir de forma similar o grau de desenvolvimento alcançado por uma sociedade. A estrutura inerente à ferramenta que se tomou como meio e que determina uma crescente carência geral.
- e) Hoje existem as condições para conceber ferramentas que permitem eliminar a escravidão do homem perante o homem, sem o submeter à máquina, para tal é necessário subverter o quadro de instituições.

Para traduzir na prática a possibilidade teórica de um modo de vida pós-industrial e convivencial, precisamos assimilar os limiares a partir dos quais a instituição gera frustração e os limiares a partir dos quais as ferramentas exercem um efeito destrutivo sobre a sociedade no seu conjunto.

“Um novo sistema de produção deve também encontrar novamente a dimensão pessoal e comunitária. Onde a pessoa é a única escala que deverá determinar a necessidade humana dentro da qual a produção social é realizável. Uma sociedade convivencial é o inverso da produtividade industrial. A superação da produtividade é a passagem da repetição da carência para a espontaneidade do dom. Tal mudança substitui um valor técnico por um valor ético. É a liberdade individual, realizada dentro do processo de produção no seio de uma sociedade equipada com ferramentas eficazes. Na sociedade pós-industrial a ferramenta moderna está a serviço da pessoa integrada na coletividade, e não ao serviço de um corpo de especialistas.” (ILLICH: 1973, 35)

A reconstrução convivencial portanto implica o desmantelamento do atual monopólio da indústria, não a supressão de toda produção industrial. Exige a coexistência de uma pluralidade dinâmica de estruturas complementares na força produtiva e que haja lugar para uma pluralidade de ambientes. Implica na adoção de ferramentas que coloquem em ação a energia do corpo humano e que possibilite a proteção do poder das pessoas e coletividade para modificar e renovar os seus estilos de vida, as suas ferramentas, o seu ambiente (ILLICH, 1973).

A restauração de um equilíbrio ecológico depende da capacidade de reagir contra a progressiva materialização dos valores, pois qualquer indústria pode engendrar uma aceleração insuportável dos ritmos de usura, devido a sua grande velocidade. Desse modo cabe a investigação radical, que trata da análise dimensional da relação do homem com sua ferramenta, apresentar os critérios que permitem determinar quando uma ferramenta atinge um limiar de nocividade como também inventar ferramentas que otimizem o equilíbrio da vida e assim maximize a liberdade de cada qual com sua ferramenta.

É tempo de começar a procurar dentro de que fronteiras as coletividades humanas concretas podem usar a técnica para satisfazer suas necessidades sem causar prejuízos. Ao mesmo tempo faz-se necessário descobrir os sistemas e instituições que otimizem os modos de produção convivencial. As ferramentas podem possibilitar duas coisas: ou aumentar o poder do homem, ou substituir seu poder. Illich (1973) aponta três obstáculos para que todos tenham

tal distinção claramente, são eles: idolatria da ciência; corrupção da linguagem cotidiana; e desvalorização dos procedimentos formais que estruturam a tomada de decisão social.

Pois ao mesmo tempo em que a medicina convencional representa melhor saúde ela nega fatores como qualidade do ambiente, da higiene, do modo de vida e da capacidade de cuidar dos outros como indicadores. A ciência tende a apresentar como melhor saber, fazendo com que todo cidadão abdique todo seu poder em favor do perito, o único competente. Assim faz o indivíduo despojar-se de competência jurídica e política, entregando aos peritos até mesmo a preocupação de fixar limites ao crescimento.

Numa sociedade onde a linguagem se substantivou, a insistência sobre o direito de agir é substituída pela insistência sobre o direito de ter, convertendo o agente em usuário. E por isso é uma função convivencial reivindicar direito à ação social em vez de ao consumo.

A sociedade pós-industrial diz respeito a um processo político que permita à população determinar o máximo que cada qual pode exigir, num mundo limitado, diz respeito a um processo consensual destinado a fixar e manter os limites do crescimento da instrumentalização, um processo de estímulo à investigação radical, onde um numero crescente de pessoas possa fazer cada vez mais com cada vez menos.

Assim a linguagem desempenha um papel fundamental na medida em que é necessário que a comunidade capte a natureza profunda da crise para saber formular, numa linguagem que ressoe, aquilo que querem, aquilo que podem e aquilo de que não necessitam. É necessário grupos capazes de advogar a causa de uma sociedade que estabeleça as fronteiras de crescimento frente a instrumentalização da vida, fazendo-o em termos concretos, compreensível para todos, desejáveis em geral e imediatamente aplicáveis.

Contudo Illich (1973) alerta que um recurso lúcido ao processo, num espírito de oposição contínua à burocracia, é a única maneira possível de evitar que a revolução se transforme, ela mesma, em instituição. O recurso à estrutura formal continuará a ser a ferramenta mais eficaz para denunciar a hipertrofia cancerosa e o domínio do modo de produção industrial como a derradeira forma de idolatria. E por isso, para escolher uma vida austera baseada nas ferramentas convivenciais é preciso defender-se contra o imperialismo das megaferramentas em expansão.

A descoberta científica pode trilhar dois caminhos, conforme Illich (1973): um que conduz à especialização do saber, à institucionalização dos valores, à centralização do poder; o outro, ligado ao aspecto convivencial, possibilita frutificar a invenção, busca aumentar o poder e o saber de cada um, permitindo-lhe exercitar sua criatividade.

Assim no bojo do desmantelamento do setor público dos países do Sul encontra também existência de vários registros de experiências originais de auto-organização socioeconômica e sociopolítica no nível local, denotando processos de recriação de identidades. Dessa maneira uma nova lógica de organização territorial do desenvolvimento se contrapõe ao ajustamento passivo imposto pela globalização de inspiração neoliberal (VIEIRA, 2006)

2. Do Ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Territorial Sustentável

Até 1970 três visões de desenvolvimento concorriam pela hegemonia, a saber – modernização racional, estruturalista-desenvolvimentista e a dependentista. A partir das evidências dos limites do crescimento e da consciência dos custos socioambientais do mesmo, com a divulgação do Relatório Meadows em 1972, emerge uma nova corrente em nome dos riscos embutidos na internacionalização crescente dos sistemas produtivos e do capital financeiro, cujos valores centrais se expressam nas grandes corporações transnacionais. Assim o ecodesenvolvimento emerge enquanto crítica radical da ideologia economicista subjacente à civilização industrial tecnológica. (VIEIRA, 2006)

Frente a desorientação dos mapas cognitivos na atualidade (SANTOS, 2005), o enfoque do ecodesenvolvimento, concebida no clima intelectual da preparação da Conferência de Estocolmo, enquanto concepção sistêmica que aponta para adoção de uma diretriz preventiva e pró-ativa, critica as finalidades básicas (elevação da taxa de crescimento material ilimitado), as estratégias de planejamento (visão tecnocrática que descarta a participação civil) e os critérios globais de avaliação da eficácia dos processos de desenvolvimento (indicadores econômicos que ignoram os efeitos externos do desenvolvimento – degradação, gestão predatória, perda do controle social da inovação tecnológica e marginalização de amplos setores sociais) induzidos pela ação governamental (VIEIRA, 1993).

Ecodesenvolvimento depois da reelaboração feita por Ignacy Sachs (apud VIEIRA, 1992) do conceito cunhado primeiramente por Maurice Strong, passa a estar associado enquanto estilo de desenvolvimento rural e urbano orientado pela satisfação prioritária de necessidades básicas, buscando gerar autonomia (*self-reliance*). Enquanto enfoque de planejamento de estratégias plurais de “harmonização” (SACHS, 2007) entre atividade de dinamização socioeconômica e o trabalho de gestão racional do meio ambiente, também opera sob princípios de solidariedade sincrônica e diacrônica entre gerações e está fortemente ligado na luta contra a desigualdade social e dependência no e sobre o Terceiro Mundo.

Este jogo da “harmonização” implica dois marcos regulatórios: o primeiro, relacionado com a demanda social, diz respeito a regulação dos padrões de consumo e estilo de vida; o segundo, no campo da oferta de bens e serviços, se relaciona à regulação das forças produtivas que englobam a gestão do uso de tecnologias, a natureza dos produtos gerados, a organização espacial dos sistemas produtivos e por fim, a gestão do uso de recursos naturais e do suprimento energético, aqui incluída a gestão dos recursos socialmente produzidos.

Esta rede conceitual relacionada ao ecodesenvolvimento está sob a base normativa elaborada por Sachs (2007) que seria: a) prioridade ao alcance de finalidade sociais; b) valorização da autonomia (*self-reliance*); c) busca de uma relação de simbiose com a natureza; e por fim d) eficácia econômica. Combate-se o estado de coisas onde o elevado crescimento econômico coexiste com a dinâmica perversa do “mal desenvolvimento”, que busca total controle dos processos de desenvolvimento pela ação da sociedade civil organizada e abandono do padrão adotado pela modernidade do reducionismo econômico. No âmbito internacional questiona o padrão de incorporação dos países em desenvolvimento ao sistema econômico internacional.

Em suma, a proposta de ecodesenvolvimento aponta para o equilíbrio ecossistêmico, a necessidade de sobrevivência e a evolução das gerações atuais e futuras articuladas com a viabilidade econômica. Assim, ecodesenvolvimento representa uma alternativa que articula um desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente prudente e politicamente participativo.

Dessa maneira o paradigma sistêmico contribui na elucidação da crise socioambiental e na prospecção de alternativas de desenvolvimento, pois procura ser um recurso indispensável à integração teórica do campo da ecologia humana e à viabilização de uma política ambiental

preventiva. A abordagem sistêmica, conforme Vieira (1992) é um método de tratamento anti-reducionista dos fenômenos ambientais, que enquanto teoria permite maior compreensão das transformações ecossociais e enquanto método permite realizar análises prospectivas, permitindo a elaboração de indicadores de qualidade socioambiental condizente com uma abordagem estrutural das causas da problemática socioambiental.

Tal enfoque ainda aponta para a relação entre os processos de percepção da problemática ambiental com os processos de aprendizagem social, sugerindo mudanças de comportamento. Desse modo, através da percepção da problemática ambiental os atuais estilos de consumo, de interação social e de participação política podem ser inflexionados para criação de hábitos sintonizados com um novo projeto de civilização. A abordagem sistêmica também possibilita a gestão da complexidade, através do entendimento de elevado número de fatores envolvidos, pelo caráter não linear das inter-relações somadas aos efeitos contra-intuitivos das ações empreendidas (VIEIRA, 2007).

A experimentação de tais modelos sistêmicos de análise voltados para ação de planejamento e gestão territorial pretende possibilitar compreender melhor os seguintes pontos: (i) os diferentes padrões de percepção e representação das dinâmicas de desenvolvimento por parte dos atores sociais; (ii) a singularidade das estratégias locais; (iii) as complexas inter-relações entre inovação científica-tecnológica, riscos socioambientais e as novas opções de regulação econômica; (iv) a dinâmica conflitiva e cooperativa que caracteriza o jogo dos atores envolvidos nos diversos modos de apropriação e gestão dos recursos naturais de uso comum; e por final, (v) os condicionantes bioecológicos e socioculturais para mudanças rumo a novos estilos de vida (mais solidários e prudentes ecologicamente).

Diante a crise do mundo rural e degradação intensiva da qualidade de vida no meio urbano o Desenvolvimento Territorial Sustentável – DTS, deveria aparecer como prioridade na agenda ambiental brasileira. Tal estratégia de gestão pressupõe a elaboração mais rigorosa do conceito de autonomia local, procurando uma efetiva instauração dos princípios de subsidiaridade e de interdependência negociada através de um tecido cultural gerador de estratégias endógenas/autodeterminadas de desenvolvimento que signifiquem empoderamento das comunidades envolvidas.

Os obstáculos ao planejamento e gestão do DTS podem ser sintetizadas nos seguintes tópicos: (i) indefinição legal sobre competência e responsabilidade política e administrativa entre município e estado; (ii) pluralidade de representação sobre a crise ecológica no setor público; (iii) cultura política clientelista, conservadora e com resíduos autoritários; (iv) inexistência de um federalismo cooperativo; e por final (v) a existência de um competitivismo entre os entes federados.

Apesar do SISNAMA representar uma ruptura ao sistema tradicional de divisão administrativa entre os diferentes níveis governamentais permanece deficitário tanto em termos de dados sobre a apropriação de recursos de uso comum quanto de financiamento e recurso humano indispensável a gestão integrada, descentralizada e comensurada no longo prazo. Os obstáculos que o Sisnama enfrenta refletem o estágio embrionário que as experiências de Plano Diretor e Agenda 21 locais se encontram, a desinformação dos vereadores e prefeitos sobre o Sisnama e suas possibilidades de ação somados ao sentimento de incompetência para lidar com estratégias preventivas e proativas para lidar com a crise socioambiental, onde é visível a ausência de vontade política não retórica.

Dessa forma, a problemática ambiental exige novos arranjos institucionais, novos padrões de organização das comunidades científicas, e mesmo a interdisciplinaridade, encontrada nos cursos de pós-graduação que tratam desta temática, não conseguem ganhar corpo e contribuir de fato com a formulação e implementação de políticas de ação nessa área (VIEIRA, 1992).

A utilização criteriosa da prospectiva territorial, através da realização de estudos de viabilidade, deve permitir a aprendizagem do manejo coletivo que favoreça a estruturação de sistemas de ação local/territorial com duração suficiente para concretizar um projeto bem definido de intervenção.

Assim a valorização dos recursos territoriais no processo de construção do território requer a especificação dos recursos presentes e latentes, mortais e imortais. Por isso a dimensão cultural se tornou tão importante na construção de dinâmicas territoriais de desenvolvimento pois é entendida como

“o conjunto de sistemas simbólicos por meio dos quais os seres humanos, vivendo em sociedade, conseguem se organizar tendo em vista sua adaptação progressiva às

coações e oportunidades oferecidas pelo meio ambiente (biofísico e construído).” (VIEIRA; CERDAN, 2009, p. 4)

Os trabalhos sintonizados com o enfoque territorial, que tratam dos desafios colocados pela eclosão da crise socioambiental, ainda são escassos e fragmentados; o enfoque territorial corre, similar ao que ocorreu com o conceito de desenvolvimento sustentável, o perigo de desvio economicista e tecnocrático (VIEIRA, 2006).

A consideração simultânea de fatores biológicos, psicológicos, socioculturais e ecológicos no planejamento e gestão reforça a importância da abordagem transdisciplinar baseada no conceito de complexidade sistêmica. A co-existência de cenários possíveis aliada à noção de prospectiva territorial tem alimentado o contexto controvertido das estratégias de enfrentamento da crise socioambiental ao mesmo tempo em que propõe uma nova articulação da produção científica com o esforço de reorganização social e política.

A gestão da complexidade sistêmica na reorganização transdisciplinar-sistêmica das comunidades científicas e a criação de sistemas de planejamento e gestão cada vez mais articulados à evolução da pesquisa ecológico-humana apresentam-se como desafios ao Desenvolvimento Territorial Sustentável.

O novo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER publicado em 2003 está no horizonte de enfrentar os desafios engendrados pela problemática socioambiental para romper com a inércia. Promove estratégias que articulam sustentabilidade socioeconômica e ambiental no meio rural para enfrentar os efeitos resultantes dos modelos de desenvolvimento implementado nas últimas décadas. Tem a agroecologia como referência no tratamento da crise socioambiental no campo (CALLOU, 2007).

Através da crítica ao modelo difusionista, reconhecendo a comunicação como um exercício de poder, o novo PNATER está em sintonia com conceitos de horizontalidade, dialogicidade e comprometimento. Busca promover experiências endógenas, reconhece e valoriza o etnoconhecimento das populações.

Entretanto os maiores desafios do novo PNATER consistem em romper com a inércia decorrente das estruturas das agências que ainda reproduzem as práticas convencionais, ainda

predomina a visão de aumentar a produtividade à base de insumos e um modelo de gestão hierarquizado e centralizado.

Os obstáculos da mudança paradigmática proposta podem ser sintetizados da seguinte maneira: nas últimas três décadas uma política ambiental de corte preventivo-proativo tem estado em segundo plano, somada à dissociação existente entre objetivos expressos nos textos e discursos sobre política ambiental e as opções reais adotadas de desenvolvimento num contexto de abertura à globalização e à especificidade da cultura política brasileira (precário controle social; assimetria de poder federal/estadual/municipal; desigualdade na distância dos custos socioambientais).

Num segundo conjunto de obstáculos está o estado atual de degeneração funcional das instituições políticas expresso nos interesses contraditórios e corporativos no interior da máquina de gestão pública e na falta de transparência das tomadas de decisão. E ainda perdura um déficit instrumental para promoção de uma ecologização¹⁴ efetiva do conjunto das políticas públicas (Ribeiro, 2000).

E por final, a carência institucional existente na operacionalização das diretrizes de gestão integrada e participativa dos recursos naturais e do meio ambiente, inserida numa crise de legitimidade do sistema de gestão que se expressa na carência de uma articulação orgânica das agências do setor público com o sistema nacional de ciência e tecnologia. Existe dificuldade na regulamentação jurídica dos novos princípios constitucionais e na compatibilização entre curto, médio e longo prazo. Frente à ausência de uma tradição contratual e negociada da sociedade civil nos processos de planejamento e gestão encontra-se também uma agenda governamental atrelada a percepção da sociedade influenciada pelo mercado midiático. E ainda se está diante de novas situações para as quais não há uma base confiável de conhecimento técnico-científico (VIEIRA, 2006).

¹⁴ Derivada do verbo *ecologizar*, que inexistente no dicionário, foi proposto por Ribeiro (2000) como a ação de introduzir a dimensão ecológica nos vários campos da sociedade.

3. Sistemas Agroalimentares

A noção de sistema agroalimentar é utilizada para analisar os processos que envolvem o sistema de produção, de distribuição envolvendo a logística, de comercialização e de consumo, neste caso a dos produtos de base agroecológica, numa ótica de melhoria do ambiente das comunidades envolvidas expresso na proposta do DTS, que em síntese refere-se à promoção da saúde ecossistêmica¹⁵. Neste sentido utiliza-se o conceito de Sistemas Alimentares Territorializados (SALT) que, apesar de se alimentar fortemente das abordagens SIAL (sistema agroalimentar localizados) e da noção de *cesta de bens e serviços territoriais*, designa a tendência de se voltar a comercialização e o consumo para o próprio território. Tal abordagem aponta para a necessidade de mercados territorializados, onde os consumidores vão até a produção. (AMBROSINI; FILIPPINI; MIGUEL, 2008; DENECHERE; DURAND; MARECHAL, 2008; MOLLARD, 2003; PECQUEUR, 2006).

A atual crise do modelo produtivista indica que a produção de *commodities* a baixo custo não deve ser considerada como a única possibilidade de desenvolvimento da agricultura no futuro. Assim a caracterização dos padrões de funcionamento que podem ser associados à formação de *clusters* permite avaliar seu nível provável de competitividade no contexto das atuais cadeias produtivas globais. Pressupõe-se assim que os SPL's e os *clusters* operam como parte do enfoque analítico das atividades de processamento agroindustrial (PECQUEUR, 2006).

É nítido que a globalização não insere os sistemas produtivos em mercados homogêneos e tampouco acaba com a segmentação. Neste contexto a ênfase recai no papel que desempenha a proximidade geográfica para as experiências de SPL's, SIAL's, SALT's, e outros. Marshall já apontava para a importância do compartilhamento de valores, de hábitos e da experiência histórica, buscando uma identidade comum entre atores locais nos processos de construção de *clusters*.

¹⁵ O enfoque ecossistêmico de saúde humana emergiu na década 1970, em síntese seu objetivo é desenvolver novos conhecimentos sobre a relação saúde & ambiente, em situações concretas, ou seja trata-se de uma visão integral de saúde influenciada pelos condicionantes socioeconômicos, socioculturais, sociopolíticos e socioecológicos. (Gasparini, 2008)

3.1 Sistema Agroalimentar Localizado – SIAL

A noção de SIAL compreende as dimensões analíticas, situada a montante (MUCHNIK *apud* AMBROSINI; FILIPPINI; MIGUEL, 2008), e a noção de territorialidade (PECQUEUR *apud* AMBROSINI; FILIPPINI; MIGUEL, 2008) que é composta pelo sentimento de pertencimento, no qual a transmissão de saberes é entendida como patrimônio cultural, e onde se leva em conta a importância dos atores individuais.

Sua operacionalização envolve identificar e a caracterizar três dimensões: a histórica, pois possibilita aprender o processo de surgimento das experiências investigadas e o sentimento de pertencimento, bem como a influência nos comportamentos cooperativos e de concorrência entre os atores; a técnico-teórica refere-se observar, descrever e analisar os saberes e técnicas utilizadas, bem como do saber-fazer compartilhados como um ativo da comunidade; e por fim, a dimensão institucional apontando para a necessidade da análise das relações entre os atores sociais, das suas estratégias individuais e coletivas, e da onde o efeito prolongado é vista como uma estratégia dos atores (CHAMPREDONDE *et al*, 2009).

O SIAL é uma “face” do SPL que aponta para existência de uma concentração espacial de Agroindústrias Locais (AIR). O SIAL afirma o papel da AIR na economia rural, principalmente na América Latina, como uma possibilidade para sair da marginalização e aumentar os rendimentos (REQUIER; BOUCHER; CERDAN, 2006; AMBROSINI; FILIPPINI; MIGUEL, 2008). Destaca também o papel da articulação entre pesquisa-ação e a complementariedade entre Ciências Sociais e Ciências tecnológicas e biológicas na compreensão das AIR enquanto oportunidades de trabalho, geração de renda e segurança alimentar em localidades marginalizadas socioeconomicamente (MUCHNIK *apud* AMBROSINI; FILIPPINI; MIGUEL, 2008).

As hipóteses do enfoque do SIAL, conforme Bucher (REQUIER; BOUCHER; CERDAN, 2006) podem ser resumidas da seguinte forma: a) o consumo agroalimentar, por estar em relação de proximidade com a construção das identidades individuais e coletivas, é qualitativamente diferente de outros bens de consumo; b) a qualificação dos produtos locais é um processo que possui também características específicas de critérios de valorização e qualidade, que envolve aspectos culturais; c) refere-se à existência da articulação direta com as características biofísicas do território num horizonte de gestão dos recursos naturais.

Favorece, portanto, a solidariedade e a acumulação de um patrimônio cultural para a coletividade (AZEVEDO *apud* AMBROSINI; FILIPPINI; MIGUEL, 2008).

Torna-se nítida a importância dada à construção social do espaço na análise dos arranjos econômicos, onde as especificidades que caracterizam tal construção são chamadas “territoriais” pois articulam formas de produção e interação com um dado ecossistema a partir de uma identidade construída e compartilhada historicamente. Características de suma importância para o entendimento das dinâmicas de desenvolvimento endógenos, se caracterizando-se como uma reterritorialização da produção.

É importante destacar que o conceito de território surge com a consolidação da geografia enquanto disciplina (RATZEL *apud* AMBROSINI; FILIPPINI; MIGUEL, 2008) e o ponto de convergência com o SIAL é que o solo (ou a terra, ou ainda o meio natural), não sendo homogêneo, influenciaria, mas não determinaria o desenvolvimento das sociedades. Pois a noção de pertencimento, que envolve o compartilhamento de valores relacionados à história de um território, potencializa a cooperação.

Devido às relações assimétricas existentes entre atores e grupo de atores há a tendência de um patrimônio coletivo se transformar um produto que beneficie poucos (*bien club*). E aqui a literatura aponta uma carência existente, tal abordagem carece de estudos empíricos mais aprofundados sobre a hierarquização e ação dos atores hegemônicos, especialmente nas relações assimétricas atuais, pois “...o elemento “poder” não costuma figurar substancialmente, e as relações aparecem muito mais ligadas ao conceito de ‘capital social’, com o foco, não em conflitos, mas apresentando-se como um ‘ativo’ da comunidade” (AMBROSINI; FILIPPINI; MIGUEL, 2008, p. 18).

Dessa forma a existência de um SIAL, enquanto redes de produção e comercialização, envolve identificar os atores e suas relações de proximidade e pertencimento a um espaço. Um SIAL, como é o caso do estudo feito por Ambrosini sobre o queijo serrano, se apresenta para a comunidade como uma saída socioeconômica para uma realidade de exclusão e enquanto uma resistência cultural. De maneira que sua “qualidade” está na capacidade de estabelecer relações com a preservação ambiental, com redes sociais e um saber-fazer específico. Onde “... os processos de ‘localização’ dependem das práticas sociais subjacentes, as quais cumprem o papel de criar e transmitir conhecimentos que podem constituir o

patrimônio de um território, através de um saber-fazer compartilhado.” (AMBROSINI; FILIPPI; MIGUEL, 2008, p. 20)

A contribuição dos SPL's e SIAL's no tratamento de dinâmicas endógenas de DTS está em considerar os processos produtivos vinculados as dimensões socioambientais e econômicas mas sob outra perspectiva que não a do simples aumento da produtividade. Sua contribuição pode ser resumida da seguinte maneira: ao trazer a noção de território possibilita operacionalizar uma multiplicidade de aspectos, complexificando a análise dos arranjos econômicos; por ter três dimensões (histórica, técnica-teórica e institucional) permite analisar a produção agrícola e o consumo alimentar em sua esfera simbólica, valorizando a organização social, o saber-fazer e a sustentabilidade ambiental de um produto agrícola determinado, frisando que tais dimensões não são precisas e muito menos estanques; e por fim, possibilita a vinculação entre produto-território entendido enquanto patrimônio territorial.

3.2 Cesta de bens e serviços

A globalização parece estar se configurando em dois processos distintos, no entanto, extremamente dependentes devido à crescente interconexão, seriam eles: de um lado relacionado aos processos de extensão dos fenômenos de padronização; de outro, a forte descentralização dos processo produtivos. Encontra-se então no seio dessa conjuntura o desenvolvimento dos SPLs que apresentam características *sui generis*, pois estão voltados especificamente para um uso não-produtivista; seus recursos produzidos podem ser valorizados em razão do seu baixo custo de produção e pela capacidade de compor uma oferta distinta da concorrência.

Assim diante de produtos agroalimentares de qualidade e dos procedimentos de certificação o modelo de cesta de bens e serviços possui duas características centrais: a primeira trata-se de um produto diversificado; a segunda, de um produto situado espacial, cultural e historicamente. Está intimamente ligada a idéia de qualidade territorial (MOLLARD *apud* PECQUEUR, 2006) por depender da capacidade dos atores locais de, mediante certos dispositivos institucionais, captar a disposição dos consumidores de pagarem por aspectos relacionados ao ambiente produtivo, configurando-se enquanto estratégia territorial de longo prazo.

A valorização dos novos recursos podem ser processados de duas formas: a) onde bens e serviços cada vez mais distintos podem-se configurar enquanto uma oferta compósita e; b) através de estratégias de especificidade referente à valorização do ambiente. Conforme Pecqueur (2006) a análise das possibilidades da combinação dos bens e serviços, e sua especificidade territorial, constitui um modelo particular de valorização de recursos capaz de provocar mudanças nas relações institucionais e nas políticas públicas territoriais.

Esta noção está ligada a outra, a de enraizamento (*embeddedness*) que diz respeito à produção estar enraizada em um determinado espaço físico e cultural, apontando para a importância do contexto nos processos produtivos. Exemplos disso são os selos que permitem proteger, identificar e valorizar a qualidade dos produtos agrícolas tradicionais.

A abordagem de cesta de bens pode ser expressa em três hipóteses; são elas: na primeira o bem em si mesmo não tem uma utilidade para o consumidor, mas possui características que determinam sua utilidade; na outra, seria um bem poder possuir mais de uma característica e algumas destas poderiam ser compartilhadas por mais de um bem; por fim, os bens combinados entre si poderiam possuir características diferentes daquelas que compõem cada um deles separadamente.

As estratégias de qualificação dos produtos agroalimentares estão fortemente vinculadas com a proximidade identitária. Descrevem-se as principais características da oferta de produtos de origem controlada (AOC) quem, associadas ao modelo do *bundle*, possibilitam a composição de uma cesta de bens. O modelo (AOC) está ligado à oferta de produtos únicos e situados, cuja maneira de produção, constituição e origem são vantagens, e cujo produtor atua como personagem central ganhando os excedentes. A delimitação geográfica diz respeito apenas à produção e não para o consumo e depende fundamentalmente de um processo de construção institucional pelos atores sociais. Já o modelo de *bundle* resumidamente se refere a uma oferta compósita de produtos não situados. Assim o modelo de cesta de bens e serviços territorializados representa uma abordagem cognitiva da oferta AOC, combinando a especificidade da produção e o comportamento do consumidor, tendo como hipótese central a possibilidade de articulação dos modos de valorização de diversos produtos em torno de uma mesma construção cognitiva na escala do território (PECQUEUR, 2006).

Neste sentido, a cesta de bens e serviços territorializados tem como características ser um conjunto de bens e serviços complementares, que se fortalecem nos mercados locais, como também dizem respeito à combinação de bens privados e bens públicos, que convergem para a elaboração de uma imagem e reputação de qualidade territorial, em que a organização interativa dos produtores da cesta visa internalizar a renda de qualidade territorial (PECQUER, 2006). O território, portanto, é uma construção social de um grupo determinado, muitas vezes provisório e estruturado em torno de recursos compartilhados.

3.3 Sistema Alimentar Territorializado - SALT

A fase da modernização agrícola é caracterizada pela forte modificação dos hábitos de consumo e das técnicas de produção, levando o comércio de proximidade a se transformar ao que hoje se conhece por longas distância entre a produção e o consumo, os chamados circuitos longos, levados a cabo pelas grandes cadeias agroalimentares.

Um SALT portanto é um método de identificação e análise dos circuitos curtos com forte componente territorial. Caracteriza-se pelo conjunto de espaço de decisão do território e suas interações combinadas, em proporções variadas, entre proximidade geográfica e proximidade organizativa. Refere-se à complementariedade das práticas em nível territorial e busca fornecer elementos para a tomada de decisão (DENECHERE; DURAND; MARECHAL, 2008.)

Este método complementa os enfoques SIAL, cesta de bens e serviços territoriais, que estão baseados no território como fonte da produção. É evidente que se trata de uma hibridização de práticas inovadoras radicais com renovação de procedimentos tradicionais.

Pois o fenômeno da aproximação entre produtores e consumidores engajados nas distintas formas de abastecimento contrariam a tese da modernização agrícola expressa no produtivismo, e sinalizam sair do anonimato. Ressignificam as relações entre campo e cidade e possuem a natureza de atenuar os conflitos de uso entre a agricultura profissional e as várias demandas urbanas em ascensão.

O SALT implica reunir agentes de desenvolvimento agrícola e pesquisadores, na perspectiva de esclarecer as dinâmicas em curso e oferecer um base de reflexão estável aos atores

envolvidos. De corte interdisciplinar, insiste no conhecimento econômico dos circuitos curtos, buscando alargar o que se entende por dimensão econômica no interior das Ciências Sociais. Aqui é importante lembrar a contribuição da Sociologia Econômica de Karl Polany, Gronovetter entre outros sobre a construção social dos mercados

“onde as relações sociais constituem as formas de comercialização e, estas não seguem a ordenação estrita dos aspectos econômicos, agregando as dimensões políticas (ordenamento jurídico-institucional), sociais (vínculos construídos com base na confiança entre produtor e consumidor) e culturais (relativos aos valores compartilhados por determinados atores sociais, as tradições morais e religiosas).” (SILVEIRA *et al*, 2009)

Geralmente os circuitos curtos de comercialização o que eles representam em termos de sua importância têm sido justificados, seja na relação campo e cidade, seja como alternativa à modernização da agricultura travada pelas cadeias agroalimentares, como também uma abertura de espaços ocupados pelos novos produtores respondendo a uma demanda emergente.

O grande potencial dos SALT's é a valorização da relação de proximidade existente entre espaços urbanos e rurais. A hipótese central é que enquanto enfoque sistêmico de análise dos circuitos curtos, eles permitem identificar as interações, as complementaridades e os conflitos existentes em cada modalidade de transações e que sugerem a existência de um *sistema alimentar territorializado*.

4. A politização do consumo no DTS

“o consumo pode se tornar uma transação politizada, na medida em que incorpora a consciência das relações de poder envolvidas nas relações de produção e promove ações coletivas na esfera pública” (BLEE *apud* PORTILHO, 2005a, p. 8)

A geração de lixo cresce no mesmo ritmo em que aumenta o consumo. Quanto mais mercadorias são consumidas, mais recursos naturais são consumidos e mais lixo é gerado. Por exemplo, ao comprar uma roupa nova, não se dá conta de que para produzir tal tecido foi preciso cultivar o algodão, e que isso implicou no uso de grandes quantidades de fertilizantes químicos e pesticidas que são contaminantes dos solos, das águas e do ar, comprometendo a saúde da população rural. E quando se trata de alimentos a situação ainda se agrava, pois compromete a saúde dos comensais.

Atualmente imensas áreas de terra são destinadas à monocultura do algodão que, com o passar dos anos, impacta a qualidade do solo. Há ainda o processo de tingimento, na indústria têxtil, que emprega grandes volumes de água e produtos químicos também contaminantes dos cursos de água.

Não são apenas os consumidores que afetam a dinâmica do consumo, mas também aqueles cujas ações direta e indiretamente moldam a procura e compra de bens e serviços. Mesmo sendo importante a preocupação com os impactos físicos do consumo, por ameaçarem a integridade dos ecossistemas, as dimensões sociais e políticas integram necessariamente o espaço de enfrentamento da crise socioambiental. Trata-se de não desconsiderar as questões de equidade no acesso aos recursos naturais, da distribuição eqüitativa da riqueza produzida e dos riscos e impactos negativos do consumo (PORTILHO, 2004).

Segundo dados da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Abastecimento, o Brasil encontra-se entre os maiores consumidores de agrotóxicos do mundo, tanto os de uso agrícola como os domésticos e os utilizados em campanhas de saúde. Dessa forma constata-se que o ser humano moderno é consumidor de alimentos intoxicados embalados à disposição nos supermercados e, na maioria dos casos, não se preocupa em saber de onde vêm ou como foram produzidos.

Dessa maneira o país está seguindo a trilha da utilização de uma abordagem política para lidar com a temática do consumo e do meio ambiente, buscando a reconstrução da ponte entre esfera pública e privada. O enfoque do consumo enquanto arena privada e despolitizada vem sendo questionado por diversos autores conforme assinala Portilho (2005b), que, num contexto de degradação política e de descrença nas instituições sociais, outros modos de participação política e identidade cultural têm emergido.

Pelo fato do contexto atual estar marcado pela crescente mercantilização da vida, a cidadania não pode ser desvinculada do consumo (CANCLINI, 1996). Denotando uma concepção de mercado como parte de interações socioculturais complexas, e não apenas como sugere a teoria econômica convencional, um simples lugar de trocas de mercadorias.

A invasão do mercado na política traduz-se na vitória do consumo e no retrocesso das conquistas sociais e políticas. Há que salientar o perigo de reduzir o papel do cidadão a

consumidor cujas ações passam a estar relacionadas simplesmente à esfera privada do consumo, denotando uma concepção de cidadão que só se realiza enquanto tal, na medida em que participa do mercado consumidor (CANCLINI, 1996; KUTNER, 1998).

Dessa forma tem-se proposto a análise das práticas de consumo a partir de uma redefinição daquilo que é tradicionalmente visto como o terreno da cidadania, da política e das relações de poder a serem transformadas, incluindo o conjunto das práticas sociais e culturais na concepção de cidadania (ACSELRAD, 1992; PORTILHO, 2005a).

A estratégia de consumo sustentável sugere que o meio ambiente deixa de estar relacionado apenas com o aspecto de *como* se usa os recursos (os padrões), para incluir também uma preocupação com o *quanto* (os níveis), trazendo à tona a questão do acesso, distribuição e justiça. Reivindica-se a moralidade pública e implementação de políticas multilaterais de regulação tanto no consumo quanto na produção. Neste enfoque os potenciais de ajuste no nível e na estrutura do consumo facilitam a distribuição dos custos e benefícios desses ajustes de maneira mais equitativa, tornando-se uma estratégia potencialmente mais desejável e eficaz para promover novos padrões de consumo (PORTILHO, 2005b).

Assim como o ecodesenvolvimento critica os estilos de desenvolvimento dominante, a visão tecnicista das políticas ambientais e o predomínio da visão neoclássica da economia no enfrentamento da crise socioambiental, a estratégia de consumo sustentável, enquanto uma estratégia do enfoque de politização do consumo, também recusa a visão tecnicista e economicista no tratamento dos problemas do consumo no campo das políticas públicas. Recusando a idéia de que os problemas ambientais, inclusive aqueles relacionados ao consumo, podem ser resolvidos apenas com soluções técnicas, em que a focalização exclusivamente na inovação tecnológica, geralmente no *design* dos produtos (particularmente na fase final) ou na esfera da produção, para resolução dos problemas socioambientais desconsidera que freqüentemente o otimismo tecnológico é apontado como responsável por inúmeros problemas e riscos tecnológicos e ambientais, desconsiderando também os custos sociais da inovação tecnológica.

4.1 A esfera do consumo revisitada – Breve Histórico

As primeiras elaborações teóricas que incidiram no campo do consumo foram as teorias críticas tanto de Karl Marx como de Thostein Veblen. Através do conceito de fetichismo da mercadoria, Marx demonstrou como o processo de transformação do produto em mercadoria retirou de cena a relação social do trabalho, causando alienação e opressão. Outra alienação decorrente daquela dos consumidores, quanto à natureza do objeto que consomem é a naturalização das relações de produção e de trabalho, resultando na opressão das massas consumidoras/trabalhadoras.

Outra contribuição da teoria crítica foi feita por Herbert Marcuse (*apud* MANCEBO, 2002) que apontava para a grande velocidade da produção como criadora da necessidade de um rápido escoamento do consumo, originando o consumismo. Em síntese seu argumento afirma que a alienação manifesta seu caráter opressor através da cultura de massa, cuja espinha dorsal é a naturalização do consumo (Mancebo: 2002). Featherstone (*apud* MANCEBO, 2002) caracteriza a argumentação da teoria crítica como estudos sobre a “produção do consumo”.

Outra perspectiva que se insere no estudo do consumo foi feita por Jean Baudrillard (*apud* MANCEBO, 2002) no campo da semiologia. Decreta o fim da produção como princípio organizador da sociedade e dedica-se ao campo da motivação e promoção do consumo. A naturalização do consumo é deslocada para o campo dos signos, e não para os objetos, como o operador da alienação. Assim, em síntese, o sistema de consumo não se baseia nem na necessidade, nem no prazer, mas num código de signos e de diferenciações.

Bourdieu (*apud* MANCEBO, 2002) através do estudo sobre arte verifica que o campo do consumo é um local de diferenciação e distinção entre classes e grupos sociais, no aspecto simbólico e estético, através do capital simbólico.

Diversas são as hipóteses quanto a porque se consome, desde satisfação de necessidades à afirmação de identidades, desde obter segurança a ampliar a cidadania que nos leva a afirmar o caráter multidimensional da temática do consumo (MANCEBO, 2002).

Pode-se afirmar, mesmo diante uma pluralidade de variáveis e abordagens possíveis, que o ato de consumo está inserido na dimensão sociocultural, onde as atribuições de sentido estão envolvidas num jogo simbólico. Neste jogo é importante perceber as relações existentes entre

o mundo material ao conjunto de práticas, as hierarquias de sentidos e as estruturas sociais a que o consumo está articulado no fluxo da vida social de indivíduos e grupos. Por isso há necessidade de reconhecer as transações, as motivações e as estratégias que envolvem as pessoas e as coisas nos diferentes contextos. (BARBOSA, 2007)

Também há que se considerar a dificuldade das Ciências Sociais para lidar com problemas fora da esfera da produção; e mesmo entre as chamadas Ciências Sociais do Ambiente e das políticas ambientais a abordagem produtivista tem predominado. (PORTILHO, 2005b)

4.2 Consumo verde

”Valer-se do consumidor verde como o elemento viabilizador do projeto desenvolvimentista neoliberal e ecológico, sustentado pela aliança visceral entre a tecnologia limpa e a reciclagem, equivale ainda a imprimir a ideologia do consumismo a todo vapor.”

A questão do impacto ambiental do consumo tem também sido encarada predominantemente dentro de uma proposta de “consumo verde”, muito limitada por se tratar de uma noção articulada com o ambientalismo empresarial ocorrida a partir do Relatório Brundtland (1987). Operando simplesmente na introdução da variável ambiental na dinâmica do consumo, através do “poder de escolha” como responsável pela mudança nas matrizes energéticas e tecnológicas do sistema de produção. Tal proposta tem sido duramente criticada por não questionar as estruturas de produção e distribuição, muito menos a cultura do consumo – o consumismo, e também por operar a transferência do estado para o mercado, e do mercado para o “cidadão” o marco regulatório, não questionando a desigualdade no acesso aos bens ambientais (PORTILHO, 2004).

O crescimento no consumo de orgânicos também demonstra, em algum nível, o apelo que estas estratégias vem desenvolvendo. As vendas globais de produtos orgânicos chegaram à cifra de R\$ 30 bilhões em 2004, representando um aumento de 42,8% em relação a 2001 (ALTMANN *et al*, 2008)

Deixando de focar a redução do consumo, a descartabilidade e a obsolescência planejada e priorizando a reciclagem, o uso de tecnologias limpas, a redução do desperdício e o incremento de um mercado verde, através de eco-taxas e eco-rotulagem. O tema da

desigualdade de acesso aos bens socioambientais praticamente desapareceu dos debates e das propostas de consumo verde.

Reconhecendo os limites e armadilhas do “consumo verde”, estratégia vinculada com a ambientalização empresarial ocorrida a partir do Relatório Brundtland (1987) surge então o enfoque em defesa das ações e intervenções públicas buscando a mudança política e institucional, mais do que tecnológicas, econômicas e comportamentais, aquilo que aparece como “consumo sustentável”, “consumo consciente”, “consumo político”, etc.

4.3 Consumo sustentável, ou melhor territorial!

A idéia de consumo sustentável surge em cena na Eco 92 em uma das proposições da Agenda 21, em seu capítulo 4, um dos principais documentos apontando para a relação entre consumo e meio ambiente. Portanto se o consumo é o lugar onde o conflito entre classes ganha continuidade através da desigualdade na distribuição e apropriação de bens, ele pode se tornar uma transação politizada na medida em que incorpora a consciência das relações de poder envolvidas nas relações de produção e promove ações coletivas na esfera pública. Este enfoque reelabora as possibilidades de luta e participação política, reconfigurando as relações entre as esferas pública e privada (HIRSCHMAN, 1983).

Este tipo de estratégia, ao fortalecer uma “ética de responsabilidade” e favorecer o afloramento de uma *identidade terrena* (MORIN, 2000, 2005), possibilita aos indivíduos sentirem-se comprometidos em melhorar o meio ambiente; portanto revaloriza a participação na esfera pública e, conseqüentemente o exercício da cidadania.

Nesse sentido, o consumo de produtos de base agroecológica vinculado a noções de consumo sustentável, consumo consciente e consumo territorial devem ser vistos como uma estratégia que envolve oportunidade de trabalho, renda e valorização cultural ao mesmo tempo em que também é uma saída ao modelo de desenvolvimento predominante. Pois além de ter alta capacidade produtiva, também agrega renda, possibilita a permanência dos agricultores na terra e, ainda reduz os problemas socioambientais (KARAM; ZOLDAN, 2003).

A proposta do consumo sustentável não se resume a mudanças comportamentais, resguardando sua importante dimensão no interior do enfrentamento da complexa

problemática socioambiental, muito menos mudanças de *design* como sugere a ecotulagem, mas situa-se como uma estratégia de política ambiental.

Também retorna à pauta o tema da feiticização da mercadoria denotando que a esfera do consumo expressa o conflito de classes, seja na participação desigual na estrutura produtiva, seja na desigualdade na distribuição e apropriação dos bens. Pois consumir é participar de um cenário de disputas pelo que a sociedade produz e pelos modos de usá-lo (PORTILHO: 2004).

Tal modelo de consumo trás à tona a seguinte questão – será que são necessários todos os produtos que se consome? Os estudos demonstram que boa parte do que se compra na atualidade é resultado de uma falsa necessidade, do fetichismo da mercadoria criado pela cultura do consumismo e dos bens descartáveis. Dessa forma os estilos de vida voltados para um consumo sem limites ameaçam a sobrevivência da atual e das futuras gerações, pois o nível de pressão sobre o meio ambiente dentro de algum tempo pode levar a situação dos recursos naturais a um colapso.

Distintos grupos procuram reagir contra o consumismo desenfreado preconizado pelas mensagens publicitárias¹⁶. E apontam para a necessidade de adotar hábitos de avaliar as etiquetas e rótulos, as embalagens, verificar a natureza do produto, sua origem e qualidade, sua real utilidade e qual pode ser impacto ambiental e social. Um consumo territorial significa, antes de mais nada, garantir o fomento de uma economia de base solidária que envolve fabricação local e preço justo, *suleados*¹⁷ pela preocupação ecológica.

Tais experiências, no entanto, são ambivalentes, tanto podem reduzir a participação na esfera pública como significar um controle social sobre a esfera íntima, levando contra-reações à responsabilidade socioambiental. Também podem contribuir para um novo *ethos* socioambiental, ao fazer perceber os vínculos entre as próprias ações e seus efeitos no meio ambiente ou em outros grupos sociais.

É importante ressaltar que este enfoque aponta para as limitações de que ações dos consumidores estão revestidas quando são tratadas de forma silenciosa e individual, como a proposta de consumo verde. Tal estratégia de consumidor individual silencioso também pode constituir uma perda do sentimento de pertencimento e solidariedade.

16 Movimento Slow Food, Rede Ecológica, Trocas Verdes, CCF

17 Ver Campos (1999)

Assim o consumo territorial se apresenta enquanto proposta de política pública relacionada ao consumo, que busca conter o impacto ambiental deste, seja frutos do superconsumo ou do subconsumo, e também o impacto da distribuição desigual dos recursos naturais. Pois não se trata de mudanças comportamentais simplesmente de consumidores individuais, ou mudanças de *design*, não negando o papel importante dos consumidores enquanto práticas políticas. Nesta proposta está incluso o princípio ético de equidade inter e intrageracional (PORTILHO, 2005b).

Um dos maiores desafios do ajuste ecológico do consumo é também estar associado a dinâmicas de redistribuição dos recursos, problematizando as desigualdades de poder na determinação dos mecanismos de comércio internacional entre os países. É preciso não esquecer que as economias mais desenvolvidas, que representam 7% da população mundial, são responsáveis por 50% da poluição gerada.

Uma política de consumo territorial coerente deve buscar integração dos diversos “indicadores” de sustentabilidade, e continuamente refletir sobre os limites destes próprios indicadores. Não se aprofunda aqui este debate, apenas se faz uma apresentação sumária de alguns elementos da “família de indicadores de sustentabilidade”; o primeiro seria o de “espaço ambiental” de Johan H. Opshoor (*apud* PORTILHO, 2005b), que busca articular três pontos – o ecologicamente necessário, o socialmente desejável e o politicamente atingível, indicando não somente a quantidade de capacidade ecológica usada por cada pessoa, mas também a quantidade que deveria ser usada em um “mundo sustentável”. O outro conceito seria “mochila ecológica”, que se refere ao fluxo material e energético embutido à extração, processamento e eliminação dos rejeitos da produção, possibilitando a visualização a diferença entre o conteúdo material de certo produto e os danos ecológicos e sociais decorrentes de sua produção e destinação final. E, finalmente, o termo “pegada ecológica” cunhado por Mathis Wackernagel e William Rees (*apud* PORTILHO, 2005b), que procura indicar o impacto ambiental dos diferentes estilos de vida da humanidade.

Dessa forma a principal armadilha do consumo sustentável é ser engolido pelo consumo verde, numa crescente reforma do capitalismo – ecocapitalismo, que, além de não permitir a formação de experiências coletivas, de enfrentamento dos conflitos políticos e de participação na esfera pública, ainda reforça a redução da esfera pública. Assim essas experiências têm o

potencial, conforme Portilho (2002), em três pontos, o primeiro diz respeito à reflexividade, na construção de novos valores e comportamentos nas redes sociais as quais cada um pertence; o segundo, pelas experiências coletivas ao redor dos conflitos relacionados às políticas ambientais e, por último, o fortalecimento da participação na esfera pública.

Síntese conclusiva do capítulo

Somente foi possível perceber o contexto contemporâneo, entender suas diversas dimensões, perceber a crise socioambiental local e planetária, reconstruir sua trajetória e desenhar suas possíveis saídas tendo como ponto de partida o pensar complexo-sistêmico. Situar-se na complexa trama de conexões e seus impactos nos ecossistemas permitiu perceber a situação-problema selecionada na sua totalidade.

Ao partir do enfoque do DTS para pensar os sistemas agroalimentares, no meio do caminho deparou-se com outro enfoque sistêmico – o SALT, que busca analisar as etapas dos sistemas agroalimentares dando ênfase nos circuitos curtos de comercialização, frisando a proximidade geográfica e organizativa entre consumidores e produtores. Assim foi buscado conjugar os dois enfoques – DTS e SALT, na interpretação dos sistemas de ação das redes agroecológicas existentes no litoral centro-sul de Santa Catarina.

Optou-se pela utilização do conceito *sistemas agroalimentares* por tratar de uma noção multidisciplinar da questão alimentar, compreendendo todas dinâmicas envolvidas, a saber: produção, distribuição (logística), comercialização e consumo.

Ao final, o debate ao redor do consumo deve-se ao aumento da tendência contemporânea de ambientalização e politização do consumo. Diferentes grupos defendem a territorialização da alimentação. Tal perspectiva também vem reivindicando a articulação entre consumidores e produtores.

Os quatro eixos da revisão bibliográfica, a saber – crise socioambiental planetária; desenvolvimento territorial sustentável; sistemas agroalimentares e politização do consumo, permitiram construir a problemática de pesquisa fortemente atenta às pesquisas científicas recentes e ao movimento de reterritorialização da alimentação.

CAPITULO 2 – SURGIMENTO E EXPANSÃO DAS REDES AGROECOLÓGICAS NO LITORAL CENTRO-SUL DE SANTA CATARINA

1. Trajetória de desenvolvimento do Litoral Centro-Sul

FIGURA 02 – Litoral Centro-Sul



Fonte: SDR Tubarão, 2009.

A costa do Brasil é formada por 8.698 km, se levados em conta os recortes litorâneos. Estima-se que vivem atualmente na faixa litorânea brasileira 35 milhões de habitantes, sob uma densidade demográfica de aproximadamente 88 habitantes por km². Nesta zona são gerados 70% do PIB nacional, em distintas atividades produtivas.

O ponto de referência imprescindível para pensar o futuro desta zona é o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), que está orientado pelo atual Programa Nacional Gerenciamento Costeiro (GERCO). Tem por missão “ordenar e integrar os diversos vetores de

desenvolvimento, a gestão ambiental articulada, o planejamento e utilização dos recursos costeiros e marinhos e o ordenamento da ocupação da zona costeira” (RIBEIRO E COURA *apud* FABIANO, 2004, 37). No entanto a fragmentação institucional situou o GERCO “como um compartimento estanque relativamente às ações desenvolvidas no âmbito dos demais programas governamentais que incidem sobre a zona costeira – a exemplo do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).” (VIEIRA; CERDAN, 2009, p. 36).

As Planícies Costeiras são conhecidas pela incidência de ambientes de alta vulnerabilidade, são eles: facies eólicas, lagunares, flúvio-delta-lagunares, paludiais, deltáicas, de maré, de leques aluviais e praias marinhas (CARUSO *apud* FILARDI, 2007)

A Zona Costeira é formada por diversos ecossistemas terrestres e marinhos considerados como *áreas prioritárias* para a conservação da biodiversidade. Praticamente todos os costões rochosos e todas as lagunas costeiras são classificados como de *extrema importância biológica*. A região centro-sul catarinense, em particular, é classificada como de *extrema importância* para a conservação dos mamíferos marinhos e de *alta importância* em relação à conservação de teleósteos demersais e pequenos pelágicos (MMA/SBF *apud* FILARDI, 2007).

O Estado de Santa Catarina é considerado, junto ao Pará, “o Estado onde a pesca possui maior impacto econômico, principalmente devido ao seu forte setor industrial” (ISAAC , *apud* FILARDI, 2007, p. 6). Diante este quadro a pesca artesanal vem sofrendo uma queda expressiva. Podemos encontrar no “Diagnóstico Ambiental do Litoral de Santa Catarina” (SANTA CATARINA *apud* FILARDI, 2007) as consequências vinculadas à expansão do turismo de massa e da pesca industrial.

Portanto uma das dinâmicas territoriais consolidadas é a engendrada pelos setores industriais e turísticos, que confere uma alta densidade demográfica nas áreas com maior influência, como é o caso de Garopaba e Imbituba. Em decorrência disto,

“vêm se expandindo hoje em dia uma vasta rede de complexos hoteleiros, balneários e marinas, induzindo a privatização ilegal de praias e áreas de uso comum e ocupação irregular de dunas, negligenciando quase sempre as normas de saneamento básico, de maneira a comprometer os recursos hídricos e os solos.” (VIEIRA; CERDAN, 2009, p. 35)

QUADRO 04 – Densidade demográfica dos municípios do litoral centro-sul de SC

Setor	Municípios costeiros	Área territorial (Km ²)	Densidade demográfica (hab./Km ²)
Santa Catarina		95.346,181	61,52
Litoral centro-sul	Garopaba	114,67	142,6
	Imbituba	184,79	195,84
	Jaguaruna	329,46	47,62
	Paulo Lopes	450,37	15,18
	Laguna	440,53	113,78
	Imaruí	542,24	21,54

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

É interessante perceber a importância da pesca para o histórico da ocupação humana no litoral do Estado de Santa Catarina. A existência de sambaquis em toda a costa catarinense demonstra que sempre existiram condições para a vida nestas localidades, em grande parte pela abundância alimentar dos sistemas ecológicos (LAGO *apud* FILARDI, 2007).

Os “homens de sambaqui”, mais tarde os indígenas ceramistas *itararé* e os *tupi-guarani*, conhecidos no litoral como *carijó* eram caçadores, coletores e pescadores e, mais tarde, agricultores para subsistência. Existem indícios de aproximadamente 6000 anos para a ocupação do litoral sul (BECK *apud* MACEDO, 2008). Além dos sambaquis é possível encontrar diversas oficinas líticas por todo o litoral.

Os açorianos e madeirenses instalaram-se em distintos povoados recém-criados espalhados pela costa catarinense, por volta de 1748. Esses imigrantes vinham das Ilhas da Madeira e dos Açores, de colonização portuguesa, que estavam superpovoadas e com grandes dificuldades (MACEDO, 2008).

O século XVIII foi marcado pela caça às baleias na costa catarinense, levando a baleia franca à quase extinção nesta área. Essa atividade teve grande importância socioeconômica para a região em determinado período; mais tarde, entrou em crise. Foi retomada no século XX e o último caso foi em Imbituba em 1973, violando acordos internacionais para a proteção das baleias (PALAZZO *apud* FILARDI, 2007; MACEDO, 2008)

Em consonância com a conservação das baleias francas do litoral sul e centro-sul, foi criada por meio de Decreto Federal em 14 de setembro de 2000 a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APA-BF). Formada por 130 kms de costa e 156.100 hectares, tem por objetivo

proteger a baleia franca austral e o ordenamento do uso dos recursos naturais, do solo e do espaço marinho nesta região (BRASIL *apud* FILARDI, 2007, p. 12). Abrange nove municípios: Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba, Laguna, Tubarão, Jaguaruna, e Içara.

O Decreto foi conseguinte a pressões ambientalistas, principalmente do Projeto Baleia Franca, para a conservação da baleia franca austral (*Eubalena australis*), espécie de cetáceo que pode atingir até 17 metros e cuja fêmea pode pesar até 60 toneladas. Encontra-se na Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas em Extinção (IBAMA, ICMBio & MMA *apud* MACEDO, 2008) A APA-BF é formada também por 20% de áreas terrestres, de grande importância ecológica e predominantemente composta por dunas (móveis, semi-fixas e fixas) e paleodunas, presentes praticamente em toda extensão.

Mas foi em 2005 que aconteceu a criação do Conselho Gestor da APA – BF, onde diversas entidades da sociedade civil e entidades do poder público discutem e planejam o território. É importante lembrar que tal unidade de conservação pretende “concomitantemente conservar a diversidade ecológica, promover o uso direto e sustentável dos recursos e disciplinar a ocupação humana, visando ao estabelecimento de um processo de desenvolvimento territorial sustentável.” (VIEIRA; CERDAN, 2009, p. 38)

Dos 15.253 estabelecimentos agrícolas em funcionamento, 13.106 são familiares e estão concentrados no litoral centro-sul, sendo o arroz cultivado e o fumo as principais atividades (IBGE *apud* MACEDO, 2008). A produção do fumo, considerada de alto impacto no ecossistema pelo uso intensivo de agrotóxicos, é realizada por empresas que sub-contratam os agricultores familiares. A ocorrência da abertura de novos mercados nos centros urbanos tornou-se a oportunidade para a diversificação, como é o caso das olericultura e a fruticultura.

A trajetória do “modelo catarinense de desenvolvimento” entra em crise e começa a apresentar sinais de esgotamento. Já na década de 1990, esteve caracterizada pela ausência de grandes aglomerações urbanas, pelo potencial de geração sustentada de emprego e renda, com área média das propriedades rurais estimada em 15,8 hectares. A realidade catarinense denota a farsa de alguns indicadores de desenvolvimento, pois apesar de ter um maior Produto Interno Bruto *per capita* em relação a média nacional, metade da sua população está abaixo da linha da pobreza (IBGE *apud* MACEDO, 2008).

Atualmente os principais conflitos socioambientais neste território estão direta ou indiretamente ligados ao turismo e à ocupação desordenada. É precário o sistema de esgoto e constantemente a água vem sendo poluída; existem também deficiências de infra-estrutura e serviços públicos em geral; ocupação de áreas protegidas; conflitos socioculturais e de uso dos recursos naturais.

“A persistência de práticas agrícolas, agroindustriais e industriais fortemente dependentes de insumos químicos de alto risco vem comprometendo, numa proporção alarmante, a qualidade biológica dos recursos hídricos, dos solos e dos alimentos oferecidos à população.” (VIEIRA; CERDAN, 2009, p. 21)

Conforme estudos (FILARDI, 2007), são mais fortes os incentivos para práticas destrutivas e comportamentos individualistas entre os usuários por parte do sistema, tanto por parte do setor público como do privado. Os simples conflitos em si contribuem para comportamentos individualistas e predatórios. As ações da prefeitura voltadas para uma política pró-turismo, reforçam a situação de descaso com agricultura familiar e a pesca artesanal.

Conforme estudos (ARAUJO, 2008), diferentes transformações socioambientais ocorreram nesta região em decorrência do desenvolvimento da atividade turística a partir da década de 1960, quando começaram a surgir pessoas em busca de lazer na região. Pode-se seguir a identificação feita e sugerir que existem três momentos importantes na trajetória de desenvolvimento, são eles: pré-turismo, turismo mercantil e o atual.

A fase anterior ao pré-turismo é marcada pela total autonomia da comunidade em relação a sua sobrevivência, seja através da pesca, da agricultura de subsistência ou de pequenas trocas. Muito pouco vinha de fora da localidade. O momento pré-turismo, décadas de 1960 e 1970, é caracterizado como o período do despertar turístico da região.

No período do turismo mercantil inicia a transição da economia tradicional para a mercantil, impondo um lugar marginal ao sistema de trocas que ali existia. O primeiro momento deste período é marcado pela “expropriação das terras” manejada pela especulação imobiliária, que se aproveitou da falta de conhecimento da população autóctone para compreender a dinâmica capitalista que estava sendo forjada para a região. Consolida-se o turismo de massa enquanto principal atividade socioprodutiva. E inicia a percepção dos problemas socioambientais, principalmente pelos atores externos.

O período atual impõe à comunidade local fazer decisões, existe um caminho por trilhar sob uma nova visão de desenvolvimento. Apesar do desenvolvimento convencional ter proporcionado melhoria nas condições materiais, impôs a estas populações posições subalternas no turismo e retirou-lhes o protagonismo nos rumos do desenvolvimento local (ARAUJO, 2008).

O litoral catarinense vem sofrendo um processo chamado de “litoralização” da população, que está intimamente ligado com a diminuição das áreas agricultáveis e conseqüentemente inviabiliza a agricultura familiar.

A inexistência de políticas públicas voltadas para o turismo ecológico-comunitário educativo¹⁸ expressa a complexidade dos desafios colocados a esta região. A questão central é empoderar a comunidade para que possa ser a protagonista do desenvolvimento local sustentável, pois o sistema turístico convencional está cada vez mais se consolidando, e há pouca probabilidade de reverter este quadro. As experiências alternativas, apesar de serem pequenas, têm grande potencial de repercussão entre as populações desfavorecidas, principalmente na melhoria das condições de vida.

A entrada não seletiva na dinâmica capitalista impactou as relações sociais e estilos de vida dessas populações locais. Os trabalhos na agricultura e na pesca passaram a ser desvalorizados e se tornaram incapazes de poder atender às necessidades materiais e aos (novos) desejos de consumo da comunidade. A expansão do mercado imobiliário nos anos 1970 implicou na ocupação de terras devolutas, até então utilizadas pelas famílias ligadas à pesca artesanal e agricultura familiar. Tais transformações fragilizaram a identidade local.

O relativo desempenho dos pólos industriais situados na Zona Costeira em decorrência da construção e duplicação da BR 101, demonstra sua importância econômica para a região, são também responsáveis por inúmeros impactos destrutivos do ponto de vista socioambiental (VIEIRA; CERDAN, 2009).

¹⁸ Suas principais características são: preservação, valorização e indução de tradições e relações sociais solidárias, na geração de trabalho e renda com base na produção associativista, no revigoramento dos significados de virtude humana e, por último, na utilização apropriada dos recursos naturais e das capacidades humanas locais (ARAUJO: 2006)

A tendência do sistema turístico no curto e médio prazo é a consolidação do turismo de massa, principalmente levada a cabo pela duplicação da rodovia BR 101. Mesmo não concluída, já impõe um novo ciclo de valorização econômica da região e os conflitos decorrentes. A atuação do governo do Estado tende a agravar ainda mais a situação com a construção de estruturas apropriadas para atracação de transatlânticos na orla catarinense, com o licenciamento, muitas vezes fraudulento¹⁹, para construção de grandes *resorts*, e com o incentivo para realização de eventos nacionais e internacionais de esportes radicais (ARAUJO, 2008).

Este quadro ainda é reforçado na medida em que o turismo de massa “ainda consiste na principal opção socioprodutiva da maioria dos agentes e instituições de desenvolvimento que influenciam os rumos do setor na Zona Costeira catarinense.” (ARAUJO, 2008, p. 118). Portanto a ausência de uma planejamento estratégico para a região aparece como o obstáculo mais crítico a ser enfrentado.

Diversas evidências apontam para a urbanização excessiva e desorientada e, para o modelo econômico adotado como fator chave para a inviabilização crescente da pesca artesanal e da agricultura familiar. Principalmente pelo processo de parcelamento e comercialização de extensas terras agricultáveis pelas comunidades locais e pelos Governos (VIEIRA; CERDAN, 2009; ARAUJO, 2008).

“Hoje já não é mais possível viver da pesca, e a coisa está ficando pior, pois agora o pescador está correndo o risco de trazer veneno para sua casa, seja porque está contaminado com veneno, seja com esgoto. Estão aterrando as lagoas para construir em cima. A prefeitura não planeja o território, proibindo construir moradia em área de banhado, porque agora ainda que tudo é pequeno, gente pobre ainda é possível, depois que chegar o dito “progresso”, que não é progresso, é uma amontoado de gente, aí não será mais possível estabelecer aonde pode construir, aonde será área pra pastagem, etc.” (Agricultor de Garopaba)

Há, concomitantemente, a emergência de uma dinâmica territorial caracterizada pela flexibilização da legislação ambiental em relação a construção de empreendimentos e pela ecologização do desenvolvimento econômico convencional expressa na construção de *resorts* de baixo impacto ambiental, que lança às comunidades locais apenas seus subempregos.

Os estudos demonstram que a região do Litoral Centro-Sul se caracteriza por um “território” em construção (ARAUJO, 2008). A possibilidade da emergência de um modelo de

¹⁹ A exemplo do Caso Moeda Verde

desenvolvimento alternativo, baseado na agroecologia e no turismo ecológico-comunitário educativo, pressupõe a convivência com modelo dominante de desenvolvimento e do turismo de massa. Outros trabalhos, conforme Araujo (2008), já apontaram para a importância do cooperativismo na construção de experiências alternativas de desenvolvimento.

Estudos (FABIANO, 2004) apontam para a necessidade de um programa de longo fôlego de estudos comparativos, norteados pelo enfoque de DTS. Tal proposta sugerida aponta para criação de uma rede nacional envolvendo núcleos de pesquisa transdisciplinar, organizações governamentais e não-governamentais e associações locais. Atuando como uma frente aos *lobbies* do desenvolvimento a todo custo. No entanto, a existência de um projeto de DTS junto ao Estado (Epagri) tem apresentado diversas dificuldades, seja pela própria estrutura e histórico de atuação da Epagri em nível estadual e regional, seja pelas incongruências que vêm ocorrendo nas ações junto aos agricultores locais.

Sintonizadas a um novo modelo de desenvolvimento, vêm sendo gestadas neste território “em construção”, iniciativas inovadoras de transição agroecológica através da articulação entre agricultores, organizações não governamentais de apoio à agricultura familiar e setores da UFSC como é o caso do Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida.

Conforme Santin (2005), existe uma intensa relação entre os grupos de agricultores desta região, potencializada pela existência do Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia. Atuam com autonomia dentro da Rede Ecovida, e através do Cepagro e do IPAB participam de capacitações em cursos e reuniões de intercâmbio.

Também é interessante notar que não é uma rede de vizinhança atraída somente pela proximidade geográfica, aliás moram em comunidades distintas, algumas perto, outras longe. No entanto, compartilham de uma identidade comum construída no processo de transição agroecológica. Estudos demonstram para a existência de *redes de diálogo técnico* (SABOURIN *apud* ADRIANO, 2006), formadas em espaços públicos, que apontam para a existência de

“intercâmbio de conhecimento entre produtores, de colaboração recíproca e de diálogo técnico, dentro e fora dos municípios, com algumas variações ente um município e outro (Paulo Lopes e Garopaba)” (SANTIN, 2005, p. 103)

Quadro 06 – Trajetória de desenvolvimento da Zona Costeira Catarinense

Data	Situação	Fatores de mudanças	Conseqüências
1736-1860	Litoral: um espaço diverso de florestas, planícies, praias ocupado por populações indígenas e sesmarias, grandes fazendas dos vicentistas	Chegada de 6000 açorianos	Convivência pacífica com índios Ciclo da baleia Agricultura de subsistência e pesca artesanal
1860-1940	Consolidação do modelo açoriano com pesca artesanal, mandioca, ciclo da baleia	Tropeirismo Chegada dos colonos europeus	Integração / conexão Serra Mar Comercialização regional (principalmente gado)
1940-1970	Permanência do modelo açoriano e desenvolvimento da policultura, pecuária e manufaturas (colônias européias)	Início da construção de infra-estruturas (portos, estradas) Políticas de desenvolvimento nacional voltadas para exportação	Ciclo de madeira para exportação Escoamento de produção agrícola das regiões interiores para o país Implementação de pólos industriais no litoral (carbonífera, cerâmica, termoeletrica)
1970-1990	Mosaico de pesca artesanal, pólos industriais Início do processo de urbanização do litoral	Continuação de investimentos em infra-estruturas, energia Políticas de desenvolvimento da pesca Início do desenvolvimento turístico	Modelo catarinense de desenvolvimento Desenvolvimento da pesca artesanal (abertura de mercados) Desenvolvimento da pesca industrial Aumento da população urbana, especulação imobiliária
1990-2000	Especulação imobiliária Desenvolvimento do turismo de massa e residencial Litoralização da população Declínio do binômio pesca artesanal e agricultura	Democratização do país (Constituição de 1988) Abertura da economia do país e Plano Real Cúpula da Terra (Rio 1992)	Sinais de esgotamento do modelo produtivista brasileiro e catarinense Fortalecimento dos movimentos ambientalistas e sociais de promoção da agricultura familiar
2000 até hoje	Expansão das cidades nos espaços rurais Diminuição das atividades produtivas no litoral emergência da economia de serviços e economia residencial Confirmação dos processos de degradação socioambiental	Em busca de novos modelos de regulação e ordenamento territorial Novos papéis do Estado e implementação de políticas com novas abordagens (conservacionista, patrimonial, territorial)	Quadro político institucional favorável à iniciativas coletivas e inovadoras

Fonte: (VIEIRA; CERDAN, 2009)

Assim também esta região está culturalmente marcada pelo trinômio pesca-agricultura-artesanato, que muitas vezes está representado como um patrimônio local, do mesmo modo encontram-se resíduos do conhecimento ecológico tradicional nas atividades de pesca artesanal e agricultura familiar multifuncional e, ainda um estilo de vida também marcado pela cooperação solidária (VIEIRA; CERDAN, 2009).

Existem mais de dez comunidades entre Paulo Lopes e Garopaba com potencial agroecológico, apontando para existência de um *sistema local de conhecimento agroecológico* como também as condições para existência de um *sistema alimentar territorializado agroecológico* embrionário. Isto resulta de um esforço concentrado para a permanência da vida no campo com saúde e dignidade, caracterizado pela construção de um *espaço sociotécnico local*. Portanto, a região possui experiências sensíveis aos princípios do enfoque de codesenvolvimento, considerados essenciais para o fortalecimento da agricultura familiar orgânica e, assim, para a reconstrução do desenvolvimento rural do país.

“...se trata de uma região que tem potencial, uma região que não desenvolveu uma agricultura com alto índice de uso de insumo agrícola, então é uma região de certa forma preservada e com potencial para uma agricultura diferenciada, pouco índice de contaminação, pouco hábito de uso de produtos tóxicos, diferente de outras regiões, e ainda privilegiada para comercialização. Agora falta, pois está muito longe o discurso político de apoio a produção agroecológica da realidade...”(Agricultor de Laguna)

Há uma forte tendência de agricultores que optam pela transição agroecológica serem considerados com bastante ceticismo pelos agricultores vizinhos. As pesquisas demonstram que os primeiros estão mais abertos às inovações devido ao fato de atuarem em espaços sociais diversificados (SANTIN, 2005; ADRIANO, 2006). É importante salientar que

“a disseminação de agrotóxicos modificou substancialmente o cenário do desenvolvimento local, desestruturando um tecido social marcado pela lógica de subsistência e por relações de ajuda mútua. O processo de transição foi acelerado mediante a utilização de linhas de financiamento externo concentradas no fomento da fumicultura. Neste caso, a assistência técnica oferecida pelas próprias empresas fumageiras e pela Epagri exerceu um papel determinante.” (ADRIANO, 2006, p. 71)

É consenso que as experiências agroecológicas em curso na região resultam de ações intencionais, visando “a reprodução da agricultura familiar” em um horizonte de construção de um novo modelo de desenvolvimento rural (SANTIN, 2005; ADRIANO, 2006).

Dentro deste território em construção também se encontra a existência do Fórum da Agenda 21 da Lagoa de Ibraquera, que, na medida em que representa um desafio às estruturas econômicas, sociais e políticas conservadoras atuantes no litoral centro-sul, transformou-se em um processo inevitavelmente conflitivo, desestabilizador e de longo fôlego (FABIANO, 2004). Atualmente vem sendo realizado um trabalho acadêmico em nível de mestrado por uma integrante do coletivo de pesquisa NMD/UFSC, que está construindo um diagnóstico sobre os principais desafios e potencialidades deste Fórum de Agenda 21.

O Fórum da Agenda 21 da Lagoa de Ibiraquera foi criado em 2002 com apoio do Núcleo Transdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento – NMD/UFSC, é composto por conselhos comunitários, associações de pescadores, escolas municipais, órgãos públicos, entre outros. Recentemente tal fórum, buscando fortalecer o processo de transformação socioambiental na comunidade, foi contemplado com um Ponto de Leitura do Governo Federal e em decorrência surgiu a inauguração de um espaço físico denominado Ponto de Leitura e Cultura de Ibiraquera, com objetivo de realizar diversas atividades culturais e educativas.

Concebida no âmbito da Cúpula da Terra em 1992 enquanto uma agenda de atividades que expressam o desejo de um modelo de civilização baseada na prudência ecológica, na justiça social, na descentralização política e na economia solidária (SACHS, 2007), a Agenda 21 é um instrumento de planejamento de políticas públicas compostas pelo setor governamental, setor privado e terceiro setor com intuito de estabelecer um processo amplo e participativo de consulta quanto aos problemas ambientais, sociais e econômicos locais. É um espaço de implementação e avaliação de ações concretas orientadas para o desenvolvimento sustentável local.

Frente aos conflitos socioambientais de toda ordem, emergiu a necessidade de criação de um espaço de acompanhamento das políticas públicas voltadas para a região costeira, e de acompanhar o desenvolvimento dos empreendimentos que geram impactos negativos sobre os ecossistemas. Dessa maneira foi construído o Observatório do Litoral²⁰, que representa a parceria entre Ufsc, Univali e Ministério Público.

Há também, através do projeto DTS e do Fórum da Agenda 21 da Lagoa de Ibiraquera, a aproximação dos agricultores e pescadores com a experiência da Associação Acolhida da Colônia. Com intuito de promover um novo estilo de agroturismo educativo e apoiado pela *Fédération Nationale Accueil Paysan*, a Acolhida foi criada em 1999 no município de Santa Rosa de Lima e atualmente abrange mais quatro municípios (Anitápolis, Rancho Queimado, Gravatal e Grão Pará) com 55 famílias associadas. Com uma linha de financiamento do Ministério do Turismo a associação está criando quatro circuitos de agroturismo no região Sul do estado e também no Vale do Itajaí (ANDION, 2007). As chances desse modelo alternativo de turismo ser desenvolvido na região aumentam na medida em que o secretário da

²⁰ [Http://observatoriodolitoral.ufsc.br](http://observatoriodolitoral.ufsc.br)

agricultura de Garopaba já trabalhou em Santa Rosa de Lima e conhece seu modo de funcionamento.

Os problemas de acesso ao crédito, principalmente na operacionalização do Pronaf, existem quando essas localidades não estão ligadas de alguma maneira ao sistema Cresol, e estão dependentes dos serviços do Banco do Brasil (BB). Este tem sido muito rigoroso para liberar o crédito, e ainda em alguns casos não tem prestado um serviço adequado, impondo inúmeras barreiras à agricultura familiar e à pesca artesanal nessa região.

Há algum tempo vem sendo debatida a criação de uma cooperativa que abrange o complexo lagunar, a Cooperlagos. Tal iniciativa demonstra a preocupação que a Epagri tem com a comercialização dos produtos agrícolas e pesqueiros. Iniciou suas atividades agora em 2009, e o primeiro produto a ser comercializado pela cooperativa está sendo a farinha de mandioca. Em breve, como indicou o extensionista da Epagri de Garopaba, serão comercializados doces e geléias do grupo de mulheres quilombolas localizadas no Siriú. Existe também o interesse por parte de alguns pescadores de Imbituba de realizar o beneficiamento do camarão através da cooperativa. Conforme secretário da agricultura de Paulo Lopes em breve haverá um posto de venda da cooperativa as margens da BR 101, perto do centro comercial World em Imbituba.

Atualmente está sediada na Secretaria de Agricultura e Pesca de Imbituba e abrange cinco municípios: Laguna, Imaruí, Garopaba, Imbituba e Paulo Lopes. Sua existência teve como referencia as diversas cooperativas que existem no oeste catarinense, como é o caso de Caçador que existem 18 cooperativas descentralizadas; num dado momento, houve até mesmo uma excursão com os agricultores locais para conhecerem tais cooperativas. Acredita-se que a existência da Cooperlagos irá permitir a legalidade necessária para a comercialização e fornecimento, com regularidade e diversidade, à Alimentação Escolar.

Conforme entrevista com o extensionista da Epagri de Garopaba a cooperativa está estruturada em grupos temáticos, hoje há três atuando – o da mandioca; o da cana-de-açúcar; e do pescado. O grupo da mandioca, o mais estruturado, já tem sete famílias associadas. O grupo da cana-de-açúcar está sendo estruturado e já conta com 5 famílias associadas com objetivo de fazer melado, pé de moleque, etc. E recentemente está sendo amadurecido o grupo do pescado.

Em relação a Cooperlagos, conforme a entrevistada da ACORDI, existe muito receio por ser uma iniciativa da Epagri, que em nenhum momento os convidou e também por estarem já há aproximadamente cinco anos debatendo.

Também foi encontrada uma iniciativa gestada no âmbito do projeto Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS), do Banco do Brasil (BB) em parceria com o SEBRAE, de criação de uma cooperativa de produção do pescado, já denominada por Cooperlagunar e que terá sede em Laguna, conforme entrevista com secretário de agricultura e pesca de Imbituba. Atualmente conta com 150 associados (60 associados em Imaruí; 2 em Imbituba e 88 em Laguna).

Diversas inovações sociotécnicas vêm sendo gestadas neste território, salienta-se a rede agroecológica que está se consolidando, mas ainda sentindo a necessidade de ampliação; e a emergência de um turismo educativo de base comunitária ainda embrionário. É importante salientar a participação de núcleos de pesquisa da UFSC, UNISUL e UNESC. Este contexto, portanto, demonstra o potencial para viabilizar sistemas produtivos com inovações locais que integrem

“(i) unidades de produção agroecológica articuladas em rede e cooperativas de pesca e aqüicultura sustentável, (ii) programas de turismo educativo de base comunitária e de profissionalização da juventude rural, apoiados atualmente por vários ministérios e pela SEAP; (iii) uma rede de conselhos, associações comunitárias e organizações civis ambientalistas sensíveis ao ideário do DTS-IC; e (iv) uma rede de universidades situadas na zona costeira que mantêm núcleos de pesquisa inter e transdisciplinar voltados para o fomento dessas experiências inovadoras de “construção territorial”. (VIEIRA; CERDAN, 2009, p. 59)

Conforme o Informe Parcial de Investigación²¹ divulgado em 2009, este território possui as seguintes dinâmicas territoriais consolidadas – (i)modernização conservadora nas ultimas três décadas; (ii)ecologização do território e; (iii)manutenção e recriação das tradições locais de pescadores e agricultores com forte tendencia de deterioração cultural e econômica. E mais duas em emergência, a saber: o modelo de desenvolvimento convencional com legitimidade socioambiental; e as estratégias de desenvolvimento territorial com valorização do patrimônio cultural (VIEIRA; CERDAN, 2009).

21 Resultado da primeira etapa do projeto “*Desarrollo territorial sostenible en la zona costera del Estado de Santa Catarina – Brasil*” que teve como objetivo definir as estratégias integradas e baseadas na valorização cultural das comunidades pesqueiras artesanais.

Conforme tabela abaixo é possível visualizar o crescimento populacional tido nos municípios em que esta pesquisa esteve implicada. Em seguida apresenta-se um sucinto histórico de cada município contendo breve trajetória de desenvolvimento.

QUADRO 06 – Crescimento Populacional

Município	População total (1991)	População total (2007)	Crescimento (1991- 2007)
Garopaba	10,821	16,399	51,5
Imbituba	31,395	36,231	15,4
Laguna	43,768	50,179	14,6
Paulo Lopes	5,034	6,830	35,7
Santa Catarina	3.208,537	5.866,252	82,8
Brasil	146.815,796	191.790,800	30,6

(Fonte: PNUD, 2000 e IBGE, 2007)

Paulo Lopes

Localizado no litoral centro-sul de Santa Catarina, o município de Paulo Lopes integra a 19ª SDR – Secretaria de Desenvolvimento Regional de Laguna, distante 45 km ao sul de Florianópolis. A população agrícola deste município, na sua maioria, é açoriana. As atividades agropecuárias têm grande importância para a economia municipal. A agricultura familiar predomina entre os produtores.

Caracteriza-se pela intensa mobilidade dos habitantes, principalmente os jovens, incluindo alguns do meio rural, que trabalham na capital e retornam ao final do dia, ou nos fins de semana. As principais áreas agricultáveis são utilizadas pela rizicultura convencional e pecuária de corte. A situação dos agricultores familiares é alarmante, grande parte maiores de 50 anos, muitos sobrevivem da aposentadoria rural, majoritariamente produzem mandioca,

milho, feijão e cana-de-açúcar que são comercializados nas margens da BR 101 (SANTIN, 2005).

As ações empreendidas pela Epagri, através do corpo técnico local, têm negado o potencial da agricultura familiar em prol de uma agricultura empresarial, expressos nos cursos de profissionalização para um “novo” tipo de agricultor e nos discursos dos técnicos. Estudos mostram que o poder público aponta para uma falta de espírito empreendedor na agricultura como uma característica da população nativa, onde se observa forte presença açoriana. Nota-se aqui a necessidade de um novo olhar dos agentes do poder público, um olhar para o aspecto estrutural dos problemas, buscando inserir-se criticamente na realidade através de uma ação transformadora e não paternalista e assistencialista (SANTIN, 2005).

Os agricultores familiares locais, como os demais da região, vêm sofrendo com a inviabilidade que a agricultura familiar se encontra a nível nacional e nessa região principalmente com as consequências da especulação imobiliária e o estilo de desenvolvimento adotado. A compra de grandes áreas por pessoas de maior poder aquisitivo de Florianópolis fez quase desaparecer os 70 engenhos de farinha que existiam, reduzindo-os a apenas 8 em funcionamento e 3 desses possuem selo de inspeção estadual e recentemente se associaram a Cooperlagos.

Devido à decadência do extrativismo madeireiro por ocasião da criação do PEST, apenas alguns agricultores permaneceram nas áreas e uma nova fase inicia com os desdobramentos recentes de redemarcação da área do Parque. A rizicultura irrigada se impôs como atividade dominante do ponto de vista econômico, desconsiderando totalmente a degradação socioambiental e seus impactos decorrente do modelo produtivista baseado em alto uso de insumos químicos. Além de afetar a qualidade do ambiente com a poluição das águas, também afeta a atividade pesqueira.

A nova remarcação do PEST aliado à escolha por um desenvolvimento baseado na degradação socioambiental tem retirado as forças para enfrentar a crise socioambiental nas suas dimensões locais.

Estudos anteriores (SANTIN, 2005) já haviam apontado a opção pela agroecologia, e não simplesmente à adoção de uma ou outra técnica de produção, de alguns agricultores tanto de

Paulo Lopes como de Garopaba. A transição agroecológica requer não apenas a mudança nas técnicas de produção, ela implica um novo olhar para a realidade. O despertar agroecológico dos agricultores envolveu o intercâmbio de práticas e saberes entre eles e da parceria com Ong's e Universidade.

Em Paulo Lopes, a microempresa familiar Dom Natural é uma referência em agroecologia na região e se configura como um foco irradiador deste novo modelo de agricultura, resultado do trabalho do agricultor Glaico Sell e família. Desde 1995 estão dedicados ao incentivo e à colaboração na transição dos demais agricultores da região. Já atuaram no poder público municipal promovendo a agroecologia e hoje estão voltados para a dinamização do território através do desenvolvimento de pesquisas e inovações tecnológicas e organizacionais que são trocadas e socializadas com os agricultores, ao mesmo tempo em que produzem, industrializam e comercializam seus produtos.

O município não possui uma rede local de comercialização e de consumo de orgânicos. É comercializada a produção local na Ecofeira, criada há nove anos, localizada no centro da Lagoa da Conceição em Florianópolis; e para mercados diretos, como indústria de sucos e lojas de produtos naturais fora do município. Toda a experiência de consolidação de um grupo de agroecologia neste município é fruto da construção há dez anos da Associação Eco, que iniciou através da discussão com formandos do CCA.

Convém frisar que a existência de um fluxo de inter-relações existente entre agricultores deve-se também à articulação com organizações de apoio à agricultura familiar. As relações existentes com organizações como Rede Ecovida, Associação Apivale, Cooperativa Ecoserra, entre outras passaram a existir devido o esforço altruísta de algumas lideranças com a finalidade de consolidar a agroecologia na região (SANTIN, 2005). O desenvolvimento da agroecologia está fundamentalmente associado à existência de fortes relações entre os agricultores e suas redes; é essa característica que permite aos agricultores enfrentarem a pressão social que os coíbe de atuarem fora do padrão.

Ações apontadas em outros estudos (SANTIN, 2005) sinalizam a necessidade da criação de um processo pedagógico dialógico que empodere os atores envolvidos para que sejam ativos nos espaços existentes, e que ainda possibilite-os compreender as relações de poder existente

e os mecanismos ideológicos estruturantes. Requerendo a interação entre saber popular e científico.

Garopaba

O município de Garopaba fica localizado na divisa com Paulo Lopes ao sul. Entre 1991 e 2000, reduziu-se a população rural em mais da metade, o índice de urbanização foi a 81,45% em 2000, contra 48,27%, em 1991.

O modelo de turismo assumido, sustentado pelo argumento de geração de emprego e renda para a região, além da sazonalidade tem posto em risco a qualidade do ambiente local. A região carece de controle e planejamento social sobre a atividade turística, como também carece de interesse por parte do poder público e privado em construir um novo tipo de turismo que possibilite um desenvolvimento com sustentabilidade e valorização cultural.

Há, no entanto, um forte êxodo de jovens do meio rural seduzidos muitas vezes por subempregos ligados ao turismo de massa, quadro que sugere a existência de uma crise da agricultura familiar na região, que representa a situação nacional da agricultura familiar. A ausência de políticas públicas para geração de trabalho e renda no meio rural contribui para o agravamento deste cenário (SANTIN, 2005). Conforme as estatísticas, 45% dos agricultores tem mais de 50 anos e 21% já não contam com filhos para sucessão (ALTMANN *et al*, 2008).

Com a priorização de um setor de desenvolvimento, como é o caso do turismo nessa região, renegou-se a necessidade da produção agrícola para o abastecimento da demanda crescente, principalmente no verão. O que implicou ao município ser abastecido diariamente com diversos caminhões vindos de outras regiões, pois não houve uma política de fortalecimento da agricultura familiar local e conjuntamente o fomento à fruticultura. Como relata um agricultor:

“é o caso das bananas que chegam na cidade, Garopaba tinha as melhores bananas da região, hoje chegam 3 caminhões por dia com bananas que são forçadas a madurarem da noite pro dia por substâncias tóxicas (cloreto de alumínio e com oxigênio tipo gel) colocados dentro dos caminhões. Sendo que lá na Macacu/Siriu as terras são perfeitas pra esse tipo de fruta. Mas aonde estão os terrenos? Tudo na mão das pessoas de fora. E porque as pessoas venderam? Quem não vai querer vender seu pedaço de terra por 300.000,00, guardar um pouco e comprar carro novo, do que ficar com um bananal, num município onde não tem incentivo nenhum para

agricultura, o poder público só pensa no progresso (turismo) e se esquece que as pessoas tem que se alimentar.” (agricultor de Garopaba)

O grupo de agroecologia da cidade faz parte da Associação de Produtores Orgânicos e Coloniais de Garopaba composta por 15 famílias, entre agricultores orgânicos e processadores de produtos coloniais. Foi em 2004, em decorrência da legislação sobre merenda orgânica municipal (2003) que o grupo foi organizado. A existência do Mercado do Produtor e da feira agroecológica municipal tem fortalecido o sistema agroecológico da região.

Antenado a este movimento também se encontra um engenho comunitário de farinha orgânica, construído em parceria com o município com fundos do Pronaf Infraestrutura. Segundo extensionista local da Epagri, o engenho trabalha com farinha orgânica, no entanto ela não é comercializada como orgânica, pois apesar de ser produzida segundo padrões 100% tradicionais que não utilizam agrotóxicos, muitas vezes os agricultores fazem uso de fertilizantes nitrogenados e industriais nos cultivos.

O cultivo tradicional da banana branca que antes envolvia 40 famílias na região do Macacu atualmente quase desapareceu, principalmente pela propagação do *mal de sigatoka* e *panam*. Atualmente o órgão oficial de extensão rural vem desenvolvendo pesquisas em cultivares mais resistentes a essas doenças com intenção de produzir organicamente. Através do *Pronaf Infraestrutura* e contrapartida da Prefeitura foi construído nesta comunidade uma indústria de beneficiamento de cana de açúcar, para a produção de cachaça, açúcar mascavo e melado.

Também existe uma preocupação com a pecuária entre os agricultores orgânicos locais. No entanto as instituições públicas não estão preparadas para atender esta demanda. A falta de assistência técnica e as dificuldades em atender as exigências da inspeção sanitária inviabilizam a consolidação do enfoque agroecológico na região, pois é impossível separar as atividades de agricultura e pecuária no interior das unidades produtivas. (SANTIN, 2005)

“É o caso do leite, o município não se preocupou em fazer um selo de inspeção municipal, não se preocupou em ampliar a produção leiteira, em assessorar o produtor na compra de mais vacas ou de buscar um financiamento para construir uma sala de inspeção. Porque o leite do produtor daqui tem que viajar 150km para ser pasteurizado? O caso do queijo, o leite vai pra outro município, além de tal município ficar com a carga tributária um produtor local deixou de receber, e assim ele deixa de existir.”(Agricultor de Garopaba)

As iniciativas orientadas pela agroecologia estão enfrentando as consequências do aumento da demanda turística no território Litoral Centro-Sul, que tendem a agravar com a duplicação da BR 101. Uma delas é a excessiva valorização das terras, pressão exercida pelo setor imobiliário. A população local, seduzida pela valorização do seu patrimônio, se desfaz do mesmo na expectativa de realizar outra atividade, mas em raras ocasiões encontra atividade promissora no médio e longo prazo. Ao mesmo tempo, as demandas dos agricultores agroecológicos têm tido pouca ressonância no âmbito institucional.

Estudos anteriores já apontavam para um mercado em expansão em Garopaba, composto pela feira livre de sábado, pelo *mercado do produtor*, pelo mercado institucional; conta-se ainda com uma rede de supermercados e restaurantes locais, e também vende-se na propriedade.

Imbituba

O município de Imbituba, originalmente conhecido por Vila Nova de Sant'Ana, foi implantado em 1715 como núcleo de colonização açoriana. Inicialmente foi voltado para a pesca da baleia e produção de farinha de mandioca, passando pelas atividades portuárias decorrentes do escoamento do carvão que vinha da região de Criciúma, e mais tarde, das demandas da Indústria Carboquímica Catarinense – ICC. Atualmente, encontra-se dependente da indústria turística (AVELAR *apud* FABIANO, 2004).

A trajetória de desenvolvimento da região leva a pensar nas características que o território foi tendo desde o período colonial. A região desenvolveu-se no século XVIII, fundamentalmente pela economia colonial, baseada em dois vetores: mercado externo e especializado; e um setor de subsistência. No entanto conforme Neu (1999), nesta época a economia catarinense praticamente não se encaixava nesse quadro, ao não produzir para o mercado externo ao mesmo tempo também que deixou de produzir para o interno; ocorreu a queda da exportação da carne seca da economia do sul catarinense, esta deixou de ter “utilidade” para a metrópole.

É consenso entre historiadores catarinenses que o elemento povoador luso-brasileiro e luso-açoriano não possuía recursos financeiros para comprar escravos, e que os açorianos se identificavam muito mais com a pesca ao invés da agricultura, essa remetida unicamente à subsistência. O cultivo da mandioca resume a agricultura açoriana no Brasil e sua exportação era feita só com o fracasso da safra de outras regiões. Assim a salga do peixe, introduzida no

século XVIII, aliada à exploração da baleia e seus derivados constituíam a economia da região na época, esta última atividade lançou o território catarinense na economia colonial. (ELLIS *apud* NEU, 1999)

O início do século XIX é marcado por uma crise mundial que se estendeu até 1847, a decadência das atividades pesqueiras relacionadas à exploração da baleia e ao desenvolvimento da agricultura mesmo nos últimos anos do período colonial. Tais elementos impõem um novo cenário à região, que passa a fornecer farinha de mandioca do Rio Grande do Sul a Pernambuco, triplicando a quantidade produzida em apenas dois anos. Outra característica da agricultura açoriana é a forma como a terra é dividida entre a família numerosa, a que, com o tempo, forçou o uso do solo cultivável, provocando seu enfraquecimento e, conseqüentemente, sua queda na produtividade.

Em meados de 1870, através da descoberta das jazidas de carvão mineral no rio Tubarão o povoado de Imbituba volta a ter dinamização econômica. Ora por dificuldades de transporte, ora pela qualidade do carvão, sua exploração foi marcada por inúmeras controvérsias. A construção da estrada de ferro trouxe novo alento à região. Construída uma fábrica de cerâmica, houve atração de trabalhadores de muitos locais. Tal atividade ainda hoje desempenha forte influência na atividade econômica.

Também é relevante na trajetória de desenvolvimento regional o processo de criação da ICC – Indústria Carboquímica Catarinense, que constitui de uma fábrica de ácido sulfúrico utilizando a pirita carbonosa recuperada no processo de beneficiamento do carvão; uma usina termoelétrica que utiliza o próprio calor gerado na ustulação da pirita carbonosa; e uma unidade de produção de ácido fosfórico a partir da extração da jazida de rocha fosfática encontrada em Anitápolis-SC. Toda a sua produção em 1980 era vendida para empresas de fertilizantes do mercado nacional e sua construção estava ligada à idéia de um complexo industrial grandioso. Em 1990 diversos fatores implicaram na crise que teria o desfecho no seu fechamento em 1992; sua instalação trouxe inúmeros benefícios entretanto os prejuízos foram maiores à saúde do ambiente que, com a divulgação em nível nacional diminuiu a atividade turística.

Sua maior demanda turística é na Praia do Rosa, onde foi implantada de forma desordenada uma forte infra-estrutura voltada para o turismo. A área da Lagoa de Ibiraquera ficou

conhecida pela pesca do camarão rosado e também é um local ideal para a prática de *windsurf*, destacando-se como palco de campeonatos internacionais (AVELAR *apud* FABIANO, 2004).

Na década de 1970 a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODISC) desapropriou os agricultores e demais donatários de uma área de 200 mil hectares de terras, que envolvem os bairros da Vila Nova Alvorada (Divinéia), Vila Alvorada (Aguada), Vila Esperança (Ribanceira de Dentro), Ribanceira, Vale das Pedras, Nova Brasília e Arroio, para a implementação de um complexo industrial na região. Em seguida a Indústria Carboquímica Catarinense (ICC) comprou da CODISC parte desta área. O complexo industrial não foi implementado e, segundo a legislação, as terras deveriam ter sido devolvidas a seus antigos donos, o que não ocorreu. Na década de 1990 a área da ICC foi vendida sem licitação pública e por valor irrisório, conforme lideranças locais: por R\$1,00 o m² em 100 parcelas, para a empresa privada Engenharia do Sul Ltda (Engesul).

Em resposta a esses fatos, os agricultores que foram desapropriados se organizaram e fundaram a ACORDI em 2002, na época existiam 70 famílias associadas e se tinha conhecimento de mais 40 que tinham direito às terras. Tal empresa cercou as terras e contratou guardas para evitar a entrada dos agricultores. Os agricultores então decidiram recobrar as terras em questão, no entanto em um dado momento foram retirados violentamente pela ação da Polícia Militar a mando da Engesul e do dito “Estado de Direito”, muitos agricultores são idosos e a notícia circulou entre a população local.

A ACORDI nesse momento havia entrado na justiça com pedido de investigação sobre as irregularidades desde a venda para a ICC como para Engesul. Em todo o processo de organização dos agricultores, a ACORDI esteve articulada com o MST e mais tarde (2004) surgiu a parceria para realização da Feira da Mandioca. Neste momento, através de contatos com professores da UFSC surgiu a idéia de criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, que foi apresentada em 2005 mas no atual momento o processo encontra-se parado, à espera da realização de uma audiência pública.

Nestas terras hoje está sendo instalada a ZPE – Zona de Processamento e Exportação; e há pouco tempo teria sido alvo de uma ocupação conjunta da ACORDI e do MST, com intuito de denunciar as irregularidades que vêm existindo no local; tal fato não ocorreu pois dias antes

de ocorrer a Polícia Militar prendeu ilegalmente a presidente da ACORDI e dois militantes do MST; e um sindicalista era procurado, conforme denuncia da Associação dos Delegados da Polícia Federal²².

Atualmente em parceria com a CIDASC está sendo construído um engenho de farinha e foi firmado uma parceria junto com ao Laboratório de Etnobotânica/UFSC para o resgate dos quintais agroflorestais, dos usos do butiá e organizar unidades de plantio para trabalhar com a agricultura itinerante da mandioca, que é o tradicional no local.

Laguna

Localizada a 118km de Florianópolis, possui uma sede da Secretaria Regional de Desenvolvimento (SDR) e também compõe a área de abrangência da APA-BF – Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca.

A existência de sambaquis pelo litoral centro-sul comprova sua forte ocupação indígena no passado, principalmente pertencentes à etnia carijó. Laguna tem um extenso histórico devido à existência do porto. Considerada como “último porto seguro” pela Coroa, foi a partir daqui que foi feita a conquista dos pampas até a Colônia de Sacramento. Atualmente, valorizada pelo seu histórico, Laguna é composta por 42 lagoas, colocando a pesca artesanal como importante fonte de renda para o município, na qual 3000 famílias estão envolvidas conforme estimativas do IBGE (2000). Também estima-se que tenha uma população de 50.000; no verão este número aumenta para 150.000. A carcinicultura, que chegou a representar 50% da economia local, após vírus *mancha branca* reduziu para 25%.

Essas comunidades eram quase auto-suficientes e eram esporádicos os contatos com outras regiões. Com a irrupção da Revolução Verde esse quadro sofre fortes mudanças, a Epagri passa a desempenhar o vetor de difusão do ideário produtivista. O contato com as empresas fumageiras e rizicultoras tornou-se viável com a melhoria da malha viária.

Já em 2006 apontava-se para a falta de institucionalização da proposta agroecológica por parte da Epagri, sendo verificadas apenas iniciativas dos próprios extensionistas. Assim percebe-se

22 Em anexo.

que ainda a Epagri está norteada pelo produtivismo e não está sensível à degradação socioambiental decorrente deste modelo.

Em 2007 formalizou-se a Associação Sabor Solidário, que está vinculada ao Fórum Catarinense de Economia Solidária. Sua proposta é viabilizar o acesso aos mini-projetos do Cáritas e é composta por 15 famílias dos municípios de Laguna, Tubarão, Jaguaruna e Içara. Atualmente busca-se fortalecer o Circuito da Rede Ecovida, entretanto diversas dificuldades internas, de coesão do grupo, têm dificultado sua realização de forma integrada.

Tem se observado na região que o papel da Epagri tem sido nos moldes assistencialistas convencionais, apontando para as limitações do seu papel no processo de transição agroecológica. Diante o alto volume de recursos destinado ao agronegócio constata-se que esta empresa não tem um projeto de agroecologia para o Estado. Trata-se de ações pontuais levadas a cabo muitas vezes pelo técnico local (ADRIANO, 2006). E ainda o discurso está longe da prática, pois mesmo quando foi realizado o Laboratório Territorial como parte do projeto de DTS, esteve atrelado à burocracia²³ e não pode comprar os alimentos orgânicos dos próprios agricultores convidados a construir um novo modelo de desenvolvimento.

“...o caso do LabTer do projeto de DTS-IC, que não pode adquirir produtos dos agricultores orgânicos por causa de nota, então qual é motivo do agricultor tirar nota de produtor, se a nota dele não tem valor. Então o órgão de extensão rural do governo faz um evento e não se deu um jeito de adquirir dos agricultores orgânicos alegando que não poderia burlar a burocracia, recusando o valor da nota do agricultor, mas pra que existe nota do agricultor então? Se sua nota não tem valor para ele comercializar seu produto para o próprio órgão de extensão rural...É no mínimo estranho em um evento com esse objetivo, de discutir a pesca e agricultura com o viés que ele tem, onde a agroecologia tem prioridade, onde busca incentivar determinada prática e na hora não poder comprar dos agricultores da região por causa de nota (!?). São coisas desse tipo que retiram o crédito por parte dos agricultores.” (Agricultor de Laguna)

23 Conforme convênio com Ministério da Pesca e da Aquicultura os recursos só podem ser utilizados se os estabelecimentos emitirem a Nota Fiscal tipo 2, tal restrição impediu que o LabTer fosse realizado nas dependências do Gaia Village como também na compra de alimentos dos próprios agricultores ecológicos.

2. SURGIMENTO E EXPANSÃO DAS REDES AGROECOLÓGICAS

Os grupos de agricultores estudados compõem o Núcleo do Litoral da Rede Ecovida de Agroecologia. Sua localização estratégica lhe confere um alto potencial de desenvolvimento.

É importante ressaltar que a formação da Rede Ecovida de Agroecologia em 1998 foi o resultado de mais de 20 anos de trabalho, luta e esperança do movimento agroecológico no Sul do Brasil. Portanto é fruto das histórias de muitas famílias que estão envolvidas na construção popular da agroecologia, entendendo esta como

“processo de produção de alimentos e produtos em conjunto com a natureza, onde os(as) agricultores(as) possam desenvolver suas atividades sem agredir o ambiente, tornando-se independentes dos “pacotes tecnológicos” com seu caros e degradantes insumos industriais, visando não somente as sobras financeiras, mas principalmente qualidade de vida. É a base para o desenvolvimento sustentável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos, envolvendo as dimensões políticas, técnicas e culturais, em processos educativos e metodologicamente adequados, onde os(as) trabalhadores(as) assumem o protagonismo maior e aumentam seu poder de intervenção na sociedade, de forma organizada” (CEPAGRI *apud* ARL, 2007)

Do mesmo modo é importante situar historicamente a agroecologia como um movimento que surgiu no processo de redemocratização da sociedade brasileira em oposição à Revolução Verde, implementada em plena ditadura militar enquanto meio para integrar o campo ao modelo de desenvolvimento urbano/industrial nas décadas de 1960 e 1970. Na sua história recente, a agroecologia começou a ganhar eco dentro dos Movimentos Sociais do Campo²⁴.

A Rede Ecovida está estruturada em núcleos regionais que são a principal unidade funcional da Ecovida; eles se caracterizam pela promoção da discussão sobre a experiência de cada membro, troca de informações, intercâmbio/comercialização de produtos, além da certificação. Têm por objetivo também montar um banco de dados dos produtos disponíveis na região, assim como garantir o processo de certificação adotando dinâmica própria de acordo com a realidade de cada núcleo. Sua existência permite uma estrutura menos burocrática, e por darem continuidade aos processos organizacionais históricos específicos de cada região também permitem um melhor conhecimento entre os membros de um mesmo núcleo, permitindo com maior intensidade a troca de conhecimento mútuo através de visitas das propriedades entre os membros. Também os encontros e reuniões dos núcleos, por terem

²⁴ Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimentos do Antingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e outros.

um menor número de pessoas que já se conhecem, permitem uma maior interação (ARL, 2007)

Atualmente, a Rede Ecovida conta com 24 núcleos regionais em distintos estágios de organização, que abrangem 170 municípios e reúnem aproximadamente 3500 famílias de agricultores organizados em grupos, associações e cooperativas; 31 ONG's; 20 cooperativas de consumidores; e dez

an;rofissionais. Existem aproximadamente 135 feiras ecológicas em todo o Sul do Brasil, ligadas à Ecovida. Apesar das feiras se constituírem na forma de comercialização mais estimulada pela Rede, seus integrantes também realizam vendas em supermercados e no mercado externo, além de experiências de comercialização nos chamados mercados institucionais nos municípios e estados.

O Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia²⁵ foi fundado no final de 2002, inicialmente era formada por quatro grupos de agricultores – Paulo Lopes, Ituporanga, Aurora e Ratonas. Na época da organização do núcleo esteve formada pelas famílias agricultoras que participavam da Eco Feira que acontece aos sábados na Praça Bento Silvério no centro da Lagoa da Conceição em Florianópolis. A formação se deu através do trabalho do Cepagro, que inicialmente por dificuldades estruturais, realizava apenas reuniões de grupo e preparava as famílias para a certificação.

Em 2003 com um curso de agroecologia para os agricultores de Garopaba que já estavam organizados em uma associação e com algumas famílias que já vinham fazendo experiências de plantio sem veneno, é que este grupo se consolidou na agroecologia e passou a fazer parte do Núcleo Litoral Catarinense. Mas foi em 2006 que as atividades do Cepagro se intensificaram em Paulo Lopes e Garopaba com a realização de visitas frequentes, de oficinas, de preparação para certificação e na articulação de intercâmbio entre os agricultores.

Atualmente o Nucleo Litoral Catarinense é formado por 11 grupos que praticam agricultura ecológica, assessoradas pelo Cepagro²⁶ e pelo Instituto de Permacultura Austro-Brasileiro (IPAB).

25 www.ecovida.org.br

26 Centro de Estudos e Práticas em Agricultura em Grupo – www.cepagro.org.br

Esta pesquisa buscou realizar um diagnóstico do sistema agroecológico de quatro municípios que compõem o litoral centro-sul, a saber – Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba e Laguna. Todos esses municípios compõem a SDR de Laguna.

Em Paulo Lopes existem aproximadamente 7 famílias envolvidas com agroecologia, sendo que uma dessas não atua em conjunto com a Rede Ecovida. Destas famílias duas fazem feira (individuais) e as outras famílias vendem a essas ou comercializam através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Assim Glaico Sell e sua família fazem a feira na Lagoa da Conceição e também atendem vários pontos comerciais em Florianópolis. A outra família é composta por um casal – Bento e Neti, que fazem feira na Armação e Campeche semanalmente. Existe uma empresa que esporadicamente compra farinha de uma das famílias, mas no geral a comercialização pode ser caracterizada da seguinte maneira – aqueles que se dedicam ao plantio de mandioca, feijão, cebola, etc. que permite uma margem de estocagem, e aqueles que se dedicam às hortaliças, mais ligados à feira.

Algumas dessas famílias estão ligadas à Cresol de Jaguaruna, que possui um posto em Paulo Lopes. Tal realidade tem facilitado o acesso ao crédito, diferentemente do grupo de Garopaba, que enfrenta sérios problemas com o Banco do Brasil no hora de acessar o crédito.

Em Garopaba existem 12 famílias ligadas à agroecologia, comercializam no Mercado do Produtor, na feira de sábado e também participam do PAA; algumas entregam em restaurantes, mercados e pousadas. Afim de responder a uma demanda dos agricultores, existe uma intenção da Cresol de Jaguaruna em montar um posto na cidade, pois a relação da Cresol é direta com o Banco do Brasil de Florianópolis, não passando pela agência local, que é onde estão ocorrendo diversos problemas.

Foi verificado durante a pesquisa que uma das principais dificuldades que o grupo de Garopaba enfrenta está ligada com o acesso ao crédito, principalmente em relação ao atendimento. A situação chegou ao ponto do banco perder a apólice do seguro de um dos agricultores e demorar 2 anos para reembolsar por algo que deveria ser ressarcido o mais rápido possível, pois se tratava de grandes perdas ocasionadas pelas chuvas intensas que vêm ocorrendo na região nos meses de outubro e novembro.

“O que acontece muitas vezes é liberar o crédito “pra comprar presente de natal”, pois o agricultor precisa acessar o crédito em agosto e só é liberado em dezembro, e

ai não tem o que plantar nessa época. **Os recursos têm que estar disponíveis nas melhores épocas de plantio**, pois o resultado daquele recurso vai ser muito maior, do que se ele aplicar tal recurso numa época ruim, numa época de menos produtividade, onde irá ter uma produção de 30% ou 40% menor pois não era a melhor época.” (Agricultor de Garopaba)

“Outra coisa também que deveria acontecer é a prioridade ao agricultor orgânico que sofre de uma interpérie na sua lavoura, mas o que ocorre é o inverso, ou seja, este não tem prioridade. Prova disso é agricultor que não conseguiu receber o seguro há mais de 2 anos, já teve três perdas e ainda não recebeu nem o primeiro, e ele pagou pelo seguro.” (Agricultor de Laguna)

Outro problema que este grupo enfrenta, também relacionado com o Seguro Agrícola, é o fato tanto da Epagri quanto o BB forçarem o agricultor a declarar na apólice do seguro que está plantando apenas uma cultura, com a justificativa de ser menos burocrático; no entanto, trata-se de uma produção diversificada, o que acaba gerando uma situação de constrangimento aos agricultores que, no momento em que ocorrem as perdas nas lavouras devido as interpéries e precisam acionar a seguradora, são chamados de mentirosos e acabam tendo dificuldades para receber por algo que já havia sido pago.

Existe ainda o fato do banco aproveitar a presença do agricultor e do pescador na agência para vincular produtos do banco ao crédito do Pronaf, que é dinheiro público, conforme relato de um dos entrevistados:

"os agricultores são tratados no banco como se tivesse mendigando um favor, deixando o agricultor uma tarde inteira na fila, e mais uma tarde, e mais outra tarde. E ninguém explica nada, e os agricultores não sabem, aí orienta o agricultor fazer o custeio só de uma cultura, pois não pode fazer o custeio de uma produção diversificada, aí o agricultor é forçado a dizer que ele só planta alface, mas na hora de receber o seguro o agricultor mentiu, e a seguradora vai lá e o agricultor é um mentiroso, pois ele informou no custeio que ele só plantava alface, mas ele planta beterraba, cenoura, etc. E não é aquilo que ele informou no banco, e o banco diz que tem que ser assim pra ser mais fácil de liberar o dinheiro, porque senão é muito burocrático e difícil de fazer.” (Agricultor de Laguna)

Entretanto essas dificuldades relatadas pelos agricultores locais não encontram eco nas palavras do extensionista local, que aponta para a documentação exigida para acessar o Pronaf como a principal dificuldade em relação ao banco. Pois conforme o extensionista local, mesmo não havendo uma carteira agrícola no BB local, os serviços para a agricultura estão sempre disponíveis, principalmente pelo esforço do gerente do banco. Ou seja, existem aqui dois discursos sobre os serviços prestados pelo BB local. Mas de fato pode-se concluir que todo o sistema na região não busca dar prioridade à agricultura, principalmente por considerar tal atividade uma barreira para o avanço do turismo.

É sabido que, para a agricultura convencional acessar o crédito, basta retirar uma nota fiscal na agropecuária, dar entrada no banco e o recurso sai com facilidade. Por isso, diante das incontáveis dificuldades que alguns agricultores orgânicos vêm enfrentando para acessar o crédito sugere uma inércia intencional do sistema, de modo que desestimula a transição agroecológica e busca inviabilizar uma agricultura independente de insumos agrícolas ligados à indústria química.

“O agricultor é considerado uma ameaça, pois o sistema não quer que o agricultor tenha autonomia de adubo, do mesmo modo não quer que o agricultor venda direto ao consumidor. Portanto sabemos quais são os motivos das dificuldades.”
(Agricultor de Laguna)

A própria falta de uma carteira agrícola no banco aponta para uma falta de prioridade dada à agricultura familiar, a ponto de um dos entrevistados relatar ter escutado inúmeras vezes frases do tipo “Agricultor em Garopaba? Esse está surfando...”. Essa falta de prioridade tem imposto inúmeros obstáculos ao desenvolvimento da atividade, sabendo-se ainda que Garopaba nem mesmo faz parte do mapa agrícola do país.

“...não é difícil de saber quem deveria ter prioridade, quem é sério, quem vem fazendo de tudo para se manter na atividade, fazendo uma agricultura diferenciada que deveria ser o exemplo, agora tal projeto precisa estar bem, para ele estar bem ele precisa de prioridade no sistema, afinal ele vem também prestando um serviço ambiental...Pegando o caso do Mariomar, em 1 hectare de terra trabalha ele, sua mulher e mais 6 funcionários, se ele tivesse recebido o seguro na primeira intempérie que deu na lavoura ele estaria bem, mas aí veio a segunda intempérie e ele pagou, se tivesse recebido já na primeira vez estaria com as proteções numa parte e não teria perdido como perdeu nos momentos seguintes...Como pode uma pessoa ficar quase três anos pra receber um seguro que levou a lavoura dele, que ele pagou pelo seguro. Então essas coisas vão desmotivando. Do ponto de vista de oportunidades e potencialidades de comercialização a região é uma das melhores, um dos melhores lugares, agora é a melhor época, agora vai na propriedade dele pra ver se eles estão preparados para atender essa demanda, não estão pois levaram uma rasteira lá trás e não foi coberta. Então vem a hora de ganhar dinheiro mas aí não tem perna pra ter produto, aí consegue ter produto e vem a baixa, isso se torna um ciclo...No entanto para incentivar a agroecologia as pessoas precisam ver que quem faz agroecologia é beneficiado, mas o que acontece é que quem faz agroecologia está sempre em dificuldades, não consegue produzir, não consegue receber o seguro, não consegue, não consegue, não consegue. Para que então fazer agricultura orgânica? Então o que a mídia está dizendo, o que se dizem nos eventos não é verdade, não existe.”
(Agricultor de Laguna)

A Epagri de Garopaba acessou um recurso do *Pronaf Infraestrutura* em torno de três milhões de reais que foram utilizados na construção de um engenho de farinha comunitário, em um terreno cedido por uma família de agricultores ligados ao grupo de agroecologia; de uma

agroindústria de doces e geléias e um engenho de beneficiamento da cana-de-açúcar junto ao projeto Quilombola situado no Siriú/Macacu; e do *Mercado do Produtor*.

Entretanto é importante salientar que o *Mercado do Produtor* vem sendo gerido pelos agricultores, porque já existia uma organização por parte destes como também já existia produção, além de sempre ter existido uma proposta clara dentro do grupo. Pois se dependesse da vontade política local, conforme um dos entrevistados, tal espaço já teria se transformado em um depósito.

Conforme está na justificativa prática dos objetivos apontados no início deste trabalho, o município de Imbituba foi selecionado por estar dentro deste território em construção, por fazer parte de uma região laboratório que vem sendo pesquisado há anos com intuito de viabilizar estratégias de desenvolvimento territorial sustentável.

Apesar de não haver um grupo de agroecologia no município de Imbituba, uma família vem buscando fazer experiências de agroecologia em sua propriedade. As principais dificuldades estão ao redor da comercialização, assim como também há pouco tempo a área de sua propriedade, pelo plano diretor, se encontra no perímetro urbano, o que impossibilita ampliar sua estrutura enquanto produtor rural. Conforme declarou em entrevista, existem entre 6 e 7 famílias com potencial para realizar a transição agroecológica se houvesse incentivo. Foram apontados como principais entraves para o desenvolvimento da agricultura familiar orgânica, o descaso e a política partidária que envolvem o poder público local.

Também é importante destacar a experiência de organização dos agricultores da ACORDI que vem se dando como fruto do conflito agrário que tem sua origem na década de 1970. Tendo também um grande potencial para a transição agroecológica pois a maioria dos agricultores envolvidos praticamente não usam adubos sintéticos; e pelo histórico há um forte potencial para criação de uma cooperativa ao redor do engenho de farinha que atualmente está em construção.

Conforme já explicitado em outro momento, o município de Laguna compõe esta unidade de análise por ser sede de um empreendimento inovador na área da agricultura familiar orgânica. Desse modo foram entrevistadas algumas famílias agricultoras envolvidas no projeto de trabalho coletivo composto pelas pessoas que compõem o grupo de Garopaba. Também foi

entrevistada uma família que há anos vem acompanhando o desenvolvimento da rede agroecológica nesta região.

Esta última família mencionada, além de estar articulada com os agricultores da região (Tubarão, Jaguaruna, Garopaba e Paulo Lopes), interage com a Cáritas²⁷ e a certificadora Mokiti Okada. Sua geração de renda está vinculada com a comercialização de hortaliças nos mercados (convencionais) de Tubarão e Laguna, e pretendem, em breve, iniciar trabalho com fruticultura, em terreno adquirido recentemente. Estão também vinculados com a produção de ervas medicinais que, apesar de não trazerem retorno financeiro atualmente, permanecem na atividade devido à importância que lhes é conferida.

Frente à especulação imobiliária que vem ocorrendo na região de Garopaba, um grupo de 7 famílias comprou com dinheiro a fundo perdido (Crédito Fundiário) uma propriedade com aproximadamente 40 hectares na comunidade Barranca do Ciqueira, distrito de Pescaria Brava, em Laguna. Praticamente toda a produção desta propriedade é levada para ser vendida em Garopaba e uma parte é entregue ao Hospital através do PAA.

Todo o caminho percorrido para a realização do projeto foi marcado por inúmeros obstáculos burocráticos e pela falta de interesse dos responsáveis para auxiliar a sua viabilização, principalmente pelo seu caráter inovador, enquanto proposta de um empreendimento de trabalho coletivo. A Epagri, que recebeu para fazer assistência técnica, nunca chegou a estar na propriedade, crítica que se repetiu em diversos momentos da pesquisa entre distintos entrevistados, pois apesar de ser a responsável e receber recursos para fazer assistência técnica e extensão rural (ATER) muitas vezes não realiza aquilo que deveria.

“Prova disso foi o projeto em Laguna, onde se tinha o projeto e constava no contrato R\$1.500,00 por família, eram 8 famílias, de assistência técnica, e o técnico responsável nunca colocou os pés dentro da propriedade, em quase quatro anos de existência, e sendo pago para dar assistência técnica.”(Agricultor Laguna)

“As entidades que recebem para dar apoio e viabilizar a agricultura familiar, não fazem seu serviço com competência, não gastam os recursos disponibilizados com eficiência. Como foi o caso do Microbacias: não perguntaram o que o agricultor

27 A Cáritas é uma instituição da Igreja Católica, de âmbito internacional, visando à promoção da sua ação social, A Cáritas Brasileira é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, ligada ao setor Pastoral Social.

queria, foram lá compraram máquina de costura, mas e aí? E não adianta chamar os agricultores no início e depois não chamar.” (Agricultor de Garopaba)

Outra dificuldade que um projeto dessa natureza acabou enfrentando está relacionado com a questão dos conflitos de grupo e com a necessidade de mediar esses conflitos. Assim, somadas as muitas de dificuldades que enfrentaram na implementação do projeto que acabou desgastando fortemente o grupo, o projeto atualmente corre sérios riscos de se desfazer.

Mesmo diante esse diagnóstico em relação ao projeto de Laguna, algumas sementes boas foram plantadas para o desenvolvimento da agroecologia na comunidade Barranca do Ciqueira, que até o momento não havia escutado falar sobre agricultura orgânica.

“ hoje a comunidade tem outros olhos e outra maneira de lidar com a terra, muitos abandonaram o uso de adubos químicos e o uso de agrotóxicos no plantio da mandioca, gerou portanto uma mudança na comunidade. Certamente se fortalecer o trabalho naquela comunidade, que é de agricultores que vivem da farinha da mandioca e que estão com as terras esgotadas e querendo uma nova forma de produzir, e precisam de orientação. Mas estão começando por conta própria, deixando de usar adubo químico e o veneno, estão fazendo plantação de adubação verde, estão querendo desenvolver outras práticas além da cultura da mandioca que é o principal para ter outras alternativas de renda. Então tem muita oportunidade, tem muita gente boa, os agricultores querem fazer...” (Agricultor de Laguna)

Sobre aspectos da existência de elementos que a literatura tem denominado de economia da dádiva, parece existir uma série de dificuldades para a construção de uma cultura de ajuda mútua, enquanto troca de serviços, mutirões ou dias de trabalho em outras propriedades. Entretanto, as necessidades do mercado têm permitido a existência de uma outra prática de ajuda mútua, que é a troca solidária de produtos agrícolas entre agricultores para atender às demandas de consumo. Apontando então para a existência de uma rede de ajuda mútua ao redor da demanda de comercialização e consumo (SANTIN, 2005).

A agroecologia, enquanto ação social coletiva, foi introduzida na região há pouco mais de 10 anos, construída na interação entre agricultores e apoiada por estudantes e professores universitários, mais tarde fazendo parte da Rede Ecovida. Observa-se a existência da identificação e reconhecimento de indivíduos pioneiros e que dominam melhor as variantes da atividade – sistema técnico, organização profissional e circuitos de comercialização.

É necessário compreender que adotar as práticas alternativas requer não reconhecer o atual estado de coisas, implica em contrapor-se ao sistema. Isso pode ser visto na excentricidade que os vizinhos desses agricultores os caracterizam. Tal situação acaba por favorecer uma

identidade comum entre esses agricultores, e afirmam que apesar dos primeiros conhecimentos que foram recebidos pelos pais ou parentes próximos, foi através do fluxo de conhecimento que circula entre os agricultores que a transição agroecológica ocorre. Ou seja,

“os agricultores, por meio de intercâmbios e vivências planejadas, entre outros aspectos, vão ampliando seu universo de normas e convívio social. Isto lhes permite incorporar novos elementos de análise e transcender a simples interpretação dos recursos disponíveis, das relações ecossistêmicas e das suas necessidades reais...” (SANTIN, 2005, p. 115)

Assim a expansão e fortalecimento da agroecologia requer “a necessidade de identificar e entender a especificidade das lógicas dos atores sociais, a dinâmica dos grupos e a estrutura das redes de relações sociotécnicas.” (SANTIN, 2005, p. 116). Ignorar a maneira como ocorrem as relações nos espaços onde esses agricultores estão inseridos seria um erro estratégico para a expansão da agroecologia na região.

Em Garopaba praticamente quase todos são exclusivamente agricultores, apesar de terem saído da agricultura por algum momento de suas vidas, posteriormente voltaram. Já em Paulo Lopes existem agricultores que retornaram para agricultura após terem se aposentado em profissões urbanas. Nos dois municípios boa parte dos agricultores já desenvolveram atividades ligadas ao comércio e a indústria, o que lhes permite atuarem simultaneamente em múltiplas redes.

No entanto, essas experiências agroecológicas, mesmo buscando romper com o isolamento da agroecologia, não conseguem quebrar essa barreira. O despertar para a agroecologia implica que os agricultores realizem uma análise crítica da realidade social, principalmente do tipo de desenvolvimento rural adotado pelo país, ao mesmo tempo que necessita de projetos comprometidos com o desenvolvimento da agroecologia. Os agricultores desta região sentem na pele as consequências da urbanização decorrente da expansão do turismo de massa. E é muito comum, ainda mais hoje, frente às dificuldades que os agricultores vêm tendo para se manter no campo, onde muitos vendem suas propriedades, trocam de profissão e vão para a cidade. O sistema como um todo não consegue entender

“que mais do que estar produzindo comida está produzindo saúde, está cuidando, está preservando, devolvendo ao ecossistema a água que utilizou limpa, está retornando ao ciclo da terra ao fazer a compostagem. E isso não tem uma real valorização, tem no discurso, onde tudo é muito bonito, um palavriado bonito de sustentabilidade, mas aonde está a prática de manter o agricultor que é referência? Com incentivo para que outros se animem a praticar o mesmo modelo de agricultura,

pois aí tendo mais oferta tem o preço mais acessível e mais diversidade, onde os dois lado ganham.” (Agricultor de Laguna)

Existe hoje uma iniciativa da secretaria da agricultura de Garopaba apoiado pela Fundação Gaia Village de ampliar o número de agricultores orgânicos através de um projeto junto ao DRS do BB. Há também a demanda pela reforma do engenho de farinha comunitário que foi orçado em R\$ 230.000,00, mas que espera parceria entre o Projeto Microbacias e a prefeitura para sua realização, ou ainda um projeto extra-território ao MDA, conforme sugestão do Cepagro.

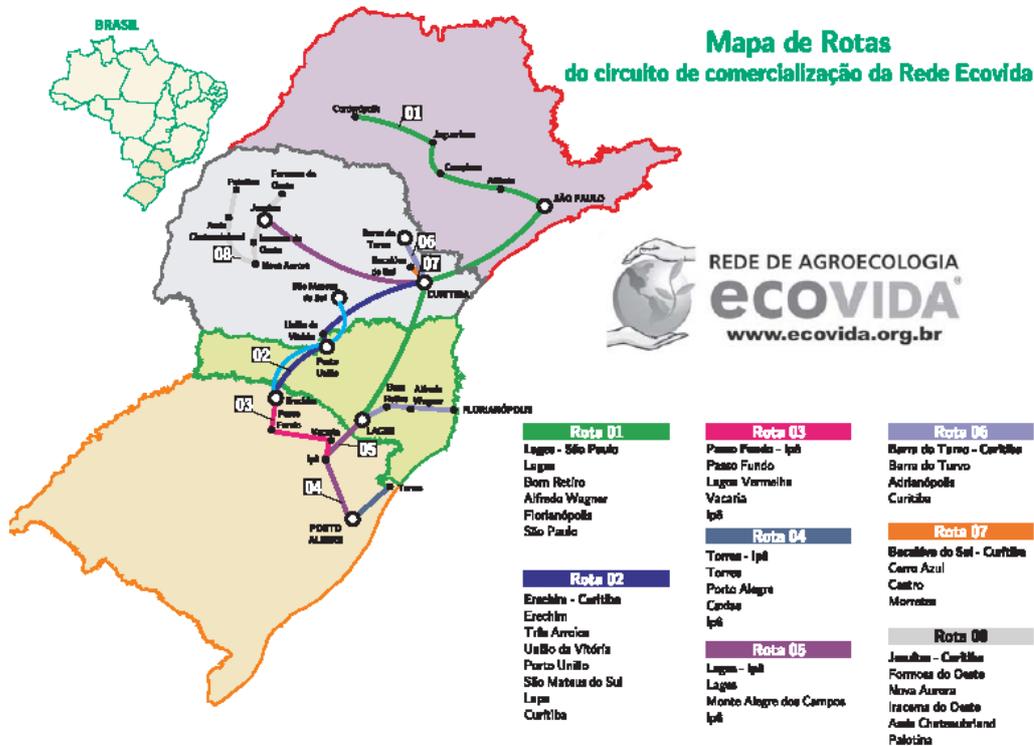
Circuito de Comercialização da Rede Ecovida de Agroecologia

Diante as diversas dificuldades enfrentadas na comercialização, surgiu em meados de 2006 através da articulação de várias cooperativas, associações e Ong's vinculadas à Rede Ecovida, o Circuito Sul de Comercialização da Rede Ecovida de Agroecologia. Para participar do Circuito é necessário ter o selo da Rede Ecovida e não apenas vender através do circuito, mas também comprar.

Dessa maneira, diminuem os custos com fretes, visto que os caminhões trafegam quase sempre sobre carregados. Além disto, o volume de trocas de produtos por produtos com produtos atenua as coações impostas pela dinâmica do mercado. (ver figura 01)

É importante destacar o papel que o Circuito vem desempenhando dentro da Rede Ecovida. Funciona como coletora/distribuidora solidária de produtos agroecológicos nos estados de Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. Seu principal objetivo é fomentar uma comercialização pautada na economia solidária.

Figura 02 Mapa de Rotas do circuito de comercialização da Rede Ecovida



Fonte: MAGNANTI, 2008, p. 28.

Desde sua fundação esses intercâmbios já movimentaram cerca de 831 toneladas de 74 tipos de alimentos, o equivalente a R\$1,5 milhões. Os desafios dessa experiência está principalmente na “capacidade de obtenção e manutenção de resultados econômicos efetivos sem que isso abra mão dos princípios da economia solidária e Agroecologia que regem a Rede Ecovida.” (MANGNANTI, 2008, p. 29). Ao mesmo tempo que trata-se de ampliar e consolidar políticas públicas voltadas para agricultura familiar como também estimular o consumo de produtos ecológicos entre as famílias integrantes da Rede Ecovida.

Pode-se perceber a importância da existência do Circuito em relação ao abastecimento das feiras locais, com aumento da variedade ofertada e assim a fidelização dos consumidores. E principalmente na manutenção dos pontos de feira a exemplo do ocorrido em 2008 com as grandes perdas das lavouras decorrentes das chuvas intensas de outubro.

“Um exemplo foi quando houve a chuva de primavera do ano passado (2008), que gerou grandes perdas (hortaliças e toda mandioca plantada na parte baixa da região

teve grandes perdas), então foi através da existência do Circuito de Comercialização da Rede Ecovida que possibilitou que as famílias tivessem renda através da revenda de produtos de outros grupos (Serra, Alto Vale do Itajaí, Serra Gaúcha). Isso realmente ajudou a manter os pontos de feira.” (membro do Cepagro)

Atualmente o Circuito envolve diversas organizações entre cooperativas, associações e Ong's de apoio à agricultura familiar. Essas entidades estão distribuídas na área de abrangência da Rede Ecovida, conforme tabela abaixo.

QUADRO 08 – Organizações que atualmente integram o Circuito

São Paulo	Associação Cooperafloresta (Barra do Turvo)
Paraná	Associação de Agricultura Orgânica do Paraná - Aopa (Curitiba), Associação dos Produtores Orgânicos do Médio Oeste do Paraná (Apomop), Cooperativa das Família Agroecológicas - Cofaeco (São Materus do Sul), Associação dos Produtores Ecológicos de Palmeira - Apep
Santa Catarina	Centro Vianeí de Educação Popular (Lages), Centro de Estudos e Promoção de Agricultura de Grupo - Cepagro (Florianópolis), Cooperativa Ecossera (Lages), Cooperativa de Organização, Produção e Comercialização Solidária do Planalto Norte de Santa Catarina (Comsol), AS-PTA (Porto União)
Rio Grande do Sul	Centro Ecológico Serra (Ipê), Centro de Comercialização de Ipê, Associação Ecoterra (Três Arroios), Centro de Alternativas Populares - Cetap (Passo Fundo)

Fonte: MAGNANTI, 2008, p. 27.

Existem também os desafios na dimensão organizativa que diz respeito à sinalização dos produtos viabilizados pela existência do Circuito, diminuir as perdas que decorrem de embalagens pouco adequadas e da falta de padronização dos produtos. Também existe a idéia de constituir uma cooperativa central para diminuir a tributação e facilitar a emissão de notas fiscais dos produtos comercializados através do Circuito. E por ultimo, ainda existe a consolidação do biocombustível (óleo reutilizado) enquanto matriz energética do transporte de alimentos.

No momento em que foi feita esta pesquisa, a rota do Circuito que envolve o litoral catarinense estava com pouca movimentação. Devido ao clima, estava baixa a produção,

entretanto nas outras rotas vem ocorrendo uma intensa troca de produtos. Mas conforme entrevistado da Cepagro nos próximos anos deve haver uma consolidação dessa rota, principalmente por já existir um histórico de estruturação e um projeto para contratar pessoal e financiar infraestrutura.

Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Outro elemento que tem dinamizado a agricultura familiar é a existência do PAA, criado em 2008 e parte das ações do programa Fome Zero do Governo Federal. Este programa não apenas está voltado para a distribuição de alimentos mas é um conjunto de 31 ações e programas complementares que envolvem diversos ministérios, sua coordenação cabe ao MDA e MDS; sua operacionalização cabe à CONAB. O programa Fome Zero possui quatro eixos: 1) ampliação do acesso aos alimentos; 2) fortalecimento da agricultura familiar; 3) promoção de processos de geração de renda e; 4) articulação, mobilização e controle social.

O PAA foi instituído através do artigo 19 da lei nº 10.696, de 02/07/2003 com intuito de incentivar a produção agropecuária na compra dos alimentos da agricultura familiar, promovendo assim geração de renda e trabalho no campo. Tais alimentos são doados às instituições governamentais e não governamentais que atendem populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, como é o caso de hospitais, asilos, escolas, creches, universidades, restaurantes populares, entidades assistenciais, etc.

É interessante notar que a participação desses grupos neste programa federal deve-se ao trabalho de Ong's de apoio à agricultura familiar, e não dos órgãos oficiais de assistência rural como era de se esperar. E dadas as limitações estruturais destas Ong's, seus trabalhos têm diversas limitações. Sendo que

“se os agricultores estivessem melhores preparados poderiam estar oferecendo mais coisas (alimentos), apesar de haver cotas por família, planejando em grupo outras famílias poderiam estar comercializando. E então o recurso começa a chegar nas mãos das famílias que precisam. Então é uma dificuldade que não consegue enxergar aonde está, a não ser pura má vontade de resolver, e não é possível saber a quem gritar por socorro.” (Agricultor de Laguna)

O PAA, cuja ação é complementar ao Pronaf, está voltado aos agricultores familiares, aos extrativistas e silvicultores, aos assentados da reforma agrária, aos indígenas, aos quilombolas e aos pescadores artesanais que, através de suas associações e cooperativas, são cadastrados

como beneficiários do programa. Busca contribuir para a formação de estoques estratégicos e permitir aos agricultores familiares armazenarem seus produtos para que sejam comercializados a preços melhores.

“O programa vem pra bancar o custo de produção. Com as catástrofes da chuva a Conab ao invés de pedir a quitação financeira, comprou praticamente 10 toneladas a 2,50 o kg, o que permitiu um retorno razoável diante da situação de queda do valor. Pois era esperado que com as grandes perdas das lavouras de mandioca aumentasse seu valor, no entanto aconteceu que duas agroindústrias de Jaguaruna pararam de funcionar este ano por não haver oferta, ou seja como pararam de comprar ocasionou uma queda no valor da mandioca, mesmo havendo pouca produção.” (membro do Cepagro)

No caso dos grupos estudados o PAA têm possibilitado dinamizar a produção e dado segurança na comercialização; além de ter gerado recurso para se preparar para o verão possibilitou o pagamento das dívidas. Ou seja, o PAA é uma ação governamental que tem fortalecido e recriado as condições de soberania alimentar no país (NARANJO *et al.*, 2008)

Existem cinco modalidades do PAA - a Formação de Estoques pela Agricultura Familiar e a Compra Direta da Agricultura Familiar sob coordenação do MDA. Já as modalidades Compra com Doação Simultânea e Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite são coordenados pelo MDS. E a modalidade Alimentação Escolar cabe ao FNDE ligado ao MEC. Estando baseada no controle social seu modelo de gestão tem propiciado o fortalecimento e integração das organizações e instituições regionais (PANDOLFO, 2008).

Uma de suas limitações é referente ao baixo valor das cotas por família. Até o presente momento o limite máximo de aquisição por família agricultora é de R\$ 3.500,00 anuais para o PAA doação, sendo que a mesma família pode ter acesso a mais R\$ 3.500,00 através da modalidade formação de estoques, outra modalidade do programa. Mas tal limite conforme relatou extensionista local de Garopaba deverá em breve estar aumentando para um valor próximo a R\$ 8.000,00 por família.

Outro fator que estará dinamizando a agricultura familiar em nível nacional é a nova lei sobre Alimentação Escolar que obriga as entidades que recebem recursos do FNDE a comprarem no mínimo 30% da agricultura familiar. Para o ano de 2010 serão destinados 3 bilhões de reais para compra de alimentos, sendo que 30%, ou seja 900 milhões serão adquiridos da agricultura familiar. Tal aquisição dispensa processo licitatório desde que os preços estejam compatíveis com os valores praticados no mercado local. Conforme um dos entrevistados é o

“maior Programa de Alimentação Escolar do mundo, mais do que a FAO tem pra alimentação no mundo. Onde o FNDE requer que os recursos com alimentação escolar sejam pelo menos 30% de origem da agricultura familiar, preferencialmente orgânica. E a experiência do PAA consolidou em torno de 80 iniciativas de cooperativas no Estado de Santa Catarina. O que permitiu a existência de competência para estar realizando a alimentação escolar.” (membro do Cepagro)

Por causa dessa demanda em Garopaba está sendo adquirido um forno para o engenho de farinha comunitário com intuito de produzir beiju colorido naturalmente com nutrientes de frutas para entregar nas escolas, conforme informou o extensionista local. No entanto seria contraditório se não fosse de praxe ao tipo de atuação da máquina governamental na falta de um projeto claro de desenvolvimento da agricultura familiar encontrar o seguinte relato:

“Como é o caso da merenda escolar, chegaram agora e avisaram que terá 30% da merenda orgânica, mas se “esqueceram” de pensar que não dá apenas pra entregar alface na merenda, tem que ter pão, biscoito, mas isso deveria ter sentado há 5 meses atrás junto com a famílias produtoras e planejado como poderia ser feito. Agora pela falta de uma lei municipal de inspeção não poderá ser vendido leite, doces, biscoito também não, só poderá ser vendido alface. Entretanto a licitação passada vai até maio, sendo que já era para começar no início do ano com a merenda, mas haverá uma sobrinha nos mercado e até meio do ano ficará com eles. Isso reflete muito a forma como as coisas vem acontecendo, primeiro cai a bomba e depois corre atrás do prejuízo, e é necessário que seja planejado. Ou seja, a merenda vai precisar de pão, biscoito, suco, então é necessário que prepare as famílias para estar produzindo esses produtos. Pois já é feito com uma brecha para comprar de outro setor caso a agricultura familiar não ofereça, pois largaram um bomba na mão dos agricultores, não preparam estes para oferecer esses produtos para a merenda e num prazo de dois anos vão dar baixa na lei acusando que a agricultura familiar não é capaz de oferecer tais produtos. Pois se trata de um política suja, existe uma intencionalidade em não dar certo. Mas existe pessoas que recebem pra informar os agricultores sobre as políticas públicas, e essas pessoas ainda serão cobradas pelo serviço não feito. Pois quem veio informar e está trabalhando junto é o pessoal das Ong's (Cepagro), e se não fosse esta não existiria nada aqui na região, o Mercado do Produtor teria certamente virado depósito da prefeitura se dependesse da Epagri.” (Agricultor de Garopaba)

Uma das principais contribuições do PAA para a região é possibilitar estabilidade na produção, exatamente devido à característica de existir uma alta demanda no verão e no inverno se reduzir para a população local.

Síntese conclusiva do capítulo

A revisão bibliográfica só tem sentido quando seu objetivo é voltar-se para a realidade. Ao buscar reconstruir a trajetória de desenvolvimento deste território, encontrou-se diferentes dinâmicas territoriais em curso, algumas já consolidadas e outras em emergência.

Nota-se uma tendência de avanço do setor industrial, no crescimento de pólos industriais ligados à atividade portuária, e do setor turístico com complexos turísticos em um sistema precário de saneamento e sob ocupação de áreas de uso comum e de dunas. A rizicultura e a fumicultura ainda são predominantes em diversas partes deste território, e representam uma das faces da crise pela qual o “modelo catarinense de desenvolvimento” vem passando, onde metade da população catarinense está abaixo da linha da pobreza.

Nesta região os principais conflitos socioambientais decorrem dos impactos das atividades turísticas. A agricultura familiar ainda sofre com o avassalador êxodo dos jovens do meio rural que, somado a outros fatores peculiares à região, vem inviabilizando a atividade. Mesmo diante este contexto, existe um caminho aberto ainda por trilhar. Reforçado por algumas experiências em curso sob um novo olhar de desenvolvimento, onde sua construção depende do envolvimento da comunidade nos rumos do desenvolvimento local.

Contrapõe-se ao cenário crítico uma dinâmica de desenvolvimento impulsionada pelo projeto de DTS, que alimenta o trabalho das redes agroecológicas e fortalece as interações entre os atores do território. Trata-se de uma região favorável ao desenvolvimento de estratégias sensíveis ao ecodesenvolvimento, seja pelo pouco histórico da agricultura intensiva, seja pela existência de espaços de aprendizagem coletiva e gestão do desenvolvimento (Agenda 21 e Conapa), ou então de iniciativas produtivas importantes como é o caso da Cooperlagos e Cooperlagunar. Mas ainda enfrenta a realidade do descaso institucional dado a agricultura, verificado na falta de uma carteira agrícola no banco, e a falta de prioridade em relação a agricultura orgânica. Apesar da Epagri ter distintos projetos antenados ao novo desenvolvimento rural, ainda carrega as características que a construíram, fortemente ligado ao poder político-partidário e ao horizonte produtivista.

A rizicultura, a fumicultura e a pecuária de corte vem desenvolvendo-se nessa região como saída econômica. Em Paulo Lopes a agroecologia tem pouco ressonância no âmbito

institucional, já em Garopaba a existência do Mercado do Produtor e da Feira Livre denota a existência de um esforço institucional e de um grupo de agricultores organizados. Tanto Imbituba, quanto Laguna possuem potencialidades para o desenvolvimento da agroecologia mas ainda vivem à espera da conjuntura propícia. Apesar de estarem estrategicamente localizadas do ponto de vista geográfico, carecem de prioridade institucional. A agroecologia nesta região está desenvolvendo-se devido a existência do Circuito da Rede Ecovida, do PAA, da Alimentação escolar e das feiras locais.

CAPITULO 3 – Sistema Alimentar Territorializado no Litoral Centro-Sul

Em relação a dimensão empírica do desenvolvimento, a dimensão analítica procura combinar o estudo das limitações com o *sistema de ação* coletiva em funcionamento na área. Pois as ações coletivas são desenvolvidas em contextos específicos e os atores são portadores de múltiplas racionalidades. As interdependências entre atores e sistemas de ação apontam para a necessidade de se buscar uma compreensão mais rigorosa da dinâmica desses sistemas.

Estudos anteriores (ADRIANO, 2006) já apontavam para a necessidade de se aprofundar a discussão em torno da construção de circuitos curtos de comercialização voltados para o mercado local. Pois a construção de *outro modelo de agricultura* requer também recriar o espaço da comercialização e da relação entre produtor e consumidor. A identificação da existência de *sistema locais de conhecimento agroecológicos* no território litoral centro-sul, que implica a existência de diversos vínculos entre os atores envolvidos, vêm sendo um ponto de referência para a construção de uma dinâmica de desenvolvimento territorial sustentável.

O enfoque sistêmico dos circuitos curtos de comercialização permite identificar as interações, as complementaridades e os conflitos existentes em cada modalidade utilizada (DENECHERE F., DURAND G., MARECHAL, 2008). Na região estudada, as modalidades de circuito curto entendidas como dispositivos de distribuição que representam a interface entre produtores e consumidores são as seguintes: (i) feiras locais; (ii) mercado do produtor; e (iii) mercado institucional.

Como já explicitado anteriormente, no município de Paulo Lopes não existe uma rede de comercialização; os agricultores envolvidos com a agroecologia fazem feira em Florianópolis. No total são três feiras localizadas nos bairros Lagoa da Conceição, Campeche e Armação. Foi possível constatar, por parte de um dos agricultores, a defesa da produção de alimentos orgânicos com valor agregado salientando suas vantagens em relação ao estilo de produção convencional. Tal visão é um limitante para a realização de feiras no próprio município, pois não se trata de professores universitários e funcionários públicos que podem pagar por essa agregação de valor. Assim, a população local encontra-se distante da possibilidade de alimentar-se com qualidade.

É interessante observar que, neste caso, mesmo com a existência dos circuitos curtos de comercialização não ocorre paralelamente a formação de um SALT. Pois as comunidades próximas geograficamente estão envolvidas nos sistemas agroalimentares convencionais. Tal consideração é uma importante reflexão no debate sobre SALT's e circuitos curtos de comercialização.

O caso do município de Garopaba é exemplar na criação de um SALT. Além de possuir uma feira no município e o Mercado do Produtor, existe uma experiência organizativa considerável entre os agricultores restando apenas aproximação organizativa entre consumidores e produtores. É bom lembrar que foi a combinação entre esforço institucional e organização dos agricultores que os circuitos curtos ganharam força.

É importante lembrar que os agricultores orgânicos, tanto em Paulo Lopes quanto em Garopaba, fazem parte do Núcleo Litoral Catarinense, e isso tem fortalecido consideravelmente suas atividades. Pois se estivessem apenas recebendo assistência técnica da Epagri certamente a realidade seria outra.

Já os municípios de Imbituba e Laguna não possuem uma feira local e seus produtores têm como canal de comercialização o mercado institucional e o mercado convencional (supermercados e restaurantes). Ressalta-se que no projeto coletivo desenvolvido em Laguna, uma parte da produção é levada para abastecer a feira e o Mercado do Produtor de Garopaba. Neste caso, os agricultores são nativos desta cidade, e uma parte da produção é comercializado para o mercado institucional.

O desenvolvimento de um SALT pressupõe a existência de proximidade geográfica e proximidade organizativa entre produtores e consumidores. Desse ponto de vista é ainda totalmente incipiente a organização dos consumidores, pois eles estão acostumados com os circuitos longos que os relega à simples condição de beneficiários de um serviço específico. Este trabalho de organização dos consumidores vem sendo desenvolvido pela Rede Ecovida de Agroecologia e já conta com algumas experiências bem sucedidas.

Apesar do Circuito da Rede Ecovida não representar aquilo que normalmente se conhece por circuito curto, ele representa a viabilidade na construção de um SALT na região. As principais dificuldades dos consumidores é encontrar com diversidade e regularidade os alimentos

orgânicos. Do ponto de vista da produção, é impossível produzir tudo dentro de uma unidade produtiva, principalmente porque muitos alimentos têm maior produtividade em outros climas e regiões. É claro que aqui emerge o debate sobre os hábitos alimentares acostumados à disponibilidade, durante todo o ano, de frutas e legumes. E sob a ótica do consumo sustentável/territorial é mister alimentar-se dos alimentos que determinada região tem a oferecer em determinada época do ano. Contudo, a experiência do Circuito da Rede Ecovida torna possível a existência de uma diversidade maior nos pontos de comercialização.

Os próprios agricultores sentem a necessidade de aprimorar um sistema de distribuição e logística capaz de abrir caminhos para a existência de uma série de produtos nos pontos de comercialização e, assim, viabilizar realmente um novo estilo de consumo.

A existência do mercado institucional, como já se frisou em outro momento, é um dado fundamental para a criação de um SALT, pois além de estar voltado para o abastecimento local representa uma segurança na comercialização ao produtor, assim como uma produção contínua. A existência deste mercado institucional através do PAA e Alimentação Escolar simboliza o redirecionamento de diversas políticas públicas do governo federal sintonizadas ao enfoque territorial. Principalmente aquelas voltadas a pesca artesanal e a agricultura familiar demonstram um quadro favorável para a consolidação de estratégias de DTS. Do mesmo modo, a aproximação dos sistemas de gestão dos recursos naturais com os de valorização do patrimônio cultural abre novas oportunidades de desenvolvimento para a região. Portanto está-se passando por uma nova fase capaz de gerar grandes avanços na consolidação do proposta de DTS no país.

Em Santa Catarina essa nova fase pode ser vista no processo de descentralização que o sistema de gestão e planejamento vem passando nos últimos cinco anos, como é o caso do surgimento das Secretarias de Desenvolvimento Regional. Enquanto “agentes oficiais de desenvolvimento” as SDR's tem o papel de

(i) efetivar a prospecção das necessidades sociais básicas, induzindo a participação dos vários agentes públicos e/ou privados, elaborando políticas públicas, regulando e fiscalizando o seu processo de implementação; (ii) apoiar as ações dos Conselhos de Desenvolvimento Regional (CDR); (iii) formular projetos específicos no âmbito de um sistema de planejamento integrado e regionalizado, ao lado dos CDR; (iii) atuar nos níveis intermediários de comunicação entre o estado e municípios no processo de descentralização. (VIEIRA; CERDAN, 2009, p. 51)

Percebe-se que a atuação dos atores no território enfrentam diversas dificuldades, principalmente em relação à falta de tradição e competência na efetivação da tomada de decisão descentralizada (CAZELLA *apud* VIEIRA; CERDAN, 2009).

1. Cenário Agroecológico do Território Litoral Centro-Sul de Sta Catarina

Estudos anteriores confirmaram a existência de um *sistema local de conhecimento agroecológico*, formado a partir de iniciativas endógenas. Sua potencialização e, conseqüente expansão, implica uma ação pedagógica transformadora, visando torná-los parte do esforço na construção de estratégias de desenvolvimento (FREIRE *apud* SANTIN, 2005).

“Existiu uma experiência bastante inovadora, e todo mês havia um encontro na casa de uma família envolvida no grupo, onde acontecia um almoço junto, discutia os problemas, trocava idéias, O Nucleo Litoral Catarinense chegou a ser um exemplo dentro da Rede Ecovida por conta da forma de se encontrar e reunir, e de atuar. E tudo isso está aí ainda, foi uma coisa construída, não está perdido, mas se vive um momento de desmotivação onde os entraves são absurdos e a falta de resposta quando a coisa tranca.” (Agricultor de Laguna)

Portanto, esta é uma região com grande potencialidade para uma *transição agroecológica*, principalmente pelo fato das propriedades não estarem ainda muito contaminadas e por não haver um histórico de uso de insumos químicos entre a população. Além disso, existe ainda bastante cobertura vegetal nas propriedades, o que facilita o processo de certificação.

A agroecologia tem significado “um processo de auto-organização comunitária na qual as próprias populações locais se tornam gradualmente co-responsáveis – em parcerias com os agentes governamentais e não-governamentais – pela concepção e pela condução de suas *trajetórias de desenvolvimento*.” (ADRIANO, 2006, p. 80). Neste sentido, os próprios agricultores têm produzido diversas críticas em relação ao sistema no qual estão envolvidos. Vale a pena destacar, por exemplo, aquela relacionada à concepção de agricultura familiar do Governo Federal, feita por um dos entrevistados que, nos últimos tempos, vem tendo enormes dificuldades para manter-se enquanto agricultor familiar. Pois por contratar 6 funcionários, numa área de 3 hectare, ele deixa de ser beneficiário do Pronaf:

“Toda essa crise do meio rural que vem agravando é porque o governo demorou para investir nas propriedades rurais. Chegamos ao ponto de tornar inviável a agricultura familiar, pois é impossível um agricultor sobreviver virando terra com carro de boi, a não ser que ele venda o kg da farinha por R\$10,00 ou o pé de alface por R\$5,00 ou seja a agricultura familiar é pensada pro agricultor pobre, e continuar pobre.” (Agricultor de Garopaba)

Na visão de um dos entrevistados o entrave é político e está nas mãos de quem lida com a burocracia, e por isso é difícil saber como tornar o acesso eficiente aos recursos disponíveis. Porém, nota-se que não é difícil superar tais entraves para que o agricultor tenha uma resposta objetiva, de modo a não perder tempo com a burocracia dos bancos e perder o calendário agrícola. O agricultor precisa estar preparado para plantar no momento ideal (pós-inverno), pois se nesta época ele não está em condições para fazê-lo, por conta das dificuldades da burocracia, sua produção estará seriamente comprometida. O agricultor sabe que, a cada dia/semana que deixou de plantar, o resultado final mudará significativamente, a ponto de chegar ser inviável plantar. A cada época que passa vai diminuindo a diversidade de plantio e o retorno que terá na colheita.

Em um dos momentos em que o autor deste trabalho fazia observação participante no Mercado do Produtor, ao conversar com um agricultor que faz parte da associação que gere este espaço, este apontou a dois elementos como fatores viabilizadores da diversidade necessária para a consolidação da comercialização e do consumo territorial, que necessariamente passam pelo fortalecimento do Circuito da Rede Ecovida. São eles: (i) informatização dos agricultores e (ii) criação de um sítio virtual alimentado pelos agricultores e por quem comercializa, manifestando suas demandas – de consumo, de venda e de comercialização. Outra sugestão sua foi da criação de pontos de comercialização distribuídos entre Joinville e Laguna.

Percebe-se que a maioria dos agricultores envolvidos nestas experiências estão de acordo com a inviabilidade do modelo produtivista para o meio rural. Vale a pena ressaltar que todos desempenham um papel de articuladores nas suas comunidades e frequentam os espaços locais de gestão. Eles buscam fortalecer a resistência ao modelo dominante, por meio de experiências com perfil agroecológico. Entretanto, inúmeros fatores já apontados, fazem com que a juventude nessa região se distancie das atividades agrícolas; mas é fundamental para manter os jovens no campo que ele gere retorno econômico e social.

Síntese conclusiva

Partindo dos estudos sobre SLCA na região (ADRIANO, 2006), e dando ênfase nas dinâmicas de comercialização, foi possível encontrar diversos dispositivos em andamento. Sendo um deles a modalidade das *feiras livres*. A experiência da Ecofeira, que ocorre na Lagoa da

Conceição/Florianópolis, é um grande exemplo de regularidade e do volume comercializado, no entanto expressa as dificuldades do comércio de proximidade, pois muitos agricultores são de Paulo Lopes e região, local que carece de uma *feira livre*. Tal experiência também vivencia o dilema que a agricultura orgânica passa ao estar inserida numa economia de mercado, expresso na proposta do ecocapitalismo, encontrando espaço majoritariamente nos consumidores com maior capacidade aquisitiva.

A outra *feira livre* estudada, localizada no centro de Garopaba, conforme demonstrado no decorrer do trabalho é símbolo da organização entre os agricultores que constroem suas vidas na resistência ao modelo convencional de agricultura. No entanto convivem com as dificuldades comuns a este tipo de dispositivo – a falta de oferta com regularidade e diversidade. Neste município ainda existe a experiência do Mercado do Produtor enquanto um esforço institucional entre poder público e associação de agricultores, que carrega grande potencial para a consolidação de um SALT na região.

Mas é na modalidade *mercado institucional* que encontra-se a maior força da agroecologia na região. Fortemente amparada em políticas públicas de geração e distribuição de renda no meio rural, é este tipo de dispositivo que tem fomentado a produção local, como também a aproximação entre produtores e entidades da sociedade civil beneficiadas por tais políticas. Ou seja, tais programas federais tem possibilitado a aproximação entre produtores e consumidores, neste caso escolas, hospitais e albergues.

Diversos elementos apontados durante a pesquisa sinalizam para uma região em potencial para o desenvolvimento de um SALT. Desde a baixo uso e contaminação do solo com insumos químicos, passando pela existência de SLCA e de um esforço bastante razoável por parte do poder público, às políticas públicas com enfoque territorial também fortalecem tal conjuntura e, ainda existe o esforço da sociedade civil organizada na construção deste novo marco nas relações de produção e consumo, expresso principalmente na experiência do Circuito de Comercialização da Rede Ecovida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto visava a identificar os desafios para o fortalecimento da agroecologia no litoral Centro-Sul de Santa Catarina, especialmente em Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba e Laguna, levando em conta a necessidade de construir cenários que possibilitem o fortalecimento de um sistema alimentar territorializado agroecológico ainda embrionário na região.

A literatura, no campo da gestão de recursos comuns aponta que “o colapso parece ser a condição determinante para gerar a compreensão de uma situação, engendrar mudanças e desencadear processos de reorganização e adaptação” (HOLLING *et al. apud* FILARDI, 2007, p. 214)

Assim pode-se inferir que os estilos de vida que não estejam voltados para o consumismo, e sim ajustados a um projeto de construção de novos estilos de vida em sociedade, para além do modelo engendrado pela sociedade urbano-industrial, ainda têm tido pouca ressonância nos grupos estudados. A falta de um projeto claro de construção de um projeto de sociedade, na qual a agroecologia seja um dos pilares, ainda é embrionário. Mesmo o consumo territorial sendo uma alternativa ao consumismo, continuamos à volta com os limites da própria politização do consumo.

É importante destacar que a agricultura orgânica vem sendo vista também como um grande segmento de mercado na dinâmica capitalista globalizada, e que o setor vem se regulamentando conforme exigências do mercado nacional e internacional, confluindo para uma forte pressão para adequação às “regras do jogo”. Isto na medida em que a lógica capitalista impõe aos diversos setores da sociedade seu marco regulatório (LIJERÓN, 2006).

Assim como as feiras orgânicas do Rio de Janeiro analisadas por Fonseca *et al* (2009), as feiras do Litoral Centro-Sul ainda sentem dificuldades com a profissionalização dos agricultores para divulgação, identificação do feirante, do local de produção e da certificação, como também ainda fazem uso de embalagens plásticas. Enfrentam limitações comuns no que diz respeito aos atuais hábitos dos consumidores nas cidades que fazem compras no grande varejo. O aumento do volume deverá ser fruto do planejamento da produção em grupo e/ou de políticas de fomento.

Os circuitos curtos de comercialização, principalmente as feiras livres demonstram que não apenas tratam de espaços de compra e venda, mas são locais de lazer e interações sociais ligados a estilos de vida peculiares, apontando para a multifuncionalidade das feiras (FONSECA *et al*, 2009; RIO APA, 2007). Pois ao mesmo tempo que são uma estratégia ao sistema convencional de produção e mercado, permitindo a subsistência e valorização cultural da agricultura familiar, também são espaços educativos em relação a saúde, meio ambiente e hábitos alimentares. Outra fator relevante é que esses circuitos curtos também representam a valorização da agrobiodiversidade pois oferecem produtos que muitas vezes não são encontrados em outros locais (KARAN; KOLDAN, 2003; RIO APA, 2007).

Um dos grandes obstáculos para o fortalecimento dos embriões de SALT's na região, além da falta da organização dos consumidores, é a oferta com regularidade de alimentos agroecológicos variados – verduras, legumes, cereais, frutas, etc. Um dos fatores para poder existir esta oferta depende da consolidação de um sistema de distribuição e logística capaz de fazer circular entre diversas bioregiões²⁸ a produção agroecológica local. Esse é um dos objetivos do Circuito de Comercialização da Rede Ecovida de Agroecologia que necessita maior atenção.

Os próprios agricultores sentem tal necessidade; um deles numa conversa informal dentro do espaço Mercado do Produtor em Garopaba, apontou para a necessidade de informatização das unidades de produção. Conforme ele, ela possibilitaria uma troca de informações sobre a demanda e oferta de cada grupo integrante de modo a facilitar a operacionalização do intercâmbio e abastecimento dos locais de comercialização.

Como foi explicitado na exposição da metodologia, este trabalho esteve sensível aos princípios da pesquisa-ação, e pode-se agora dizer que se conseguiu parcialmente aproximação com ações concretas para solucionar problemas reais enfrentado pelo sistema agroalimentar estudado. Pois no caso do Mercado do Produtor existe uma seção de produtos embalados (cereais, leguminosas, óleos, etc.) que, conforme o presidente da associação que gere este espaço, tinha por intenção fidelizar o consumidor; no entanto, tratava-se de produtos

28 Este conceito, além de trazer uma dinâmica positiva para a discussão do meio ambiente, evidencia que qualquer atitude a favor de uma preservação ecológica deve levar em conta toda a região envolvida, o fluxo dos rios, as cadeias de montanhas, os ventos predominantes, as espécies animais e vegetais ali existentes. Dessa forma, o termo biorregião se contrapõe às divisões políticas, ao adotar referenciais naturais, geográficos e topográficos, para compor seus limites.

convencionais, na maioria sob responsabilidade de um atravessador. Assim, devido ao fato do pesquisador participar do Núcleo Gestor das Compras Coletivas Floripa²⁹(CCF) buscou-se realizar o contato necessário com os responsáveis pela gestão do espaço para que, através da CCF, fosse possível oferecer aqueles mesmos alimentos, mas com a diferença de serem orgânicos, e muitos deles certificados pela Rede Ecovida de Agroecologia.

Este trabalho também reforçou a necessidade de uma pesquisa-ação levada a cabo por grupos transdisciplinares de pesquisa, compostos por pesquisadores e agentes de desenvolvimento local em um contexto de forte interação. Tal proposta ainda permanece em um estágio preliminar e embrionário na região. É necessário superar a fragmentação imposta pelas estruturais institucionais (universidade, empresas estatais, etc) que se apresentam na forma da burocracia imposta, verificável tanto na forma como os projetos das empresas estatais são planejados e executados como na dificuldade de integração interdisciplinar dentro das universidades.

Outro fator relevante encontrado na pesquisa é a diversidade de projetos sendo realizados na região (DTS-IC, DRS, Território Serra Mar(MDA), Projeto Piloto (Ministério das Cidades), etc.) com inúmeras vaidades dos agentes executores que inibe uma ação capaz de fazer frente a trajetória de desenvolvimento pensada e orquestrada pelos agentes econômicos hegemônicos.

1. Limitações e pistas de pesquisa

Uma limitação percebida no transcorrer da pesquisa está envolvida com o recorte realizado. Ela consistiu nas experiências no ramo da agricultura alternativa (agroecologia); entretanto não permitiu realmente perceber os embriões ou possíveis embriões de SALT de forma mais abrangente, deixando, dessa forma, toda uma gama de experiências em torno da pesca artesanal que confluem com os pre-requisitos para consolidar um SALT. Inúmeras entidades e experiências merecem serem analisadas detalhadamente: Açude para peixes orgânicos (MDA); Pescando Letras (Seap); APANPAER (Associação de Pescadores Artesanais, Nativos, Profissionais e Amadores), entre outros.

²⁹ As Compras Coletivas Floripa (CCF) juntamente com a Ecofeira Solidária, realizada semanalmente no interior da UFSC, fazem parte do Projeto Ágora que tem como objetivo construir um novo marco nas relações de consumo-produção orientados sob o enfoque da agroecologia e da economia solidária. A CCF viabiliza a seus participantes diversos alimentos agroecológicos a preços acessíveis.

Outro tema importante é a respeito do recorte municipal feito para estudar as redes agroecológicas. Principalmente porque para o enfoque de DTS a noção territorial tem maior sentido para estudar as dinâmicas de desenvolvimento e, porque de fato tais experiências ultrapassam limites municipais.

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, H. Cidadania e meio ambiente. In: Acselrad, H. (org.) Meio Ambiente e Democracia. Rio de Janeiro: IBASE, 1992. p. 18-42.

ADRIANO, J. A formação de sistemas locais de conhecimento agroecológicos na zona costeira centro-sul do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2006. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina.

ALTMANN, Rubens; MIOR, Luiz Carlos; ZOLDAN, Paulo. . Perspectivas para o sistema agroalimentar e o espaço rural de Santa Catarina em 2015: percepção de representantes de agroindústrias, cooperativas e organizações sociais. Florianópolis, SC: EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de SC, 2008. 133p.

AMBROSINI, L. B.; FILIPPI, E. E.; MIGUEL, L. A. SIAL: análise da produção agroalimentar a partir de um aporte territorialista e multidisciplinar. In.: Revista Ideas – interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, v. 2, n.1, 2008. p. 6-31.

ANDION, M. C. M. A atuação da ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina: os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da Agreco. Florianópolis, SC, 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas.

ARAÚJO, G. Trajetória do turismo no litoral centro-sul de SC : impactos socioambientais, desafios e oportunidades para estratégias de desenvolvimento territorial sustentável. Florianópolis, SC, 2008. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Aquicultura.

_____. Rumo ao turismo ecológico-comunitário em Zonas Costeiras: estudo de caso na área da Lagoa de Ibiraquera, municípios de Imbituba e Garopaba (SC). Florianópolis, 2006. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina.

ARL, V. Caderno de Formação 01. Rede Ecovida de Agroecologia, 2007. 46p

BARBOSA, L. Cultura, consumo e identidade – limpeza e poluição na sociedade brasileira. In: Cultura, Consumo e Identidade. Barborsa & Campbell. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BACHELARD, G. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro (RJ): Contraponto, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. Em busca da política. Rio de Janeiro: Zahar, 2000

_____. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. Comunidade – a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar ed, 2003.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: Giddens, A. et al. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997. pp. 11-71.

_____. Liberdade ou capitalismo? Ulrich Beck conversa com Johannes Willms. São Paulo: Unesp, 2003.

BOFF, Leonardo Dignitas Terrae. Ecologia: Grito da Terra, grito dos pobres. São Paulo: Ática, 1996.

BONTEMPO, M. Relatório Orion: denúncia médica sobre os perigos dos alimentos industrializados e agrotóxicos. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.

BRÁS, O. Consumo Alimentar Bio. Mneme –Revista Virtual de Humanidades, n. 9, v. 3, jan./mar, 2004. www.seol.com.br/mneme.

CALLOU, A. Extensão rural no Brasil: da modernização ao desenvolvimento local. Revista Unircoop, vol 5, n 1, 2007, p. 164-183.

CAMPOS, M. D., "SULear vs NORTEar: Representações e apropriações do espaço entre emoção, empiria e ideologia", Documenta, VI, N 8, Programa de Mestrado e Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social & (EICOS)/Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável/UFRJ, Rio de Janeiro, 1999. pp. 41-70.

CHAMPREDONDE, M; MORALES, H.; ARBELETICHE, P. Los límites del enfoque SIAL em reflexiones sobre el Ddesarrollo Rural en la Región Pampeana. Seminario Taller de la Red SIAL Argentina, 2009.

CANCLINI, Nestor. Consumidores e cidadãos - conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. 3. ed. Brasília, MDA: SAF, 2007.

CAPRA, Fritoj, A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1997.

CARVALHO, M. PINHEIRO, A.; MICKOSZ, M. Zona Laboratório de Ecosocioeconomia: preservando a natureza e conservando as comunidades tradicionais. A experiência do arranjo socioprodutivo de turismo comunitário na Comunidade Candonga, Morretes-PR, APA de Guaratuba, REBIO Floresta Atlântica. Anais VIII Seminário Internacional de Turismo: Turismo, Associativismo e Desenvolvimento Regional. Curitiba (PR): UNICENP, 2006.

CARVALHO, C. X.; TARGINO, I. Impactos dos novos padrões de consumo sobre o sistema agroalimentar em resposta à questão da segurança em alimentos. Anais do XLIII Congresso da SOBER, 2005.

CORDEIRO, E.; GAMERO, P. As novas relações de consumo à luz da teoria social contemporânea. Anais do XV Simpósio Internacional de Iniciação Científica da USP, 2007.

_____. A politização do consumo no enfrentamento da crise socioambiental – limites e possibilidades. Anais IV ENANPPAS, 2008.

CORDEIRO, E.; FILIPPINI, M.; MOLZ, M. Consumidores e produtores tecendo novas redes de sustentabilidade: os desafios de uma experiência de extensão universitária em Florianópolis / SC. Artigo apresentado na oficina do Nead/MDA no II Fórum Nacional da Rede de Tecnologia Social, 2009.

CORDEIRO, E.; FILIPPINI, M. Consumo territorial: apontamentos para a pesquisa-ação no sistema agroalimentar do litoral centro-sul de Santa Catarina. Anais XXVII ALAS, 2009.

COURLET, Claude. Os sistemas produtivos localizados: da definição ao modelo. *Eisforia*, v. 1, n.1, jan/jul., 2003.

CRESPO, Samyra O movimento ambientalista pós Rio-92. Tendências e perspectivas. In: F. Feldmann (ed.) Rio + 10 Brasil. Uma década de transformações. Rio de Janeiro: ISER, 2002. pp. 24-33.

DENECHERE F., DURAND G., MARECHAL G. "*Systèmes alimentaires territorialisés: les circuits courts comme vecteurs de développement territorial*", in MARECHAL G., *Les circuits courts alimentaires*, Dijon, Editions Educagri, 2008. pp. 161-174.

FABIANO, R. Conflitos socioambientais e gestão integrada e sustentável de recursos pesqueiros : estudo de caso sobre a atividade de carcinicultura na área da Lagoa de Ibiraquera (municípios de Imbituba e Garopaba-SC). Florianópolis, 2004. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política.

FERRAZ, O.G.; BRANDÃO,S.; PASE, H.L. Sistema COOPAFI: o desafio da construção de um Sistema Integrado de Comercialização e de Apoio às Agroindústrias Familiares da região Sudoeste do Paraná. Anais XLVI Congresso SOBER, 2008.

FILARDI, A. Diagnóstico da pesca artesanal marinha do município de Garopaba (SC) : potencialidades e obstáculos para a gestão adaptativa para o ecodesenvolvimento. Florianópolis, 2007. 245 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Geografia.

FILIPPINI, M.; CORDEIRO, E. Desenvolvimento Territorial Sustentável: desafios da experiência de distribuição e comercialização do circuito da Rede Ecológica de Agroecologia. Anais XVI Jornadas de Jovens Pesquisadores da AUGM, 2008.

FONSECA, M.; ALMEIDA, L.; COLNAGA, N.; SILVA, G. Características, estratégias, gargalos, limites e desafios dos circuitos curtos de comercialização de produtos orgânicos no Rio de Janeiro: as feiras. In: *Revista Brasileira de Agroecologia*, vol 4 n2, 2009

GALLOPIN, G. (1986) Ecologia y Ambiente. In: Leff, E (org) Los problemas del conocimiento y la perspectiva ambiental del desarrollo. México: Siglo XXI, pp. 126-176.

GROSSO, P.; TELES, M. Levantamento inicial de entidades que trabalham com a comercialização ou consumo de produtos agroecológicos no Brasil – em busca de iniciativas dentro da perspectiva da Economia Solidária. Programa de Economia Solidária da Embaixada da França. Minas Gérias, 2003

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Agroecologia e Desenvolvimento rural. Conceito de Agroecologia. In: Anais : [cd-rom] Conquistando a soberania alimentar / 1. Congresso Brasileiro de Agroecologia, 4. Seminário Internacional sobre Agroecologia, 5. Seminário Estadual sobre Agroecologia, Porto Alegre, 18 a 21 nov. 2003. – Porto Alegre : EMATER/RS-ASCAR, 2003

GUTERRES, I. Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterres. 1ª Edição, São Paulo: Expressão Popular, 2006.

HIRSCHMAN, A. De consumidor a cidadão: atividade privada e participação na vida pública. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ILLICH, I. Sociedade sem escolas. 8 ed. Petropolis: Vozes, 1988.

_____. Convivencialidade. Lisboa: Europa-America, 1973.

KARAN, K. F.; CAZELLA, A. A.; KUNESKI, M. Apoio a consumidores de produtos agroecológicos na região da Grande Florianópolis. In: Revista Eletrônica de Extensão – Extensio, n 1, 2004.

KARAN, K. F.; ZOLDAN, P. Comercialização e consumo de produtos agroecológicos: pesquisa dos locais de venda, pesquisa do consumidor_ Região da Grande Florianópolis. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2003.47p.

KUTNER, R. Tudo à venda – as virtudes e os limites do mercado. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LIJERÓN, E. A. Produção Orgânica em Mato Grosso do Sul: uma investigação sobre a APOMS. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2006, 133p. Dissertação de Mestrado.

MACEDO, H. Processos participativos na gestão de áreas protegidas : estudo de caso em unidades de conservação de uso sustentável da zona Costeira do Sul do Brasil. Florianopolis, SC, 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política.

MAGNANTI, N. Circuito Sul de circulação de alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia. Revista Agriculturas, vol 2, n 2, 2008, p. 26-29.

- MANCEBO, D. *et al.* Consumo e subjetividade: trajetórias teóricas. *Estudos de Psicologia*, 7(2), 2002, p. 325-332 www.scielo.br/pdf/epsic/v7n2/a13v07n2.pdf (acessado 12/11/2007)
- MARTINEZ, A. J. Da economia ecológica ao ecologismo popular. Blumenau: Editora da Furb, 1998.
- MEADOWS, D. (org.) *Limites do crescimento*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- MIOR, L.C. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. *Anais I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável*, Florianópolis, 2007.
- MOLLARD, A. Multifuncionalidade, externalidades e territórios. In.: *Eisforia*, v. 1, n.1, jan/jul., 2003.
- MONTAGUT, X. Soberanía alimentaria y consumo responsable como alternativas. In: *Revista Viento Sur*, n 94, 2007. p.72-80.
- MORIN, E & KERN, A. B. *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- MORIN, E. *A cabeça bem feita. Repensar a reforma, reformar o pensamento*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.
- NARANJO, S.; HAQ, N.; HUDSON, M. El Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) como una política de soberanía alimentaria en el Brasil. *Anais IV Congresso Internacional de la Red SIAL*, 2008.
- NEU, M. *Porto de Imbituba-SC : de armação baleeira a porto carbonífero (da gênese à crise) /*. Florianópolis, 1999. 181f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
- OLIVEIRA, Silvana P. de, *Estudo do consumo alimentar: em busca de uma abordagem multidisciplinar*. *Revista de Saúde Pública*, 31 (2):201-8, 1997.
- PANDOLFO, M. O Programa de Aquisição de Alimentos como instrumento revitalizador dos mercados regionais. *Revista Agriculturas*, vol 5, n 2, 2008, p. 14-17.
- PACHECO, Fernando S. *O Homem-Ecológico – a falência do modelo social e o despertar de uma nova consciência*. Rio de Janeiro: Taba Cultural, 2004.
- PAULI, J. O consumo solidário na perspectiva da Estruturação de Redes. In: *Proposta*, nº 98, set/nov, 2003.
- PECQUEUR, Bernard. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. In: *Eisforia / UFSC, CCA – v. 4, n. 4 – Florianópolis: PPGAGR*, p. 135-154, 2006.

PORTILHO, F. Limites e possibilidades do consumo sustentável. In: Mônica Serrão. (Org.). Educação, ambiente e sociedade: temas e práticas em debate. 1a ed. Serra - ES: CST, 2004, p. 73-96.

_____. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. Cadernos EBAPE.BR (FGV), v. III, 2005a.

_____. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. São Paulo: Cortez, 2005b.

PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: Ed. da UNESP, 1996.

QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L.V. Manual de investigação em ciências sociais. Lisboa: Gradiva, 1992.

REQUIER, D.; BOUCHER, F.; CERDAN, C. Globalização, vantagens competitivas e sistemas agroindustriais localizados em zonas rurais de países latino-americanos. In.: EISFORIA / UFSC, CCA – v. 4, n. 4 – Florianópolis: PPGAGR, p. 107-134, 2006.

RIBEIRO, M. A. Ecologizar – Pensando o ambiente humano. Belo Horizonte: Roma, 2000.

RIO APA, H. C. G. Dinâmica da comercialização de produtos orgânicos na Ecofeira da Lagoa da Conceição (Florianópolis, SC). Florianópolis, 2007. Monografia (Graduação em Agronomia). Curso de Agronomia, Universidade Federal de Santa Catarina.

ROCHA, Jefferson Marçal da, SIMAN, Renildes Fortunato. Agroecologia: um contraponto à produtividade insustentável da agricultura convencional. In: Anais : [cd-rom] / 2. Congresso Brasileiro de Agroecologia, 5. Seminário Internacional sobre Agroecologia, 6. Seminário Estadual sobre Agroecologia, Porto Alegre, 22 a 25 nov. 2004. – Porto Alegre , 2004.

SACHS, I. Rumo a ecossocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTIN, L. O papel dos sistemas locais de conhecimento agroecológico no desenvolvimento territorial sustentável : estudo de caso junto a agricultores familiares no litoral Centro-Sul do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2005. [151] f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas.

SANTOS, B. S. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHIAVO, M. R.; MOREIRA, E. N. Glossário Social. Rio de Janeiro: Comunicarte, 2005.

SHIVA, V. Biopirataria - a pilhagem da natureza e do conhecimento. Ed. Vozes, 2001.

SILVEIRA, P.; BALEM, T.; DONAZZOLO, J.; SILVA G. A construção dos mercados na produção artesanal de alimentos: os circuitos curtos de comercialização. Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 5. ed. Sao Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

TONNEAU, J.P. & VIEIRA, P.F. Que diretrizes de pesquisa para o desenvolvimento territorial sustentável no Brasil? In: Eisforia / UFSC, CCA – v. 4, n. 4 – Florianópolis: PPGAGR, p. 311-334, 2006.

Via Campesina. La via Campesina: las luchas del campesinado en el mundo. 2009 (<http://viacampesina.net/downloads/PDF/viacas.pdf>) acessado em 05/03/2010

VIEIRA, P. F. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. In: Eisforia / UFSC, CCA – v. 4, n. 4 – Florianópolis: PPGAGR, p. 249-310, 2006.

VIEIRA, P. F.; HOGAN, D. J. (Orgs.) Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

VIEIRA, P. A problemática ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980-1990. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais/BIB 33, 1992. (p.3-32)

VIEIRA, P. F. Repensando a educação para o ecodesenvolvimento no Brasil. Texto apresentado no 8º Encontro Nacional de Ensino Agrícola. Camboriú – Sc, 2002.

_____. Ecodesenvolvimento: do conceito à ação. De Estocolmo a Joanesbugo. In: Sachs, I. Rumo à ecossocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

VIEIRA, P. F.; CERDAN, C. Desarrollo territorial sustentável em la zona costeira del Estado de Santa Catarina – Brasil: Definición de estrategias integradas y basadas en la valorización de la identidad cultural de las comunidades pesqueras tradicionales. CIRAD/UFSC, 2009.

VIVAS, E. La distribución moderna: la invasión de los supermercados. In: Revista Viento Sur, n 94, p.55-63, noviembre 2007.

ZOLDAN, P.; KARAM, K.F. Estudo da dinâmica da comercialização de produtos orgânicos em Santa Catarina. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2004.

WHITAKER, D. Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes. São Paulo: Letras a Margem, 2002.

www.abrasnet.com.br

www.ecovida.org.br

ANEXO I

Roteiro de entrevistas com os agricultores/pescadores**1.1 Caracterização do Entrevistado****[categoria – Contexto da ação]**

- a. Nome: Nome do grupo:
- b. Idade:
- c. Número de filhos:
- d. Quantos moram na propriedade:
- e. Quantos trabalham na propriedade:
- f. Localidade:
- g. Município:
- h. Telefone:

1.2 Perfil do grupo/família

- a. Histórico da família (como chegou no local)
- b. Atividades desenvolvidas (agricultura, pecuária (corte ou leite), agroindústria, turismo, outros)
- b. O que você produz atualmente? Qual é o volume de produção?
- c. Quantas pessoas estão envolvidas no funcionamento da propriedade?
- d. Há quanto tempo está envolvido com a agroecologia?
- e. Faz parte de alguma associação ou grupo local? Qual?

[categoria – dinâmica socioeconômica]

- a. Renda familiar, antes e depois da opção pela agroecologia, houve mudança?
- b. Participa de programas federais destinados a agricultura familiar (a exemplo do PRONAF ou do PAA, Alimentação Escolar, etc.)? Como os avalia? Quais as principais dificuldades?
- c. Está envolvido com algum projeto de agroecologia? Qual?
- d. Participa da Rede Ecovida (Importância)? Há quanto tempo? Como avalia o funcionamento da Rede?
- e. Conhece mais gente que produz alimentos agroecológicos na região? Quem? Como se dá a articulação interna do grupo? Quando e onde são realizadas as reuniões? Quando foi a última? O que é discutido? Entre os outros grupos?
- f. Quem faz assistência técnica (Epagri, Cepagro)? Como é feita? Com que frequência?
- g. Como é feita a comercialização? (Canais de comercialização – PAA, circuito Ecovida, feiras, mercados locais, empresas, circuitos-curtos ou circuitos longos) Como foi feita esta interface? Como é organizado o transporte e a entrega? Quais os problemas costuma enfrentar?
- h. Existe interesse em abastecer apenas mercados locais (comunidade, escolas, hospital)? Saberria me dizer qual a qualidade da alimentação (segurança alimentar) da vizinhança? E da população local?
- h. Quando e quais foram as principais crises vivenciadas? E qual motivo pode ser atribuído a sua ocorrência?
- i. O que fazer para fortalecer a sua unidade de produção? O que fazer para fortalecer a agroecologia da região?

[categoria – dinâmica sociocultural]

- a. Porque a baixa adesão dos agricultores da região à agroecologia?
- b. Como você avalia a atuação da EPAGRI e da Prefeitura? Como são as relações entre as instituições?

- d. Como você avalia os programas da Epagri para o desenvolvimento na região? Considera importante ampliar e consolidar parcerias locais (instituições e entre agricultores)? Existe algo sendo feito neste sentido? (houve algo no histórico da região?) E como ampliar as parcerias em outros níveis – regional, estadual e nacional?
- e. Existe (ou já existiu) alguma parceria com outras instituições? Se sim, quais instituições? E quais são ou foram os projetos desenvolvidos (seus objetivos)? E como podem ser avaliadas tais parcerias?
- f. De quais espaços de gestão participativa, no nível regional, municipal ou comunitário, participa? Como você avalia estes espaços?
- g. Qual é a relação com as universidades?
- h. Quais são as perspectivas dos jovens? (permanecer na atividade? Criar alternativas que envolvem agroecologia? Ou esperam o momento para sair da propriedade e se dedicar a outra atividade?)
- i. Qual é o seu canal de informação (TV, rádio, jornal, técnico, etc)?
- j. O que faz no tempo livre (lazer)?
- l. Qual é a origem da alimentação na sua casa (própria, vizinhos, circuito, industrializado-quais)?

[categoria – dinâmica ecológica]

- a. Qual é o destino dos dejetos da propriedade? Há algum reaproveitamento ou redução do impacto ambiental (fossa ecológica, biodigestor, esterqueira, etc.)?
- c. Como é feita a captação e uso da água?

2. Com agentes do setor público (Nome, Instituição, Cargo, qto tempo, Município)

- a. Quais os principais serviços oferecidos e o tamanho do financiamento dado pela instituição ao setor agrícola/pesqueiro da região? Quais os programas e o financiamento de projetos de agroecologia na região? (denotar a diferença do financiamento à agricultura convencional e à agroecologia) O que existe de produção agroecológica na região? Existe preocupação com os circuitos-curtos de comercialização? O que tem sido feito?
- b. Considera importante apoiar a agricultura familiar na região? O que tem sido feito neste sentido? Quais as principais dificuldades?
- c. Com quais atores locais se articula?
- d. Quais os fóruns locais de que participa no município e fora dele?
- e. Como se dá a construção de políticas microregionais e a interface com outros municípios?
- f. Como é a interface com os demais níveis de governo (dificuldades e oportunidade)?
- g. Quais as principais políticas públicas operacionalizadas pela Epagri na região? Qual é a realidade do PAA na região (quantidade de agricultores envolvidos e volume comercializado)?
- h. Dada a crise do meio rural, percebida nos índices de êxodo rural e no envelhecimento da população rural, quais são as possíveis razões disso? Existe relação disso com o turismo de massa? Existem projetos para a promoção de um sistema integrado de produção? Como eles tem sido implementados?
- i. Como você avalia as relações entre as instituições que atuam neste setor? Existe parceria entre elas? Há conflitos de interesse entre as instituições? Quais?

3. Com agentes de ONGs (Nome, cargo, qto tempo, instituição, município)

- a. Quais os principais serviços oferecidos e o tamanho do financiamento da ONG voltado ao setor agrícola/pesqueiro da região? Quais os programas e o financiamento de projetos de

agroecologia na região? Existe preocupação com os circuitos-curtos de comercialização? O que tem sido feito?

b. Saberá a diferença do financiamento dado à agricultura convencional e à agroecologia nos municípios envolvidos?

c. O que existe de produção agroecológica na região? Qual é a situação dos agricultores/pescadores ecológicos da região? Quais são suas demandas?

d. Quais as principais políticas públicas operacionalizadas pela ONG? Qual é a realidade do PAA na região (quantidade de agricultores envolvidos e volume comercializado), PRONAF e outras políticas?

e. Dado a crise do meio rural, percebido nos índices de exodo rural e no envelhecimento da população rural. Quais são as possíveis razões disso? O que o CEPAGRO tem feito para reverter esse quadro? Quais? Existem projetos para a promoção de um turismo alternativo?

f. Quais espaços de gestão participativa, no nível regional, municipal ou comunitário, a Ong participa? Como você avalia estes espaços?

g. Como você avalia as relações entre as instituições que atuam neste setor? Existe parceria entre elas? Há conflito de interesse entre as instituições? Quais?

h. Quanto às relações institucionais locais existentes, há uma busca pela valorização da agricultura familiar e da pesca artesanal? O que tem sido feito neste sentido?

i. O que tem sido feito entre estas instituições para apoiar as iniciativas de agroecologia?

ANEXO 2

Nota conjunta ADPF/SC e ADEPOL

Recentemente chegou ao conhecimento dos signatários através da imprensa a ocorrência de uma operação policial desencadeada pela Polícia Militar sediada em Imbituba/SC, visando o combate a suposto esbulho possessório ocorrido em detrimento de áreas pertencentes a União (ZPE, criada pelo Decreto Federal 1.122/94) e ao BNDES (empresa pública federal).

Sem adentrar no mérito da operação policial e da necessidade de manutenção da Lei e da ordem, que supostamente estaria em vias de ser violada, pois segundo a matéria jornalística se tratava de atos preparatórios, verifica-se que aparentemente não houve a observância de preceitos legais básicos na condução dessa investigação.

A Lei 9296/96 determina que o afastamento de sigilo telefônico deverá ser embasado em elementos concretos e diante da ausência de outros meios de investigação, bem assim devesse ser operacionalizado por autoridade policial, o Delegado de Polícia.

É clara a disposição do artigo 6º do mencionado diploma:

“Deferido o pedido, a autoridade policial conduzirá os procedimentos de interceptação, dando ciência ao Ministério Público, que poderá acompanhar a sua realização.

§ 1º (...).

§ 2º Cumprida a diligência, a autoridade policial encaminhará o resultado da interceptação ao juiz, acompanhado de auto circunstanciado, que deverá conter o resumo das operações realizadas.

(...)”

Causa surpresa, portanto, que esse procedimento tenha sido realizado sem a instauração de uma investigação formal, a qual estaria sujeita aos controles previstos na Constituição e na lei, e conduzida por policiais militares, em flagrante violação a Carta Magna, a lei federal e as garantias do Estado Democrático de Direito.

Também ainda resta sem explicação o fato de que todos esses atos tenham sido albergados pela Justiça Estadual, com o endosso do Ministério Público Estadual - fiscal da lei e guardião da Constituição - quando tanto o bem jurídico protegido, ou seja, as terras prestes a serem invadidas, pertenceriam a União (demandando a apuração do fato pela Polícia Federal, junto a Justiça Federal) quanto à formalização de uma interceptação telefônica demandaria a observância de procedimentos legais, os quais restaram, ao que tudo indica, ignorados.

RENATO JOSE HENDGES
Presidente da ADEPOL/SC

EDUARDO MAUAT DA SILVA
Diretor Regional da ADPF